

ISTÉFFANY FRÓES MENDES

**EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA AGROINDÚSTRIA PIF PAF
ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA (MG):**

FIXOS, FLUXOS E TRABALHO

**VIÇOSA
MARÇO DE 2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA**

**EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA AGROINDÚSTRIA PIF PAF ALIMENTOS NO
MUNICÍPIO DE VIÇOSA (MG):**

FIXOS, FLUXOS E TRABALHO

Monografia apresentada a disciplina
GEO481 – Monografia e Seminário do
curso de Bacharel em Geografia, como
exigência parcial para aprovação.

Autor: Istéffany Fróes Mendes - 45250

Orientador: Ronan Eustáquio Borges

**VIÇOSA
MARÇO DE 2007**

Monografia defendida e aprovada em _____ de _____ de 2007, perante banca examinadora composta por

Ronan Eustáquio Borges
Orientador

Tatrício Aureliano Silva Carneiro
Examinador

Antônio de Oliveira Júnior
Examinador

Errata

In: Aprovação

Onde está escrito Tatrício da Silva Carneiro é Patrício da Silva Carneiro.

In: Sumário-Índice

Na lista de Figuras, a 21 está na página 99, a 22 está na página 103 e a 23 está na página 106.

In: página 54, item 5.1

Na listagem das agências bancárias de Viçosa, cometeu-se um equívoco: o Banco do Brasil possui 2 agências ao invés de uma e a Caixa Econômica Federal possui apenas uma agência e não duas.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus eterno, criador, justo e verdadeiro e maravilhoso Pai de amor; à Cristo Jesus, meu Senhor e Salvador, que tudo fez por mim; ao Espírito Santo de Deus, meu Consolador;

Aos meus pais, Ismael Mendes dos Santos e Terezinha Fróes Mendes dos Santos, exemplos de vida dedicada a Deus, de guerreiros e de pessoas mais que vencedoras; e que tanto me apoiaram durante toda a minha vida e, especialmente, durante a etapa de elaboração deste estudo;

Aos meus irmãos, Ismael Mendes dos Santos Júnior e Teisson Fróes Mendes, que completam a minha vida e que também foram incentivadores em toda a minha caminhada da graduação;

Ao meu orientador Prof^o. Ronan Eustáquio Borges, pelos ensinamentos, pela disposição em me orientar, pela paciência, pelo cuidado e consideração demonstrados à minha vida, que o fizeram para mim, mais que um orientador, mas um amigo.

Aos meus amigos e colegas de curso, mais que especiais, os quais acompanharam toda a minha trajetória de graduação, sendo pessoas que alegraram e completaram meus dias: Juliana, Charlles e Adriano.

À querida amiga e colega de graduação, Eliana de Souza, pela disposição em me ajudar todas as vezes que precisei e por ser um exemplo de pessoa dedicada e batalhadora.

Às minhas companheiras de república, Marina, Elieny e Valéria, pela força, incentivo carinho e, sobretudo, paciência!

Ao Prof^o João Tinôco e à Elíbia Tinôco, servos de Deus e amigos preciosos, que me apoiaram nos momentos difíceis que passei e me aconselharam com tanto amor.

Aos meus amigos, Éric e Daniele, que foram suportes de amor nos momentos que mais necessitei. Não sei como agradecer-los.

Aos meus amigos, Noral e Lucas, pela ajuda nas entrevistas com os funcionários da empresa.

À Karla Cabral, amiga e supervisora do meu estágio, pela compreensão, carinho e incentivo, que foi essencial para a execução deste trabalho.

Aos colegas de estágio, Tatiane e Alex, pela ajuda que me deram.

Ao Gilberto Fialho, meu amigo e veterano de curso, pelo incentivo e contribuição.

À Damaris Ribeiro, a quem também não sei como agradecer pela disposição em me ajudar na aquisição dos dados para a pesquisa. Foi uma demonstração de amizade e amor que jamais esquecerei.

Ao gerente da Pif Paf Alimentos de Viçosa, Fábio Ferraz, pela disponibilidade na cessão das informações e pela simpatia ao me receber.

Aos demais funcionários da Pif Paf Alimentos que também me receberam e me ajudaram na aquisição das informações.

Aos entrevistados (trabalhadores da Pif Paf, moradores dos bairros, funcionários da Prefeitura de Viçosa) por atender aos meus pedidos de informações.

Ao Laboratório de Geoprocessamento do Departamento de Solos da UFV, pela disponibilização do laboratório para confecção dos mapas.

Aos professores do departamento de Artes e Humanidades (DAH), pela contribuição à minha formação, por meio de tantos ensinamentos.

SUMÁRIO

Lista de tabelas.....	vii
Lista de figuras.....	viii
Resumo.....	x
Introdução	11
1. Procedimentos metodológicos.....	16
2. Em busca de um aparato teórico.....	19
2.1. Complexo Agroindustrial (CAI) e Complexos Agroindustriais (CAI's): uma breve discussão sobre os conceitos.....	19
2.2. Periodização do processo de agroindustrialização brasileiro.....	27
3. A evolução e formação dos CAIs ou CAI no Brasil.....	29
3.1. O núcleo nerval dos CAI's: as agroindústrias, fixos transformadores do espaço.....	34
3.2. Mudanças de cenários na configuração produtiva da atividade industrial e reflexos sobre a força de trabalho.....	37
4. A Zona da Mata de Minas Gerais: a tradição das atividades agropecuárias como incentivo à formação do CAI de carnes.....	42
5. Características socioeconômicas da cidade de viçosa e o processo de territorialização da empresa Pif Paf Indústria e Comércio S/A.....	51
5.1. Um olhar sobre o município de Viçosa (MG).....	51
5.2. A empresa Pif Paf Alimentos: história, estrutura e dimensão socioespacial.....	59
6. Efeitos socioespaciais provocados pela Pif Paf no espaço urbano de Viçosa (MG).....	72
6.1. Trabalho, emprego, renda e cultura do trabalho industrial.....	73
6.1.1. Um outro olhar sobre a empresa: o perfil dos trabalhadores da Pif Paf.....	73
6.1.2. Absorção de mão-de-obra local e efeitos sobre a População Economicamente Ativa (PEA) do município de Viçosa (MG).....	78
6.1.3. Contribuição na formação de mão-de-obra industrial local.....	83
6.1.4. O olhar dos trabalhadores sobre a Pif Paf: o grau de satisfação no	

trabalho.....	85
6.2. Efeitos socioespaciais da territorialização da Pif Paf no espaço urbano de Viçosa (MG).....	88
6.2.1. Movimentos migratórios, transferência de moradia e outros deslocamentos no espaço urbano: fluxos gerados pela Pif Paf.....	99
6.2.2. Aparecimento e manutenção de fixos no espaço da cidade.....	103
6.2.3. Rede de empresas, de fornecedores e de clientes da Pif Paf e seus reflexos.....	104
6.2.4. Efeitos sócio-ambientais.....	105
Considerações finais.....	107
Referências bibliográficas.....	111
Anexo.....	115

LISTA DE TABELAS

01	Participação relativa do setor industrial no produto total do estado e regiões entre 1995 e 2000.....	47
02	Estrutura regional do PIB e da população segundo regiões de planejamento – Minas Gerais – 1999.....	49
03	População residente em Viçosa (MG) – 1970, 1980, 1991, 2000.....	51
04	PIB - Produto Interno Bruto do município de Viçosa (MG) - Ano 2000 - (R\$ 1.000,00).....	53
05	Principais produtos agrícolas do município de Viçosa (MG)- 2003.....	54
06	Atividade Pecuária do município de Viçosa (MG) – Principais efetivos em 2003.....	55
07	Geração de emprego segundo os ramos industriais em Viçosa (MG) – 2003.....	55
08	Quantidade de empresas e subsetores da atividade industrial em Viçosa (MG) - 2003	56
09	Porcentagem de pessoas ocupadas na atividade industrial nas cidades-	

	núcleo da Zona da Mata (MG) – 2000.....	56
10	Composição do Distrito Industrial de Viçosa (MG) – 2007.....	57
11	Proporção de trabalhadores da Pif Paf de Viçosa (MG) segundo sexo e função na empresa – 2007.....	77
12	Porcentagem de trabalhadores da Pif Paf de Viçosa (MG) segundo estado civil, idade e sexo – 2007.....	76
13	Estrutura Etária da população de Viçosa (MG) – 2000.....	79
14	Escolaridade dos habitantes de Viçosa (MG) com mais de 10 anos de idade – 2000.....	79
15	Escolaridades dos funcionários da Pif Paf de Viçosa (MG) em relação às funções que exercem na empresa – 2007.....	80
16	Relação entre a idade dos funcionários da Pif Paf e o tempo em que trabalham na Unidade de Viçosa (MG) –2007.....	82
17	Relação entre o tempo de carteira assinada e o tempo de trabalho na Pif Paf dos trabalhadores da Unidade de Viçosa (MG) – 2007.....	82
18	Número de pessoal ocupado total nas indústrias de transformação no município de Viçosa (MG) – 1996 – 2004.....	84
19	Comparação entre o tempo de moradia dos funcionários de cada bairro nos mesmos e o tempo em que moram em Viçosa (MG) - 2007	101
20	Tempo de moradia na cidade e tempo de trabalho na empresa - funcionários da Pif Paf - Viçosa (MG) – 2007.....	101
21	Cidades de origem dos funcionários da Pif Paf – Unidade de Viçosa (MG) – 2007.....	102

LISTA DE FIGURAS

1	Localização da Zona da Mata e da microrregião de Viçosa (MG).....	43
2	Localização das unidades da Pif Paf Alimentos – 2007.....	62
3	Cidades onde se localizam alguns fornecedores da Pif Paf Alimentos e respectivos produtos fornecidos – 2007.....	64
4	Cidades onde se localizam os integrados da Pif Paf Alimentos – 2007....	65
5	Planta da fábrica de embutidos da Pif Paf – Viçosa (MG). Fonte: Pif Paf	

	- unidade de Viçosa, 2007.....	70
6	estrutura de fluxos entre a Pif Paf, seus fornecedores, instituições e consumidores – 2007.....	71
7	Escolaridade dos trabalhadores do sexo feminino da Pif Paf – Viçosa (MG) – 2007.....	74
8	Escolaridade dos trabalhadores do sexo masculino da Pif Paf – Viçosa (MG) – 2007.....	75
9	Foto – Foto - Vista parcial do bairro Carlos Dias.....	89
10	Foto - Primeira rua do bairro São José, localizada na porção aos fundos da Pif Paf.....	89
11	Foto - Rua de acesso à Pif Paf no bairro São José.....	90
12	Foto - Bairros do entorno da fábrica da Pif Paf.....	90
13	Relação entre o número de funcionários da Pif Paf e os seus locais de moradia em Viçosa (MG) – 2007.....	91
14	Porcentagem de funcionários da Pif Paf conforme os bairros onde residem em Viçosa (MG).....	92
15	Tempo de moradia dos funcionários da Pif Paf do turno diurno segundo seus bairros em Viçosa (MG) – 2007.....	93
16	Tempo de moradia dos funcionários da Pif Paf do turno noturno segundo seus bairros em Viçosa (MG) – 2007.....	94
17	Tempo de moradia dos funcionários da Pif Paf do turno diurno em Viçosa (MG) de acordo com os bairros – 2007.	95
18	Tempo de moradia dos funcionários da Pif Paf do turno noturno em Viçosa (MG) de acordo com os bairros – 2007.....	96
19	Foto - Avenida principal no bairro São José – Acesso a Porto Firme.....	98
20	Foto - Fábrica da Pif Paf, ao lado da avenida principal no bairro São José.....	99
21	Foto – Fundos da fábrica da Pif Paf no bairro São José e indicação da localização do bairro Nova Era.	101
22	Foto - Comércio vizinho à fábrica da Pif Paf em Viçosa.....	101
23	Foto – Portões de entrada da Pif Paf Alimentos – unidade de Viçosa (MG).....	102

EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA AGROINDÚSTRIA PIF PAF ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA (MG): FIXOS, FLUXOS E TRABALHO

Resumo

O processo contínuo de reprodução do capital vem provocando modificações importantes na ordem espacial, ao territorializar-se de forma seletiva sobre o espaço por meio das atividades socioeconômicas, que se localizam em cada lugar a partir das virtualidades que estes oferecem, definindo um jogo de interesses entre sujeitos. A atividade agroindustrial no Brasil vem, nesse sentido, (re)construindo seu território, impondo sua lógica e relações de poder, calcada na modernização agropecuária e incentivando a expansão do trabalho assalariado no campo. Além disso, as ações das agroindústrias, elementos motrizes dos Complexos Agroindustriais (CAI's), interferem na dinâmica do espaço urbano, onde a produção de fato se realiza. Dessa forma, ao estudarmos a agroindústria Pif Paf Alimentos S/A, objetivamos compreender os fatores que a levaram a se instalar na Zona da Mata de Minas Gerais, na década de 1970, e, especificamente, na cidade de Viçosa, em 1986, e identificar os efeitos/impactos e transformações sócio-econômicas e espaciais decorrentes da instalação, considerando que a mesma contribuiu para a formação do CAI de carnes na região mineira. A agroindústria foi atraída pela tradição agrícola da região, sobretudo, na criação de aves e suínos, e pela possibilidade de ampliar seu mercado consumidor. A instalação da sua fábrica de embutidos em Viçosa se deu pela proximidade da cidade à Visconde do Rio Branco, onde está o principal abatedouro da empresa, e por incentivos do governo local. A presença da fábrica em Viçosa tem provocado impactos sociais (criação de postos de trabalho, absorção de mão-de-obra de baixa escolaridade, formação de trabalhadores qualificados, etc.) e transformações no espaço da cidade (surgimento de novos bairros, inchamento da periferia urbana, aparecimento/manutenção de comércios e serviços, etc.), além de fluxos migratórios na microrregião. A Pif Paf tem tido uma considerável influência, modificando as realidades local e regional em diversos âmbitos.

Palavras-chaves: 1- Transformações, efeitos, impactos e dinâmica socioespaciais. 2- CAI's e Agroindústrias. 3- Zona da Mata de Minas Gerais. 4-Viçosa (MG). 5- Agroindustrialização. 6- Pif Paf.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo está marcado por transformações intensas. O processo de globalização da economia, como um novo momento na dinâmica do capitalismo, vem provocando modificações importantes na ordem espacial, cada vez mais redefinida a partir de novas racionalidades admitidas pela produção, pela circulação e pelo consumo.

O processo contínuo de reprodução do capital, embora global, não se dá da mesma forma em todos os lugares, mas apresenta-se cheio de particularidades, pois o seu *locus* de realização é o espaço e este é caracterizado pela singularidade, determinada pela sociedade que o produz. Conforme Santos (1995, p.61), “na produção de bens materiais ou imateriais, segundo as condições dadas de tecnologia, capital e tempo, o território tem de ser adequado ao uso procurado e a produtividade do processo produtivo depende, em grande parte, dessa adequação.” Assim, ao territorializar-se, o capital dá “um significado todo especial à produção do espaço como condição da produção de valor pelos que devem utilizá-lo como suporte” (SANTOS, 1995, p.62).

A seletividade espacial das atividades socioeconômicas deve-se, dentro da ótica marxista, ao fato de que o espaço adquiriu importância fundamental, por ser uma condição universal e preexistente do trabalho (MORAES; COSTA, 1993, p.123). O valor do espaço se expressa por suas “virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas” (SANTOS, 1996, p.28), as quais fornecem às atividades produtivas os caminhos do processo de formação do território do capital, marcado momentaneamente pela produção do espaço e seu resultado (MORAES; COSTA, 1993, p.125).

O território é o espaço do agir humano, que dele se apropria por meio de organizações sociais. O território é marcado por lutas e contradições, onde indivíduos ou a coletividade exercem o seu poder (RAFFESTIN, 1993, p.60). Como espaço do político é dotado de possibilidades de transformação e mudança, cuja concretização dependerá da eficácia dos agentes nisso empenhados.

Como consequência, um movimento desigual e combinado entre a permanência e a mutação, os dominadores e dominados, o obsoleto e o moderno se desenvolve no contexto da sociedade. Portanto o território é dinâmico e está em permanente construção/reconstrução pelos sujeitos sociais em disputa pela apropriação do espaço e manifestação nele de seus interesses e convicções.

Assim, o capital, que é “materialização da práxis humana” (MORAES; COSTA, 1993, p.160), expande-se em sua hegemonia, assumindo formas espaciais e “construindo territórios únicos, numa dialética entre a universalidade e a singularidade” (MORAES e COSTA, 1993, p.160). O capital, à medida que se reproduz por meio do trabalho, refletindo as contradições da sociedade, gera espaços desiguais e se dá a partir de um espaço que

“não aparece perante a produção como um objeto homogêneo”, inclusive em relação às suas condições naturais pré-existentes (MORAES; COSTA, 1993, p.133). Tal fato define o processo de valorização do espaço pelo capital.

Esta valorização, a partir dos recursos presentes no espaço, que são “toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições)”, segundo Santos (2004, p.132), se dá nos lugares, nos quais os recursos obtêm um significado dentro do conjunto, dentro da totalidade. Ou seja, “os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos” (SANTOS, 2004, p.247). Isso gera uma busca das atividades socioeconômicas, exercidas pelas empresas, indústrias e agropecuária, por lugares próprios à sua instalação, pois suas ações visam ao objetivo capitalista de obtenção de lucro, fornecendo a esses lugares suas funções e fazendo com que estes, num jogo de interesses entre sujeitos, busquem reter os objetos geográficos em si criados ou usados.

Destarte, o espaço geográfico, de um mundo cada vez mais globalizado, mais se diferencia em escala local, onde as diversas faces do capital se materializam, definindo espaços agrícolas, espaços industriais, espaços agroindustriais, espaços tecnológicos e científicos, entrelaçados pelas redes em diversos circuitos de produção, marcados por diferentes objetos, ações e funcionalidades. “A localização das atividades socioeconômicas no território faz parte de um processo mais amplo de produção de um espaço que não é neutro, mas sim projeção de relações sociais, motivo de disputas, interesses e lutas de classes” (BOTELHO, 2002, p.55).

Portanto, o processo de territorialização do capital é manifestado pela forma seletiva como as atividades socioeconômicas acontecem sobre o espaço, fato observado no processo de desenvolvimento da atividade agroindustrial no Brasil, a qual vêm historicamente (re)construindo seu território, impondo sua lógica e relações de poder, calcada na modernização agropecuária. Há o incentivo à expansão do trabalho assalariado no campo e à implantação do modo industrial de produzir no campo.

O entendimento desse processo deve ser obtido por meio do resgate do desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro. Notamos que o desenvolvimento da economia capitalista só ocorreu de fato a partir do processo de industrialização do país, o qual encontrou as condições satisfatórias de reprodução do capital, primeiramente, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, no Leste brasileiro, tradicional produtor de café.

A produção cafeeira foi responsável pela geração de capitais que foram empregados na atividade industrial, no início do século XX, concomitantemente aos incentivos governamentais por meio do modelo de substituição de importações, resposta à crise de superprodução vivida mundialmente naquele momento. Conforme Borges (2006, p.1),

“especialmente, este momento ampliou os territórios/espços de ocupação pelo capital industrial, atingindo regiões mineiras, sulistas e nordestinas. Isto integrou ao capital novas áreas de produção e mercados, não só industriais como agrícolas”.

O crescimento industrial também foi promovido pelo capital internacional nesse momento e, posteriormente, por meio da implantação de empresas multinacionais no país. O Brasil era, de acordo com Zambarda e Selingardi-Sampaio (2001, p.62), “um dos países da periferia capitalista mais aptos a receber capital exógeno”, pela riqueza de recursos naturais, mão-de-obra farta e barata e mercado consumidor volumoso.

Em contrapartida, também eram elaboradas, pelo Estado, políticas agrícolas e de ocupação do território, que juntamente com a indústria viessem a favorecer o crescimento econômico rápido. As políticas públicas desenvolvimentistas passaram a dotar o território nacional com redes técnicas, aumentando a sua fluidez, o que intensificou fenômenos como o da urbanização. Nesta etapa, observa-se também a crescente modificação da base técnica da agricultura e o aumento de setores industriais voltados para a provisão da mesma com maquinário e insumos químicos. Além disso, começaram a surgir atividades complementares no setor de alimentação, como frigoríficos e armazéns.

É nesse momento que se estabelece a base do processo de agroindustrialização no país, fundamentado na interação indústria-agricultura, com o delineamento de setores à montante da agricultura modernizada e setores à jusante da mesma. As agroindústrias se espalham por todo o país, fortemente atreladas à lógica capitalista global, imersas em cadeias produtivas diversas, com novas relações de produção, que vieram a compor uma nova realidade: os Complexos Agroindustriais (CAI's). Agroindústria, conforme Zambarda e Selingardi-Sampaio (2001, p.75), é “uma unidade de beneficiamento e/ou transformação de matérias-primas de origem agrícola e extrativa mineral e vegetal”.

Observa-se a partir disso, que as agroindústrias se tornam fixos de grande influência onde se instalam, pois “elas atuam como elemento motriz para o espaço local, atraindo outras empresas, pessoas, investimentos, e modificando as atividades desenvolvidas no local e na região” (BORGES, 2006, p.2), conseqüências que denominamos de *efeitos e transformações socioeconômicas e espaciais*.

Acreditamos que estudar o processo de instalação de uma agroindústria em determinado lugar é procurar desvendar a importância do mesmo ou o papel que cumpre para a reprodução do capital, ao identificarmos os fatores locais determinantes da instalação. Também, é buscarmos conhecer as relações ou fluxos que vinculam o lugar à esfera nacional e global. É visualizarmos os elementos e agentes que conformam o desenvolvimento econômico e (re)produzem o espaço. Tudo isso, porque:

não basta compreender teoricamente o que se passa no mundo, temos que ter nossa atenção também voltada para as diferentes geografizações das variáveis inerentes à nova maneira de produzir. Não podemos desprezar esta importante via de compreensão da realidade. (SANTOS, 1996, P.47)

Diante disso, nosso estudo visou justamente entender o processo de territorialização de uma agroindústria, a Pif Paf Alimentos, no contexto de formação de um Complexo

Agroindustrial, especificamente o CAI de Carnes, e identificar os efeitos socioespaciais gerados pela instalação e territorialização da unidade fabril no espaço urbano de Viçosa (MG).

A empresa, uma das dez maiores dos segmentos de avicultura e suinocultura no Brasil (PIF PAF, 2006), instalou-se em Minas Gerais, transferindo-se do estado do Rio de Janeiro, e tornou-se uma das maiores empresa frigorífica do Estado. Hoje, possui sua sede corporativa na cidade de Belo Horizonte e várias unidades produtivas em cidades mineiras, além de uma no Rio de Janeiro e outras em construção no estado de Goiás.

Ao observarmos a presença da empresa Pif Paf em Viçosa e sua atuação na região, ficamos estimulados a responder algumas questões, como: quais os efeitos socioespaciais provocados pela instalação da Pif Paf em Viçosa? Quais fatores contribuíram e ou foram decisivos para implantação da unidade fabril na cidade e como ocorreu sua territorialização? Qual é o peso que a unidade fabril da empresa ocupa na economia de Viçosa? Quais as expectativas geradas por sua presença na cidade? Cabe ressaltar que não fizemos uma análise dos impactos da empresa sobre o campo, porque a unidade da Pif Paf de Viçosa, que é nosso objeto de estudo, destina-se à fabricação de embutidos, a partir de matérias-primas provenientes de outras unidades da Pif Paf, unidade de Visconde do Rio Branco, onde as aves são abatidas, e da unidade de Patrocínio, onde os suínos são abatidos. Além disso, dispúnhamos de tempo limitado para a pesquisa.

O texto com as discussões, resultados e reflexões acerca da pesquisa realizada foi dividido em 6 capítulos. No **primeiro capítulo** são elucidados os procedimentos metodológicos que adotamos na pesquisa. O **segundo** traz a discussão a respeito dos conceitos de CAI e CAI's, apresentando as principais abordagens e seus respectivos autores, além de uma breve explanação sobre impactos ou efeitos gerados por agroindústrias no espaço. O **terceiro capítulo** mostra a trajetória de formação dos CAI's e do CAI no Brasil, a partir dos processos de modernização e industrialização da agricultura. Traz, também, a contextualização das características de flexibilidade apresentadas nas últimas décadas pelas empresas. O **capítulo 4** evidencia as características socioeconômicas da Zona da Mata de Minas Gerais, considerando a sua formação histórica, e mostra a importância dessas características para a consolidação do CAI de carnes na região, além de contextualizar o município de Viçosa dentro dessa realidade. No **capítulo 5**, analisamos as características socioeconômicas de Viçosa, buscando mostrar o perfil de seu setor industrial. Em seguida, apresentamos o histórico da empresa Pif Paf Alimentos e enfatizamos a sua presença no espaço viçosense, descrevendo a estrutura da empresa e o seu processo de territorialização. O **capítulo 6** compreende as análises e discussões dos efeitos e transformações socioeconômicas e espaciais que a Pif Paf acarretou e está acarretando no espaço urbano de Viçosa, principalmente, por meio da contratação de mão-

de-obra local. Por fim, as conclusões do estudo são evidenciadas na parte de **considerações finais**.

1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante da complexa realidade que nos propusemos estudar, o melhor caminho encontrado foi utilizar várias técnicas pertencentes às variadas abordagens teórico-metodológicas, pois nosso objetivo não era somente de descrever a realidade, nem apenas de desvendar as relações de causa-efeito. Também não era unicamente de conhecer o movimento dos fenômenos e processos e nem tampouco de permanecer no âmbito da percepção. O que procuramos realizar foi uma análise que se aproximasse o máximo possível da realidade, sem privilegiar um aspecto em detrimento de outro.

Assim, utilizamos as seguintes técnicas como procedimentos de pesquisa, para levantar os dados necessários, organizá-los e analisá-los:

1. Pesquisa bibliográfica, utilizada na fundamentação teórica do trabalho, discutindo conceitos e termos utilizados. Abrangeu o levantamento de teses, livros, dissertações, leis e documentos jornalísticos, com a temática da constituição de CAI's, principalmente na ótica geográfica, e com informações sobre o objeto de estudo (Pif Paf e o município de Viçosa).
2. Pesquisa documental, em fontes primárias como os censos do IBGE (dados agropecuários, industriais e demográficos), em documentos da Secretaria de Planejamento Municipal de Viçosa e no site da Prefeitura (dados econômicos e sociais do município) e no site da empresa Pif Paf. Também buscamos reportagens do Jornal Tribuna Livre. Essa pesquisa embasou o trabalho, por meio da obtenção dos dados sobre o município, a região da Zona da Mata mineira e a empresa pesquisada.
3. Pesquisa de campo, por meio de visitas à unidade fabril da Pif Paf em Viçosa, em caráter exploratório e, num segundo momento, para coleta de informações sobre a empresa, feitas durante os meses de dezembro de 2006, janeiro e fevereiro de 2007. Também realizamos observações sistemáticas e assistemáticas, da realidade da cidade de Viçosa, por meio de visitas ao bairro onde está a fábrica e aos de seu entorno, para identificar os impactos da implantação da empresa no espaço local.
4. Entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com a gerência da empresa em Viçosa, com os trabalhadores, com moradores e comerciantes do entorno da fábrica e com o Secretário de Desenvolvimento Municipal da Prefeitura de Viçosa.

Na entrevista com a gerência da empresa buscamos coletar dados sobre a estrutura e a história da empresa Pif Paf Alimentos; sobre suas atividades em nível local, regional e

nacional; sobre o funcionamento da unidade de Viçosa, sua história na cidade e seu posicionamento na estrutura da Pif Paf; e sobre o relacionamento da unidade com a Prefeitura Municipal de Viçosa e com a população vizinha à fábrica.

Enviamos ainda dois questionários para a unidade de Viçosa, somando 34 perguntas abertas, as quais versavam sobre aspectos factuais, quantitativos e qualitativos, buscando obter informações sobre a história da empresa, seu funcionamento, seu mercado e sua espacialização, de acordo com as noções teóricas adotadas.

Nas entrevistas com os trabalhadores, procuramos analisar a relação capital-trabalho, o perfil dos mesmos e os seus locais de moradia. Na amostragem do número de funcionários a serem entrevistados, consideramos 30% do total, o que corresponde a 85, mas conseguimos conversar com 88 funcionários. Para abarcar pessoas de setores diferentes, e tanto homens quanto mulheres, adotamos uma amostragem aleatória, devido à impossibilidade de a empresa permitir fazer a seleção por meio de uma escolha induzida. Assim, o gerente de produção e um dos líderes de setor da empresa escolheram aleatoriamente os funcionários, procurando variar idade, sexo e setor e então aplicamos as entrevistas semi-padronizadas.

Como a fábrica funciona em dois turnos principais, fizemos a amostragem separadamente para cada turno, nos horários de refeição dos funcionários. No primeiro turno, os funcionários almoçam das 10:30h às 12:30h e, no segundo, jantam das 20:00h às 23:30h. Há ainda alguns outros turnos intermediários, variando o número de funcionários nos mesmos, mas consideramos somente os turnos principais.

A análise foi realizada cruzando as respostas à cada pergunta de forma a obter as correlações que demonstrassem os impactos gerados pela empresa na cidade. As tabelas foram montadas no software Excel XP, no qual também fizemos os gráficos, o que facilitou o cruzamento e visualização das informações.

Foram feitas entrevistas livres com pessoas do bairro onde a fábrica se encontra e com funcionários da Prefeitura, para saber como a presença da empresa é percebida.

Enviamos, para a Prefeitura Municipal de Viçosa, um questionário com 8 perguntas abertas, para captar a relação do poder público com a empresa e resgatar a história da instalação da fábrica na cidade. Também buscamos na Secretaria de Desenvolvimento Municipal as informações sobre o setor industrial da cidade. Porém, em ambos os casos, não obtivemos muitas informações. Dessa forma, a solução foi basear a análise nos dados encontrados no site do IBGE, no da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e no da própria Prefeitura, que contém informações básicas.

5. Observação direta e documentação fotográfica, que nos possibilitaram apreender a paisagem em que a empresa se insere, no bairro São José.

6. Análise quantitativa, com elaboração de tabelas, gráficos e sistematização dos dados levantados.
7. Análises qualitativas e comparações, a partir de todo material levantado e dos dados quantitativos, procurando confrontar com a teoria.

Para sabermos a importância da Pif Paf em Viçosa e o impacto provocado por ela, tivemos que definir a estrutura econômica da cidade de Viçosa e mais especificamente, de sua atividade industrial, procurando, primeiramente, averiguar a importância relativa de cada setor na economia local e de cada ramo industrial no conjunto da atividade fabril. Os critérios escolhidos para medir a importância de cada setor foram o número de estabelecimentos e o número de pessoal ocupado, que são os critérios mais simples e mais rápidos de investigação. No entanto não tomamos os mesmos isoladamente, mas procuramos contrapô-los.

O número de pessoas empregadas é um critério de uso muito comum, principalmente em trabalhos geográficos, pois a variação do mesmo afeta diretamente o conjunto da população, o consumo, a contratação de serviços, entre outros. Também são dados de fácil acesso, disponíveis em Censos Socioeconômicos como os do IBGE, que não demandam correção de unidades ou atualização. Além disso, facilitam a comparação com situações encontradas em diversas escalas, sejam nacionais ou mundiais.

Contudo, este critério deve ser acompanhado de uma ponderação qualitativa, pois a importância dos diversos ramos industriais, por exemplo, depende muitas vezes mais do valor que a mão-de-obra e o capital investido agregam à produção que do número de empregados em si. Porém, não nos foi possível realizar uma análise nesse sentido por falta de dados, o que não nos impediu de traçar um panorama geral da economia da cidade de Viçosa e do peso do ramo industrial para a mesma.

A partir do que conseguimos levantar, fizemos a tabulação, criamos os mapas, no software ArcView 3.2, e os gráficos e desenvolvemos nossa análise. A construção do texto buscou mostrar os fatores que trouxeram a empresa Pif Paf para Viçosa e as conseqüências decorrentes disso, tanto no âmbito socioeconômico quanto no espacial.

2. EM BUSCA DE UM APARATO TEÓRICO

2.1. Complexo Agroindustrial (CAI) e Complexos Agroindustriais (CAI's): uma breve discussão sobre os conceitos

Muitos são os autores que se dedicaram ao entendimento do processo brasileiro de agroindustrialização, entre os quais podemos citar Gláucio José Marafon (1998; 1999), José Graziano da Silva (1991; 1996) e Muller (1989), e várias são as formas de periodização desse processo, bem como o entendimento ou a definição do que seja complexo agroindustrial.

Enfatizando a discussão sobre o conceito de CAI, cabe começar apontando que existem diferentes versões deste termo que se enquadram em dois enfoques: o que considera a formação do “macro-complexo”, ou “macro-CAI” e o que postula o surgimento de “micro-complexos”, ou “micro-CAI's”.

O CAI é entendido como uma unidade de análise baseada na homogeneidade da base técnica da agricultura. O termo enfatiza a interdependência entre indústria para agricultura, agricultura e agroindústria, tirando da agricultura o seu caráter autônomo, uma vez que ela passa a fazer parte da dinâmica industrial e financeira (MÜLLER, 1989). Essa definição concebe a existência de uma estrutura maior (macro-CAI) que engloba complexos industriais com ligações com a atividade agropecuária, composto por vários sistemas e cadeias agroindustriais (MARAFON, 1998).

Já os CAI's se referem às articulações entre indústria à montante da agricultura, agricultura e indústria à jusante, voltadas para a produção e beneficiamento de produtos agrícolas específicos, definindo complexos com dinâmicas diferenciadas (micro-CAI's). A origem dos micro-CAI's está na desagregação dos antigos complexos rurais.

O termo Complexo Agroindustrial (CAI) surgiu em 1950, em Boston, nos Estados Unidos, sendo empregado pela primeira vez por J.H. Davis e R.A. Goldberg numa conferência e publicado por eles no ano seguinte, os quais o nomearam de “agribusiness”, referindo-se à:

[...] soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição de insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda, e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e derivados. (DAVID; GONDELBERG apud MARAFON, 1998, p.10)

A noção de “agribusiness” foi cunhada para designar o processo de transformação em vigência na agricultura norte-americana, que estava perdendo funções que eram suas para outras atividades, por causa da “crescente interrelação setorial entre agricultura, indústria e serviços” (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.7). Muitos produtos agropecuários não chegavam mais diretamente ao consumidor final; antes, eram destinados às agroindústrias, o que significava uma mudança no “quadro clássico em que a agricultura era o centro das relações e impunha o seu ritmo.” (BORGES, 2006, p. 20).

Segundo Graziano da Silva (1991), o conceito de “agribusiness” adotava a análise sistêmica, considerando a interdependência setorial, ou os fluxos de troca, mas desprezava a questão do progresso técnico da agricultura e, portanto, os aspectos sociais. Em relação a isso, Borges (2006, p.22), citando Cleps Júnior (1998), ressalta que a linguagem da teoria dos sistemas “mascara a ideologia do controle dentro do complexo”.

Os primeiros autores a aplicarem o termo “agribusiness” à realidade brasileira foram Araújo, Wedekin e Pinazza, no livro intitulado “Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro”, publicado em 1990. Os autores o empregam como sinônimo de CAI, justificando ser a tradução mais correta diante da realidade brasileira. Segundo esses autores, CAI diz respeito aos fornecedores de insumos e fatores de produção, aos agentes produtores da matéria-prima, aos processadores e aos distribuidores dos produtos de origem agrícola, organizados num sistema de funções interdependentes (ARAÚJO; WEDEKIN; PINAZZA, 1990 apud BORGES, 2006, p.23).

Guimarães (1982), além de outros autores, como Müller e Delgado, também adotou o conceito de CAI, originado do termo americano, e o admite como “resultado da integração técnico-produtiva, em que ocorre uma crescente relação entre agricultura e setor industrial, ocorrendo um domínio dos setores não agrícolas na agropecuária” (BORGES, 2006, p.27), com dependência total ou parcial da agricultura em relação às empresas e indústrias às quais se vincula.

O termo americano foi traduzido para o francês como “*fillière*”, isto é, cadeias, sendo utilizado primeiramente por Louis Malassis, o qual “enfatizou a sua dimensão histórica, situando o complexo agroindustrial como característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.8). Malassis também acrescentou a concepção de que a estrutura agroalimentar está dividida em: “um sub-setor a montante (que fornece bens de produção), o sub-setor agrícola e o sub-setor que transforma e distribui os produtos agrícolas e alimentares” (MARAFON, 1998, p.11). O conjunto desses sub-setores forma o Sistema Agroindustrial.

Graziano da Silva (1991, p.8) complementa que Malassis considera importante para o estudo de uma cadeia a identificação da mesma a partir do produto, dos caminhos que este percorre no processo produtivo, dos agentes e das operações envolvidas, bem como a análise da estrutura de funcionamento dos mercados e a atuação do Estado, entre outros, que são os mecanismos de regulação da cadeia.

Conforme Marafon (1998, p.11), como semelhanças entre os dois termos, temos que ambos consideram a mesma seqüência pela qual passa o produto (agricultura-agroindústria-distribuição), além de analisar a formação do sistema ou complexo agroindustrial (agribusiness) e das cadeias agroindustriais (*fillière*) a partir da matriz insumo-produto.

Como pontos de divergência, encontramos que o termo americano enfatiza a indústria à jusante enquanto o termo francês, os três sub-setores anteriormente citados.

Destarte, Graziano da Silva (1991, p.8) afirma que tanto “agribusiness” quanto Sistema Agroindustrial “são apenas redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada”.

Marafon (1998) salienta que muitos pesquisadores estudaram o processo de transformação no setor agrícola, assumindo os conceitos supracitados. Entre eles, o autor destaca Geraldo Müller (1981,1982a,b,c, 1989b,c), que trouxe grande contribuição à elaboração do Conceito de Complexo Agroindustrial no Brasil.

Müller, ao analisar a gênese e expansão do complexo agroindustrial no Brasil, inspirou-se nas noções de *agribusiness*, de *filière* e de complexo industrial, e isso perpassa a sua abordagem sobre o ‘macro’ Complexo Agroindustrial e as cadeias agroindustriais ou complexos particulares, como trigo/moinhos, fumo/cigarros, soja/indústria de oleaginosas, etc...(MARAFON, 1998, p.12)

Müller considera que tanto a integração técnico-produtiva como a integração de capitais formam o Complexo Agroindustrial (CAI). A integração financeira é feita pelo Estado, por meio da “planificação para o lucro”, que visa balizar perdas ou déficits e é feita acima de interesses individuais. O Estado moderno administra preços, insumos, comercialização e financiamentos. Há uma total integração vertical entre os setores do CAI e o Estado gestor.

Quanto à integração técnico-produtiva, Müller baseia-se no conceito de Complexo Industrial (CI), isto é, “um agrupamento de indústrias engajadas na produção de mercadorias interdependentes fortemente relacionadas entre si e fracamente relacionadas com outras mercadorias fora do agrupamento” (LEMOS, 1995, p.84). Neste aspecto, o CAI é compreendido como uma “forma de organização da estrutura agroindustrial moderna”, um modelo caracterizado por “agrupamentos hierárquicos de insumo-produto” (LEMOS, 1995, p. 84).

Conforme Marafon (1998, p.13), “o conceito de complexo industrial foi formulado por Haguenaer *et al* (1984) e teve como ponto de partida a premissa de que em um espaço econômico determinado pode-se isolar um conjunto de atividades fortemente interdependentes”. Este conceito nos remete primordialmente à definição do que seja “complexo”.

Graziano da Silva (1991, p.5), ressalta a importância dos “critérios previamente definidos” e “das relações multideterminadas de encadeamento, coordenação ou controle” na formação de um complexo. E critica a noção de CAI (macro-CAI) defendida, sobretudo por Müller, Nunes e Contini e Araújo *et al*, afirmando que é um recorte estático, isto é, “não revela a dinâmica relacional e nem espacial” (BORGES, 2006, p.24) dos elementos.

Igualmente, a autor defende que é necessário se considerar não só a “endogenia do complexo”, mas também os fatores externos, para que se possa captar a dinâmica do mesmo. E julga inadequada a fixação de um único parâmetro quantitativo para classificar um complexo, pois isso pode levar à exclusão de atividades qualitativamente importantes que dele participem (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.17).

Ainda, Graziano da Silva (1991), defendendo a concepção de micro-CAI's, em seu artigo “Complexos Agroindustriais e Outros Complexos”, dirige outras críticas à de macro-CAI, resumidas da seguinte forma, com base em Borges (2006):

- Diz que o uso do termo CAI para o contexto brasileiro, a partir da sua elaboração, baseada no conceito de Complexo Industrial, não é adequado, pois a agricultura é considerada apenas um elemento do complexo e tem suas especificidades ignoradas na análise, como se não influenciasse a atividade industrial;
- Considera impróprio o conceito de CAI, que se respalda no de “agribusiness”, para explicar a realidade brasileira, uma vez que é limitado e não consegue abarcar as forças sociais envolvidas no processo;
- Afirma que o Estado não tem capacidade de planejamento a ponto de controlar todo o processo, como propõe a abordagem do CAI;
- Defende que a delimitação feita dos setores à montante e setores à jusante engloba “muita coisa” que não está necessariamente ligada à atividade agropecuária, o que não esclarece as relações entre agricultura e indústria.
- Enfim, diz que as raízes do processo se encontram antes de 1960, o que limita a concepção do macro-complexo pela falta de historicidade.
- Vários autores, ainda, como Ângela Kageyama e José Graziano da Silva, Cleps Júnior (1998), assumem que o processo de agroindustrialização no Brasil não é homogêneo, pois existem produtores rurais à margem dele, praticando a “agricultura atrasada”, além de outras atividades que não se conformaram à modernização. Assim, não é possível englobá-los no conjunto do CAI.

Apesar disso, para Müller o CAI é definido a partir da inserção da agricultura no Complexo Industrial, determinando interrelações setoriais particulares, diferentes das de outros complexos industriais, o que dá origem ao macro-CAI, composto por cadeias produtivas. Assim, o autor define CAI como:

O conjunto de processos técnico-econômicos, sócio-políticos, que envolvem a produção agrícola, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura e os serviços financeiros correspondentes. (MÜLLER apud MARAFON, 1998, p.13)

Ou seja, o CAI é adotado como uma unidade analítica que se refere ao processo amplo de integração indústria-agricultura, em que a produção agrária passa a se destinar não só ao comércio, mas também ao conjunto de indústrias que têm mercado nas atividades agropecuárias.

Em contraposição a esta concepção de macro-CAI está a que postula que, no processo de agroindustrialização brasileiro, formaram-se vários complexos agroindustriais (CAIs), advindos da desagregação do Complexo Rural, através de um processo histórico.

No entender de Graziano da Silva (1996), ocorreram três processos distintos: 1) as mudanças da base técnica da produção agrícola, dependente ainda de importações, significaram a *modernização da agricultura*, a qual foi um passo para 2) a *industrialização da agricultura*, caracterizada pela interação indústria-agricultura, com a produção de máquinas e insumos no país, e pelas mudanças nas relações trabalhistas. Nesta fase, “a produção agrícola passou a ser um elo de uma cadeia”. Esses dois processos levaram à 3) *constituição dos Complexos Agroindustriais* (CAI’s) na década de 1970 (MARAFON, 1998, p.16).

A abordagem dos CAI’s mostra que houve um estreitamento de relações entre setores (agrícola, industriais, de comércio, serviços, de tecnologia), que se deu tanto pela integração técnica quanto pela integração financeira, sendo esta última a que caracteriza de fato um CAI.

No mesmo sentido, Alves Filho (1996), no seu estudo sobre as transformações ocorridas no processo de produção avícola no Estado de Minas Gerais, perpassando a questão dos CAI’s, diz:

O componente que proporciona unidade às várias atividades dos complexos agroindustriais é o fato de todas serem atividades do capital, com uma regulação macroeconômica mais ampla. As relações intercapitais não ocorrem apenas nos níveis técnicos, mas sobretudo no espaço financeiro. As volumosas aquisições de insumos pelo setor agrícola apresentam-se inicialmente como uma recomendação técnica, no entanto esta transação requer de imediato alguma forma de financiamento. Na atual dinâmica da economia, o financiamento não será captado entre agentes isolados, mas no sistema financeiro instalado, que passa a ser um parâmetro a ligar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia. (ALVES FILHO, 1996, p.24)

Os CAI’s, por sua vez, se constituíram a partir da diferenciação de relações, que definem as cadeias produtivas específicas. Kageyama e Graziano da Silva *apud* Marafon (1998), formularam uma “tipologia de complexos”, diferenciando-os pela forma de integração (ou de não integração) da agricultura com os setores à montante e com os setores à jusante. Para os autores, os CAI’s podem ser classificados como: a) *Complexos Agroindustriais Completos e Integrados*, com vínculos específicos tanto para frente quanto para trás, representados pelos complexos avícola, açucareiro e alcooleiro, de carnes e de soja; b) *Complexos Agroindustriais Incompletos*, cuja integração é mais forte apenas com a agroindústria, que seriam os de laranja, milho e laticínios; c) *atividades modernizadas*, que não apresentam a forma de complexos, mas que utilizam máquinas e insumos, como o feijão, o arroz e o café; e d) *produção artesanal não modernizada*, que são aquelas atividades que não têm relações fortes entre setores, representadas pela produção de gêneros alimentícios básicos, como banana e mandioca.

Segundo a concepção de micro-CAI, os CAI’s se constituíram quando a produção agrícola nacional se integrou de forma a “opor-se às antigas condições do complexo rural

tradicional, fechado em si mesmo, negando também em grande parte as condições do complexo agrocomercial existente até os anos 60” (ALVES FILHO, 1996, p.24).

Em complementação à abordagem dos CAI's, Alves Filho (1996) postula que os Complexos Agroindustriais podem ser compreendidos a partir de uma definição sociológica, a qual o autor assume em seu trabalho, afirmando que:

[...] o complexo agroindustrial pode ser entendido como um espaço social onde os elementos situados em posições hegemônicas e os que ocupam posições inferiores podem se encontrar continuamente em disputa por seus interesses específicos, mas não necessariamente constituir grupos antagônicos, estabelecendo um campo de lutas, como abordado por Bourdieu (1982). (ALVES FILHO, 1996, p.10)

Tal definição é útil para se entender as mudanças que ocorreram a partir do referido processo de industrialização da agricultura, no âmbito das relações de trabalho. Surge uma forma direta de subordinação do trabalho ao capital no campo, formando um proletariado rural, com a perda de autonomia no trabalho, sujeito à especialização por atividade e a novos ritmos.

Isso também vai ao encontro da abordagem Neocorporatista considerada por Graziano da Silva (1991), a qual, segundo ele, “faz parte de um gênero mais amplo de teorias no campo da política econômica identificadas como institucionalistas” (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.19). Estas teorias postulam que o comportamento econômico, social ou político não pode ser entendido como resultado de interesses ou decisões individuais e nem de imposições ou identidades de um grupo, mas como resultado da dinâmica de uma *instituição*.

As instituições são compreendidas como um setor não governamental e de não mercado, que têm padrões recursivos de comportamento coletivo e que refletem tanto as demandas por seus serviços quanto o consenso efetivo entre os indivíduos e as autoridades em conflito.

Segundo o paradigma neocorporatista, “as organizações têm um efeito determinante e previsível sobre os seus membros de modo que a satisfação dos interesses deste pode ser considerada como ‘estrategicamente interdependentes” (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.20). E no processo de decisão, não há regras claras e óbvias, mas uma “concertação” de interesses, a partir de ajustes seqüenciais.

Além disso, as decisões são tomadas em “arenas”, algo próprio do capitalismo, entre as quais estão os setores (compreendidos como um “escopo de barganha política entre as organizações” (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.20)), que podem ser entendidos de várias formas, como grupos industriais, ramos de produção, ou mesmo como complexos. Os setores podem ser resultado da interação e da combinação do modo de produzir entre a auto-organização e as políticas públicas e nem todos são constituídos como mercados. Entre os agentes que os compõem estão produtores dos bens e serviços, os fornecedores

de matérias-primas, os pesquisadores e técnicos, os comerciantes, banqueiros e trabalhadores, bem como as agências governamentais.

Dessa forma, conforme Graziano da Silva (1991), o paradigma neocorporatista ajuda na compreensão da dimensão política dos CAI's, tornando-o resultado histórico da formação de uma organização. Portanto, afirma:

É dentro dessa nova abordagem do conceito de setor que nos proporciona a abordagem neocorporatista que pretendemos situar a noção de complexo como o resultado histórico de uma concertação de interesses entre instituições públicas e privadas, num determinado nível (ou âmbito) organizacional. Ela nos permite ver os complexos como verdadeiras máquinas de organizar interesses no quadro das relações conflituais entre segmentos da iniciativa privada e o Estado, priorizando e até mesmo excluindo atores que por razões estritamente econômicas deveriam ou não fazer parte de uma dada estrutura tecnoprodutiva. (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.21).

Mais recentemente, Mazzali (2000), em seu livro “O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização ‘em rede’”, apresenta e defende uma nova formulação teórica para entender a dinâmica da integração agropecuária e indústria. De acordo com este autor, a partir dos anos de 1980, houve no Brasil uma “reestruturação” do segmento industrial como um todo, em que se destacam a “formulação de estratégias alternativas e autônomas” dos agentes econômicos – o que leva à perda de significado do conceito de CAI, pois este se limita a um momento histórico específico. O autor discute, assim, a noção de organização “em rede”.

Mazzali (2000) faz sua discussão sobre o setor agroindustrial a partir de uma visão “macro” do mesmo, abordando os principais acontecimentos que marcaram tanto a modernização como a industrialização da agricultura no resgate histórico do processo de agroindustrialização do país, e caracteriza o movimento de reestruturação do segmento agroindustrial a partir das trajetórias específicas de cada cadeia agroalimentar.

Segundo ele, ocorreram mudanças de estratégias e consolidação de novas configurações produtivas no setor agroindustrial, durante as décadas de 1980 e 1990, sob a forma de “distintos perfis de reorganização no interior de seus diferentes subsegmentos” (MAZZALI, 2000, p.41), o que evidencia o surgimento de um novo paradigma, a organização em “rede”, em que não há mais uma estratégia geral de ação, orientada pelo Estado dentro do CAI, mas surgem várias formas de movimentos e ações circunscritas aos diferentes segmentos agroindustriais.

Conforme o autor, o que marcou esse processo foi a fuga da rigidez, ou flexibilização das “formas de organização das atividades produtivas e da estrutura administrativa”, por parte da agroindústria processadora. Isso foi reflexo do novo contexto das economias mundial e nacional, marcadas por mudanças macroeconômicas e tecnológicas, que passaram a exigir das empresas maior capacidade de responder ao mercado.

Assim, as mesmas passaram a se relacionar com o ambiente de forma diferente, tornando-se interdependentes entre si, combinando recursos e atividades. “A ênfase da concorrência desloca-se para a seleção dos parceiros, visando a constituir ‘sistemas de relações’ que permitem o acesso aos recursos externos necessários ao aproveitamento das oportunidades de lucro” (MAZZALI, 2000, p.156). As redes são criadas de forma a suprir as empresas que as formam das atividades e recursos que são complementares para essas empresas

(recursos externos), as quais passam a se concentrar em suas atividades principais e potencialmente geradoras de lucro.

Dessa forma, o “paradigma” da organização “em rede” pressupõe que as empresas tornam-se interdependentes, por meio de novas relações produtivas, e que o Estado reduz o seu papel como um agente econômico de importância na configuração dessas relações. Há um arrefecimento do Estado enquanto financiador, mas o mesmo continua a atuar como regulador dos interesses divergentes, principalmente no âmbito da política econômica.

Contudo, Cunha (2003), em seu estudo sobre a aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar (SAG), elabora as seguintes questões:

1. “(...) se a organização em rede pode ser analisada como uma nova etapa do desenvolvimento capitalista na agricultura, em sucessão ao modelo dos Complexos Agroindustriais” (CUNHA, 2003, p. 9);
2. “A organização em rede é uma forma de coordenação para a qual devem evoluir as diversas cadeias agroalimentares?” (CUNHA, 2003, p. 10). Esta indagação o autor considera resultado da primeira;
3. “Uma *terceira questão* refere-se à possibilidade do estabelecimento de redes não centralizadas (redes horizontais) no sistema agroalimentar, em que o elo de conexão é dado mais por características sociais e regionais do que atributos dos ativos” (CUNHA, 2003, p. 11).

Conforme o autor, as respostas às duas primeiras perguntas, as quais nos interessam, são negativas. Primeiro, porque o funcionamento em rede aparece, a partir da análise que o autor faz da literatura de organização industrial, como uma forma de organização específica em alguns sub-setores ou setores específicos. São notadas diversas formas de interação e coordenação (como, por exemplo, “alianças estratégicas”, que as redes podem englobar, mas que não significam uma organização em rede) dentro do Sistema Agroalimentar (SAG), sendo a organização em rede um exemplo. Assim, não é possível imputar ao funcionamento em rede um papel paradigmático no SAG (CUNHA, 2003, p.10).

Segundo, porque existem razões históricas e características únicas que favorecem ou não a organização em rede, conforme oportunidades setoriais diferenciadas, como ambiente de concorrência, grau de incerteza e risco, condições técnicas nas etapas da cadeia de produção, entre outras. O estreitamento de laços de relação entre os setores não quer dizer o estabelecimento de uma organização em rede.

Assim, entendemos que a hipótese de Mazzali (2000, p.11), “da perda do poder explicativo do conceito de complexo agroindustrial” e do surgimento da organização em “rede” como novo paradigma para analisar o comportamento agroindustrial brasileiro, não condiz com a realidade. Antes, acreditamos que o aparato teórico/analítico dos CAI’s é a melhor alternativa, uma vez que considera as especificidades dos sub-setores agrícolas, e o fato de que são resultantes de fatores tanto externos quanto internos.

2.2. Periodizações do processo de agroindustrialização brasileiro

A partir disso, fizemos um resgate histórico do processo de agroindustrialização brasileiro, o qual não possui um único recorte.

Denise Elias (2002), por exemplo, faz uma periodização que considera a formação de micro-CAI's, estabelecendo três momentos: o primeiro caracteriza-se pela mudança da base técnica das atividades agropecuárias a partir da década de 1950, em que se inicia a difusão das inovações químicas e mecânicas; um segundo, marcado pelo processo de “industrialização da agricultura”, em meados da década de 1960, com a constituição dos vários complexos agroindustriais (CAI's); e um terceiro, em que ocorre a integração de capitais e sobressaem as novas formas de organização entre os setores da economia.

Outra periodização é a de Leonel Mazzali (2000), que admite a formação do macro-CAI e considera a existência de dois momentos apenas: um, a partir de 1950, definido pelos processos de internalização pela agropecuária das inovações tecnológicas, a integração indústria-agricultura, tanto técnica como de capitais, e a predominância da ação do Estado orientador - esse conjunto de fatores marca a formação do Complexo Agroindustrial (CAI); o outro momento, que se define a partir dos anos de 1980, marcado pelo arrefecimento da atuação estatal e um processo de “reestruturação” do segmento industrial como um todo, levando à organização “em rede”.

Uma terceira divisão é a de Graziano da Silva (1996), a qual considera a historicidade do processo, dividindo-o em modernização da agricultura, industrialização da agricultura e constituição dos complexos agroindustriais (micro-CAI's), etapas ocorridas da seguinte forma:

- 1) Antes de 1850, as atividades agropecuárias e manufatureiras compunham o Complexo Rural, internalizadas nas fazendas;
- 2) De 1850 a 1890, inicia-se a decomposição do complexo rural e se forma o complexo cafeeiro;
- 3) De 1890 a 1930, outros setores surgem do complexo cafeeiro, que estava em seu auge, acompanhando o nascimento das primeiras agroindústrias;
- 4) De 1930 a 1960, integram-se os mercados nacionais e ocorre a internalização do D1 (setor industrial de base – químico, siderúrgico, metal-mecânico). Daí se formam os Complexos Agroindustriais (CAI's), com a “substituição de elementos internos do antigo Complexo Rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para o surgimento de indústrias de bens de produção e insumos para a agricultura, ou o setor a montante” (BORGES, 2006, p.36).

Em nossa pesquisa, seguimos a proposta feita por Graziano da Silva (1996), que consideramos a mais adequada à nossa proposta, pois nos traz o entendimento dos fatos que se deram antes de 1930, mostrando como surgem as agroindústrias, as quais serão posteriormente integradas ao processo de modernização/industrialização do setor agrícola. Além disso, permite elucidarmos as especificidades inerentes a cada processo de territorialização das agroindústrias, pois esses processos são correspondentes ao tipo de complexo agroindustrial no qual elas se inserem.

3. A EVOLUÇÃO E FORMAÇÃO DOS CAI'S OU DO CAI NO BRASIL

Ao olharmos para a realidade brasileira, tomando por base a abordagem dos micro-CAI's, vemos que a trajetória da agroindustrialização no país tem início com os complexos rurais. Os mesmos são “conjuntos de atividades desenvolvidas nas fazendas coloniais, baseados nas economias naturais, com uma pequena divisão de trabalho” (BORGES, 2006, p.31).

Dentro de um complexo rural, tudo o que era necessário à produção de determinado produto, era ali adquirido, como os meios de produção e os bens intermediários. Sua dinâmica era simples e geralmente a produção se organizava em torno de um produto comercializável apenas, o qual se destinava ao mercado externo. Do contrário, o que se produzia era para a subsistência da própria fazenda.

Como o complexo rural tinha sua economia baseada na mão-de-obra escrava, com a abolição do tráfico negreiro sua estrutura começou a ruir. A transição para a mão-de-obra livre foi, então, o que trouxe a diferenciação inicial entre as produções agrícolas e lugares dentro do país, pois, como mostra Borges (2006):

No Rio de Janeiro, os cafezais foram liquidados. No Nordeste, os antigos escravos permaneciam nas propriedades como ‘moradores de condição’. Em Minas Gerais e Espírito Santo, surgem as relações de parceria (meia, terça, etc), e a constituição de grande contingente de pequenas propriedades dedicadas à produção de alimentos para abastecer as cidades e a Capital Federal. Em São Paulo, a partir de 1870, se estabeleceu um novo regime de trabalho, o colonato. (BORGES, 2006, p.32)

Formou-se em São Paulo o complexo cafeeiro, com pouca especialização produtiva, pois na fazenda ainda eram produzidos alguns insumos e meios de produção. Mas a partir de então o mercado interno começou a se aquecer, com uma maior divisão do trabalho, simultâneo crescimento urbano e conseqüente ampliação das demandas por serviços e bens, as quais passaram a ser atendidas por atividades surgidas fora das fazendas. Formaram-se setores independentes, ligados às atividades rurais, como as indústrias, montadas na cidade, mas que atendiam às necessidades da agricultura, e aqueles tipicamente urbanos, como a indústria têxtil, segundo Graziano da Silva (1996).

Juntamente com a ampliação das atividades urbanas, entre 1890 e 1930, surgem outros setores destinados a atender ao complexo cafeeiro (setor artesanal de máquinas e equipamentos, oficinas de reparo e manutenção, por exemplo), destacando-se a aparição das primeiras agroindústrias de óleo vegetal, açúcar e álcool, e da atividade industrial voltada para o beneficiamento de produtos agropecuários, como frigoríficos na região sul e indústrias têxteis na região Sudeste, conforme Borges (2006, p.33).

De 1930 até a década de 1950, o café ainda era o principal produto da pauta de exportação brasileira, que estava marcada pela estagnação e dependência (MAZZALI, 2000, p.19), devido à crise de super-produção, de alcance mundial, ocorrida em 1929. Tal fato levou o governo a investir na industrialização do país, embora ainda tentasse manter a produção cafeeira para exportação. O modelo de substituição de importações (criação de infra-estrutura e implantação de indústrias de base) foi adotado pela política econômica governamental, possibilitando ao país a formação de um parque industrial. Conforme Müller (1989, p.32), “no período mencionado, a agricultura ficou à margem do processo de

industrialização, com mercados e estruturas regionais fortemente alicerçados”. A transição para a economia industrial se completou, contudo, em fins da década de 1970.

Por meio do desenvolvimento industrial baseado na produção de bens de capital e incentivado pelo Estado, que favorecia a entrada de capitais externos, pela execução de políticas agrícolas, industriais e de ocupação do território, subsidiadas com capital internacional, e por meio das exportações, o Brasil se integrou à nova ordem econômica mundial, no processo de internacionalização do capital, então, em curso:

“A nível mundial, ocorria a expansão das economias capitalistas, com difusão do capital transnacional, criação de um sistema global de produção industrial, grande aumento da demanda de certos bens (‘in natura’, semi-elaborados e industrializados) e expressivo crescimento das atividades comerciais”. (SELINGARD-SAMPAIO; DALTRINI, 1990, p.56)

De fato, a indústria foi o agente dinamizador da economia, por ser capaz de gerar uma grande quantidade de fluxos, tanto de mercadorias, como de capitais e de informação. Como afirmam Moraes e Costa (1993, p.174), “sendo a produção industrial, antes de tudo, um modo avançado de criação de riquezas, a diversidade e a intensidade de relações que ela define entre todas as esferas da produção coloca-a em posição central nas valorizações dos espaços particulares”. Assim, a industrialização do país abriu novas possibilidades à realização do capital no território nacional.

Müller *apud* Borges (2006, p.34), ressalta que o processo de industrialização do país também intensificou a relação indústria e agropecuária, com os investimentos da primeira voltados para a exportação de produtos advindos da “lã, juta, algodão, couro, trigo, cana-de- açúcar” e produção de máquinas e equipamentos para a agricultura.

A partir de 1960, em meio a esse processo, a agricultura brasileira experimenta a mudança de sua base técnica, dada pela articulação da mesma com a indústria produtora de insumos e bens de capital agrícolas (indústrias à montante) e também com a indústria processadora dos produtos agrícolas (indústria à jusante), denominadas agroindústrias. É por meio dessa integração que se formam os Complexos Agroindustriais (CAI's) no país, em que até “atividades que eram pouco valorizadas e dispersas passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas” (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002, p.39). A agricultura torna-se cada vez mais sujeita aos setores específicos da indústria e reduz a dependência em relação aos recursos naturais, tornando-se também competitiva.

Como consequência:

Já na década de 50 do século atual ressurgiu uma nova agroindústria, que não pode ser considerada mero prolongamento da agroindústria do início do século. A partir daí não é mais a agroindústria que comanda a dinâmica industrial como um todo. Ao contrário, a agroindústria passa a depender diretamente do desenvolvimento do setor industrial de máquinas e

equipamentos para si própria e para a agricultura. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.31)

O autor supracitado também afirma que na década de 1960, havia:

[...] um conjunto de condições macroeconômicas e políticas internas que possibilitaram uma mudança qualitativa no padrão de desenvolvimento da agricultura e no lugar que ela passava a ocupar no padrão geral de acumulação do país. Essa mudança qualitativa concretizou-se nos Complexos Agroindustriais e no processo de fusão/integração de capitais intersetoriais pelo capital financeiro. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.29)

Portanto, os CAI's formaram-se “a partir da integração *técnica* intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras”. Antes, “a agroindústria não dependia diretamente do desenvolvimento do setor industrial de máquinas e equipamentos para si própria e para a agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 31), mas diante disso, a agricultura deixa de ser um setor bem definido na economia, pois a mesma perde sua dinâmica geral. A dinâmica da agricultura passa ser fortemente influenciada e até determinada pelas indústrias, que podem ser a indústria à montante ou a que está à jusante (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 33).

Borges (2006, p.41) ressalta ainda que “os setores do tripé do complexo mantêm elos diferentes com a atividade agropecuária” e que a agroindústria processadora se integra verticalmente com os produtores de matéria-prima de duas formas, controlando a produção ou apenas contratando o fornecimento da matéria-prima. Como consequência, surgiram “diferentes níveis de integração e territorialização” dos CAI's no país, delimitando-se os de carnes, soja, trigo, algodão e o sucro-alcooleiro.

Pela outra abordagem, a do macro-CAI, percebe-se que, a partir da criação de um parque industrial no Brasil, com a substituição da importação de alguns produtos agrícolas e a diversificação dos insumos empregados, concomitantemente com a internalização de sua produção (MAZZALI, 2000, p.19), a agricultura brasileira passou a se desenvolver atrelada à economia urbano-industrial. Dois fatores que marcam esse processo são: a diversificação e o aumento da produção, como resposta à intensificação das demandas da indústria, do crescimento urbano e das exportações; e a internalização do pacote tecnológico referente aos princípios da “Revolução Verde”.

Antes disso, a estrutura das atividades agropecuárias representava um entrave ao crescimento econômico, pois dependia grandemente dos fatores naturais, que limitavam o tempo de produção, a quantidade produzida e a qualidade dos produtos, bem como fortaleciam as vantagens relativas das áreas de produção. Em outras palavras, “seus conjuntos técnicos anteriormente hegemônicos não condiziam com a racionalidade vigente no período tecnológico” (ELIAS, 2002, p.23).

O advento da “Revolução Verde” trouxe a modernização pela modificação da base técnica da agricultura, por meio de um pacote tecnológico de inovações físico-químicas, biológicas e mecânicas (processo denominado por Graziano da Silva de modernização da agricultura), concretizando a integração indústria e agricultura (que segundo o mesmo autor consistiu na industrialização da agricultura). Essa integração foi técnica e, sobretudo, de capitais:

O desenvolvimento capitalista da agricultura é, assim, conceituado como o movimento competitivo dos capitais industriais a fim de criar setores de

acumulação através da reestruturação do processo recebido de produção rural pré-industrial. A indústria apropriou-se gradativamente de atividades relacionadas com a produção e o processamento que, em conjunturas passadas, eram encarados como elementos integrais do processo de produção rural, baseado na terra. É precisamente nesta fase, nos setores industriais constituídos por estas apropriações, que atividades previamente “rurais” são subordinadas ao capital, removendo as barreiras à acumulação. (GOODMAN et al., 1990, p. 6)

As conseqüências desses acontecimentos são salientadas por Borges (2006):

Esse padrão imposto pela Revolução Verde contribuiu para a modernização/industrialização da agricultura brasileira, aumentando a produção, mudando os padrões alimentares da população e as relações produtivas no campo, e fazendo surgir novos problemas (naturais e sociais), ampliando e mantendo velhos ‘cânceres’ do agrário brasileiro (concentração de terras, pobreza no campo e dependência). (BORGES, 2006, p.38).

Outro fato decorrente é, segundo Elias (2002, p.24), a redução do peso das vantagens comparativas dos lugares baseadas em suas qualidades naturais, como solo e clima, o que abre possibilidade para a instalação de atividades em novos territórios, onde a tecnologia cria as condições adequadas.

É interessante também ressaltar que, uma vez que a implantação dos setores industriais voltados à produção para a agricultura ocorreu no espaço da cidade, “a produção capitalista no caso da agricultura localiza-se na cidade, não no campo” (GOODMAN; SORJ; WILKISON, 1990, p.6). Porém, Paulillo (2001, p.2) afirma que a articulação cada vez maior dos setores agrícola, industrial e de serviços, caracteriza um território específico, tornando as delimitações rural/urbano, muitas vezes, rarefeitas.

Podemos considerar que se forma, assim, uma estrutura produtiva comum, um novo padrão agrícola, um “projeto modernizante” comandado pelo Estado, que identificamos como macro-CAI.

Sobretudo, observa-se que, por meio do financiamento das atividades agrícolas, o Estado veio a ser o principal agente impulsionador da modernização, fato considerado tanto na abordagem da formação do macro-CAI quanto na dos micro-CAI's. Sua intervenção ocorreu por meio de políticas financeiras, como o controle de preços e o crédito farto, políticas fiscais, subsídios às pesquisas tecnológicas e o fomento, facilitando o acesso do grande capital e dos proprietários rurais às inovações técnicas. O interesse estatal provável era de incentivar a dinamização da economia por meio do aumento do consumo interno da produção industrial de vários setores, como veículos, produtos químicos e derivados de petróleo, e do aprofundamento das relações de crédito na agricultura.

Com isso, o Estado veio a promover a integração de capitais multisetoriais, financiando e articulando interesses diversos, industriais, comerciais e bancários, o que levou ao “aumento do grau de concentração da produção” (MAZZALI, 2000, p.22). Conforme Elias (2002), com base em Delgado (1985), a integração de capitais, em meados da década de 1970, caracteriza um momento específico do processo de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, ocorrendo a partir:

[...] da centralização de capitais industriais, bancários, agrários, etc.; expansão de sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais), assim como a organização de conglomerados empresariais, por meio de fusões, organização de *holdings*, cartéis e trustes, com atuação direta nos CAIs. (ELIAS, 2002, p.26)

Tal acontecimento se intensifica com o advento do fenômeno de globalização da economia capitalista, incentivado pelo surgimento de novos centros econômicos e pela abertura dos mercados às trocas materiais, financeiras e informacionais em nível mundial, caracterizando-se pelo fortalecimento das políticas neoliberais, juntamente com as alianças oligopólicas. As mudanças tecnológicas também contribuíram para isso. A nova ordem econômica mundial ficou marcada pela instabilidade e incerteza, exigindo das empresas maior dinamicidade, com uma produção rápida, diversificada e atualizada para a conquista de mercados.

Como afirma Elias (2002):

A reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil se dá calcada na conquista de mercados internacionais de produtos alimentares industrializados ou semi-industrializados. Dessa maneira, transformam-se também, as tradicionais formas de distribuição e consumo de produtos agropecuários. Cada vez mais, a produção para o autoconsumo é substituída pela economia de mercado, em função das demandas urbanas e industriais, visando à produção de mercadorias padronizadas para o consumo de massa globalizado, aumentando a taxa de internacionalização da agropecuária brasileira, sendo as multinacionais os agentes mais poderosos deste processo. (ELIAS, 2002, p.27)

Assim, observam-se diferentes estratégias assumidas pelos agentes econômicos, como reestruturação administrativa, realocação geográfica de unidades industriais, alianças com outros agentes econômicos fora da cadeia produtiva, estabelecimento de formas diferentes de relacionamento com os produtores agrícolas integrados, alianças e associações com empresas de outros países, diferenciação/diversificação da produção, incorporação de nova base técnica, terceirização de serviços e intensificação das relações com fornecedores, entre outras, como demonstra Mazzali (2000).

No entanto, essas estratégias não são necessariamente assumidas em conjunto dentro dos setores agroindustriais e nem por todos eles. Em cada Complexo Agroindustrial passam a serem notadas combinações das mesmas, de acordo com as oportunidades dadas aos agentes, o que expressa a conformação atual dos CAI's, uma "concertação de interesses" entre as organizações e seus membros e o Estado, por meio de suas agências e políticas públicas. (GRAZIANO DA SILVA, 1991, p.22). Surgem outros tipos de integração de capitais e, conseqüentemente, a concentração dos bens de capital e de produção.

Procuramos, a partir desta retrospectiva, demonstrar de forma mais geral as mudanças ocorridas na atividade agropecuária brasileira, enfocando a dimensão político-institucional e também a técnico-econômica. Creemos que é importante analisar a atuação dos agentes de um CAI a partir do processo de formação das estratégias, que respondem à

disputa concorrencial instigada pela lógica capitalista global, no interior das cadeias produtivas.

Além disso, temos como hipótese que essas estratégias se refletem no espaço onde há a implantação de uma agroindústria processadora, na qual a articulação das relações de produção provoca transformações nesse espaço, tanto sociais quanto econômicas, que devem ser também estudadas.

3.1. O núcleo "nerval" dos CAI's: as agroindústrias, fixos transformadores do espaço.

Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos. (SANTOS, 2004, p.62)

A Teoria sobre Fixos e Fluxos de autoria de Milton Santos (1996; 2004) é o ponto de partida da análise sobre os efeitos socioespaciais proporcionados pela agroindústria Pif Paf Alimentos em Viçosa (MG). De acordo com o autor citado, fixo é todo objeto geográfico presente no espaço, isto é, uma casa, uma propriedade rural, um comércio, um hospital, um banco, etc., tudo o que é criado a partir da “fixação” da sociedade num ambiente natural, que passa a ser transformado, artificializado, reconstruído, então, por essa fixação e pelos fluxos gerados. Estes são “o movimento”, a circulação de pessoas, as trocas de capital, de informações, de produtos e serviços, feitos pelos fixos e que acabam por promover o surgimento de outros fixos, com os quais mantêm relações, formando sistemas.

Não há dúvidas de que a implantação de uma agroindústria, impulsionadora dos CAI's, em determinado lugar, como um fixo gerador de diversos fluxos, acarreta transformações naquele espaço tanto sociais e econômicas quanto espaciais. O impacto gerado é maior quando as lógicas que passam a guiar as novas relações são externas à realidade daquele local, sendo impostas ao mesmo tempo em que se busca uma forma de contornar as resistências surgidas, uma vez que o território é palco de lutas e contradições sociais.

Conforme Mazzali (2000), as agroindústrias processadoras, ou o setor à jusante da agropecuária, “têm um papel de peso no direcionamento do comportamento dos diversos agentes econômicos, direta ou indiretamente envolvidos com o setor, por meio de suas estratégias, transformando-se, dessa forma, no substrato de novas articulações das relações de produção” (MAZZALI, 2000, p.12).

Como um tipo específico de indústria, as agroindústrias têm uma grande capacidade de criar mercado de mão-de-obra e de mercadorias e de subordinar, criar e determinar outras atividades não produtivas, como comércio e serviços, o que se reflete diretamente na ampliação do espaço urbano.

A partir da fixação das unidades industriais, estabelece-se o processo produtivo, que requer que os produtos, direcionados ao consumo, alcancem o mercado. Isso significa que o destino dos produtos é externo ao seu lugar de produção, bem como a origem das matérias-

primas utilizadas para que sejam produzidos, que, no caso das agroindústrias, vem do campo. Como consequência, cria-se uma divisão espacial do trabalho, articulando o lugar da produção a um espaço mais amplo.

Na realização da produção e da circulação pela atividade industrial, ocorre a transformação do espaço, com a modificação de fluxos de recursos, de mão-de-obra, entre outros, e criam-se novos estabelecimentos, como depósitos e escritórios, como postula Carlos (2001, p.40). Para que a unidade produtiva possa funcionar, ela requer também a satisfação de outras necessidades, como o fornecimento de energia, serviços de apoio à produção, rede de comunicação e transporte, etc.

A mão-de-obra e os meios de produção são os fatores primordiais para a realização da produção. Isso se reflete na cidade, que é o espaço de materialização das condições de realização e também das contradições sociais decorrentes desse processo. Ao contribuir para a desigualdade de renda inerente ao capitalismo, a atividade industrial favorece a diferenciação de classes sociais, que terão o acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo de forma diferenciada (CARLOS, 2001, p.41).

Borges (2006) demonstra que a instalação da Perdigão, empresa cuja atividade se insere no CAI de carnes, em Rio Verde (Goiás) tem provocado mudanças nas dinâmicas dos centros urbanos, como o crescimento rápido da população, a atração de atividades econômicas relacionadas à agroindústria, a atração de pessoas de empresas prestadoras de serviços, a expansão da construção civil e das vendas comerciais, o aumento da demanda por moradia, a ampliação do processo de verticalização e da especulação imobiliária, a criação de cursos profissionalizantes, a abertura de novas agências bancárias, o aumento do custo de vida, entre outras. É um novo fixo, que transforma o espaço local e até regional, por meio de novas relações, atração de empresas e pessoas, introdução de novas atividades no campo.

O autor também salienta que as transformações geradas por uma agroindústria são mais intensas do que as provocadas por outras empresas, porque elas atingem tanto os centros urbanos como o campo, principalmente em regiões com tradição agrícola ou sem um processo de industrialização consolidado.

Outros autores também citaram em seus estudos a ação impactante dos CAI's e/ou das agroindústrias. Marafon (1999) argumenta que o território gaúcho sofreu modificações, sendo organizado e reorganizado em diversos níveis. Entre as várias transformações, cita a urbanização concomitante ao êxodo rural e às migrações, a industrialização, a criação de redes técnicas (ferrovias, rodovias, telecomunicações) e também movimentos sociais. Fala que várias cidades do Rio Grande do Sul, localizadas na área de produção de soja, se tornaram pólos regionais ao abrigar unidades industriais processadoras de soja e de insumos para a agricultura. Estas, inseridas no CAI Soja, são participantes ativas das transformações que se processam no território gaúcho a partir dos fluxos que geram, os quais percorrem as redes logísticas de circulação e de comunicação disponíveis.

Selingardi-Sampaio (1976), igualmente, estudando o fenômeno industrial em Piracicaba (SP), demonstra que o padrão de desenvolvimento da indústria local formou-se pela interação do setor com a cultura da cana-de-açúcar, a partir da instalação de engenhos e usinas que estimularam inicialmente o surgimento de novos ramos, o mecânico e o metalúrgico. Como consequência, outros ramos e setores industriais também se desenvolveram juntamente com a urbanização (desenvolvimento das atividades terciárias, crescimento populacional, multiplicação de estabelecimentos de ensino superior, etc.), a qual, juntamente com a industrialização, tomou proporções nacionais, estaduais e regionais.

Atualmente no Brasil, o segmento agroindustrial gera grande impacto na economia de modo geral. Segundo dados do IBGE (2003), em 2001, o mesmo “contribuiu com R\$ 40,4 bilhões para o valor total da indústria brasileira (13,9% dos R\$ 290,4 bilhões)”, empregando 800 mil pessoas em suas atividades, tanto no setor à jusante quanto no à montante das atividades agropecuárias. Em 1996 e 2001, a produção média das empresas agroindustriais foi maior que a média da indústria em geral, chegando a 55% de diferença. Em 2001, o total de agroindústrias no parque industrial brasileiro era de 130 mil empresas, que empregavam 5,4 milhões de pessoas.

A instalação da Pif Paf em Viçosa também tem provocado mudanças não só na paisagem onde se insere, mas também nas condições socioeconômicas da população, ao representar um meio de geração direta de emprego e renda, além de contribuir para a formação de mão-de-obra industrial local, ao promover o treinamento dos funcionários. Muitos jovens estão adquirindo a sua primeira experiência de trabalho com carteira assinada na empresa, sendo que a maioria possui baixa escolaridade. Há a migração de pessoas da zona rural para a cidade e de outras cidades da microrregião, mais intensamente, e a geração de fluxos entre bairros.

A presença da fábrica tem atraído pessoas para seu entorno, provocando o crescimento de bairros periféricos, o que acarreta também impactos ambientais pela ocupação de encostas e a retirada da vegetação. Igualmente, ocorreram impactos no meio ambiente pelo lançamento de efluentes industriais nos corpos d'água e pela geração de ruído e de fumaça industrial.

Além disso, pessoas e empresas são contratadas para prestação de serviços à unidade fabril na cidade, porém, em menor grau, o que intensifica a circulação de dinheiro e de mercadorias e cria empregos indiretos. Da mesma forma, comércios são incentivados pela circulação de pessoas nos arredores da fábrica, cujos funcionários consomem as mercadorias das mercearias e bares vizinhos à unidade.

Essas transformações geradas pela empresa no espaço onde se insere e sua dinâmica foram o foco de nosso estudo, cujos resultados e análises apresentamos nas páginas que se seguem.

3.2. Mudanças de cenário na configuração produtiva da atividade industrial e reflexos sobre a força de trabalho

A nova ordem econômica mundial colocou em xeque o modelo fordista/taylorista de organização da produção, a partir de meados da década de 1960. O modelo, caracterizado pela rigidez, pela produção em massa, pelo forte “compromisso” da relação salarial, tornou-se inadequado à realização do objetivo capitalista do lucro, diante do novo cenário de “complexificação da concorrência intercapitalista e de uma nova configuração internacional da divisão do trabalho” (BENKO, 1996, p. 20).

Conforme Benko (1996), no período pós Segunda Guerra Mundial, a intervenção estatal segundo os princípios Keynesianos sustentou as atividades econômicas, que também cresceram vigorosamente pela liberação das trocas internacionais, as quais ajudaram a difundir o progresso técnico. Contudo, o quadro de crescimento se interrompe por causas exógenas, como o aumento do preço do petróleo, e pela própria maturação do processo de crescimento, o qual entra em crise nos anos 70 e 80.

As estratégias da reestruturação produtiva necessária adotadas no âmbito geral das organizações empresariais, a partir da necessidade de reestruturação, dirigiram-se no sentido de alcançar a flexibilidade, o que levou os atores econômicos a adotarem um novo modelo de desenvolvimento, cujos reflexos se deram “nos modos de produção e de consumo, nas transações e nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais” (BENKO, 1996, p.29). Essas mudanças também foram favorecidas pelos avanços da microeletrônica e das tecnologias da informação. No Brasil, esse processo, iniciado desde o final dos anos 70 na indústria, ficou conhecido como reestruturação produtiva.

Surgiram, assim, novos paradigmas mundiais de organização e gestão da produção e do trabalho, cujo cerne é a modernização da “estrutura de mercado, da mão-de-obra e dos fatores e técnicas de produção” (BENKO, 1996, p.30). A flexibilidade decorrente caracteriza-se, principalmente, pelos seguintes elementos: “a organização do processo de trabalho, a hierarquia das qualificações, a mobilidade dos trabalhadores (externa e interna), o princípio de formação do salário e a utilização da renda salarial.” (BENKO, 1996, p.30).

Conforme Mazzali (2000, p.57), a flexibilidade se refere ao “aumento da capacidade de acomodação/adaptação e da capacidade de mudança” pelas empresas. Elas devem conseguir gerar novas oportunidades e devem estar preparadas para as situações de mercado emergentes. Isso depende da ampliação da capacidade de aprendizagem (treinamento/capacitação da mão-de-obra) conjugada à superação da restrição financeira para o investimento em novos processos produtivos. Portanto, o fator recursos humanos é de suma importância.

O papel dos recursos humanos é visualizado no processo de aprendizagem na produção, refletindo-se no enriquecimento de competências e habilidades, na geração de recursos específicos, que adquirem forma e expressão no interior da atividade produtiva. (MAZZALI, 2000, p.56).

Dessa forma, o mundo do trabalho e a classe trabalhadora foram os principais elementos atingidos na reestruturação. Nas formas de flexibilização, Benko (1996, p.31) mostra que, na flexibilidade da produção, as empresas modificam o *mix* de produtos ou as funções da produção, “dispensando os trabalhadores sem qualificação e contratando aqueles cujas competências lhe são necessárias” ou então os trabalhadores são contratados de forma mais homogênea e as empresas obtêm as modernizações das qualificações que desejam por meio da “reciclagem do pessoal, pela redefinição de tarefas e pelo redesdobramento dos trabalhadores” (flexibilidade numérica). Isso permite vencer a segmentação do processo produtivo baseado no Fordismo, pois os trabalhadores passam a ser polivalentes. “Espera-se desses trabalhadores permanentes que sejam adaptáveis, flexíveis e, se necessário, geograficamente móveis.” (BENKO, 1996, p.120).

Na organização do trabalho (flexibilidade funcional), as empresas assumem linhas de produção flexíveis, com a possibilidade de adaptar os modos operatórios das máquinas e as manipulações a conjuntos de tarefas diversos. Conseqüentemente, o trabalho é alocado, entre os diferentes postos, de acordo com a demanda da produção. Isso se deve à necessidade de atender a um novo mercado, cuja demanda é incerta e variável (BENKO, 1996, p.31).

No que diz respeito à mobilidade do emprego, ocorre a flexibilização dos contratos de trabalho, com redução das coações jurídicas e facilidades de dispensa, e surgem diversas categorias de subcontratação. Na questão dos custos da mão-de-obra, as empresas passaram a propor novas formas de estabelecimento do salário (como o salário trinômio, os fundos salariais, ou a divisão dos lucros da empresa), sendo este o principal fator de saída da crise, pois se relaciona tanto aos custos da produção quanto à geração de demanda (BENKO, 1996, p.32).

Como conseqüência da flexibilização, as empresas podem ajustar seus efetivos e o nível dos salários em virtude da oscilação do mercado dos produtos, levando a um

[...] *processo destrutivo*, que elimina postos de trabalho, aumentando o número de desempregados, provoca uma enorme precarização do trabalho e a exclusão de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Esse processo transforma, assim, o universo do trabalho, aumentando a diversidade, a heterogeneidade e a complexidade da classe trabalhadora. (ARAÚJO; AMORIM; FERREIRA, 2004, p.2)

O amplo recurso à subcontratação se constitui num dos instrumentos fundamentais de flexibilização e redução de custos. Isso tem intensificado as fronteiras entre o setor formal e o informal, com a exploração dos trabalhos domiciliar, artesanal e familiar, que deixam de ser segmentos marginalizados (ARAÚJO; AMORIM; FERREIRA, 2004, p.9).

A reformulação do perfil da força de trabalho empregada ocorre também, por meio da instalação ou realocação de plantas industriais em regiões que dispõem de amplas

reservas de mão-de-obra barata e sem passado industrial, o que se torna outra via de minimização de custos.

Benko (1996, p.125) mostra que, diante da nova configuração do sistema produtivo, surgiram novas abordagens, a partir de 1970, que passaram a indagar sobre os fatores de localização das indústrias. As mesmas defendem que o lugar de implantação de uma fábrica depende da estrutura do estabelecimento, cujas características acabam por refletir a sua inserção na divisão econômica e social do espaço, e que o desenvolvimento de uma atividade industrial é quantitativo e qualitativo ao mesmo tempo, pois depende da configuração social dos lugares. Além disso, os fatores de localização são interdependentes, sendo que é possível contornar a não satisfação de um pelas vantagens adquiridas com a satisfação de outro.

O processo de reestruturação produtiva tem-se dado, contudo, de forma heterogênea entre países, regiões, ramos econômicos e empresas, devido às diferenças de combinação entre antigos e recentes métodos gerenciais, modos de regulação dos países, culturas empresariais e locais (ARAÚJO; AMORIM; FERREIRA, 2004, p.2).

Segundo Werneck (2002, p.13), o padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil teve um caráter autoritário, concentrador e excludente. Como consequência, ao se configurar o novo contexto mundial, esse padrão entrou em crise e

[...] faltou uma ação governamental capaz de definir um projeto estratégico consistente (alternativo ao modelo de substituição de importações), orientado para fazer frente às profundas transformações produtivas, tecnológicas, financeiras e comerciais que se processavam na ordem mundial. (WERNECK, 2002, p.13)

Assim, só no final da década de 1980 que as empresas brasileiras começaram a tomar maior consciência da necessidade de investirem mais sistematicamente em tecnologia e organização da produção. Em relação às formas de organização do processo de trabalho, a tendência foi de ampliar a incorporação dos métodos e das técnicas japoneses, iniciadas com os CCQs (Círculos de Controle de Qualidade), como os sistemas de produção *just in time*, *kanban*, *kaizen*, etc. (WERNECK, 2002, p.24).

Quanto aos ramos econômicos, percebe-se que as estratégias de flexibilização assumidas pelas empresas foram diferenciadas. Enfocando o setor agroindustrial no Brasil, ocorreram, conforme Mazzali (2000), profundas alterações de cenário a partir do fim dos anos 70, que impeliram à reestruturação do setor em seus diversos segmentos, como mencionamos em tópico anterior. Especificamente no segmento agroindustrial de carnes (de aves e suínos), as mudanças mais comuns ocorridas foram:

- Ampliação e modernização das unidades industriais, acompanhadas da adoção de sistemas automatizados e informatizados de produção nos abatedouros;

- A diversificação do mix de produtos e lançamento de novos no mercado, valorizando o baixo teor de gordura dos alimentos;
- A revisão da estrutura de administração (achatamento de hierarquias e criação de unidades de negócios);
- A reorganização da produção e dos processos e relações de trabalho, nos moldes da flexibilização, com a introdução dos princípios da participação dos trabalhadores na administração e no controle de qualidade, organizando-os em grupos;
- Reconfiguração da articulação com fornecedores integrados, estabelecendo-se o aprimoramento dos índices técnicos e a maior padronização e elevação da qualidade da matéria-prima;
- Estabelecimento de parcerias com canais de distribuição.

Além disso, “o processo de reestruturação produtiva tem impulsionado um forte movimento em direção ao enxugamento e à desverticalização das estruturas organizacionais a partir da focalização em suas atividades/operações ‘vocacionais’” (WERNECK, 2002, p.36). As empresas passaram a priorizar as atividades/operações que significavam vantagens competitivas, mantendo um número limitado de processo e contratando outras empresas para exercerem as funções consideradas como complementares ou de apoio.

Portanto, muitas são as conseqüências geradas por todo esse processo pelo qual vem passando as empresas, sobretudo, no setor industrial. Os reflexos são sentidos mais intensamente por aqueles que são submetidos a essas novas mudanças, os trabalhadores, que passam a conviver com um ambiente de trabalho inseguro e cada vez mais exigente.

4. A ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS: A TRADIÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS COMO INCENTIVO À FORMAÇÃO DO CAI DE CARNES

A Zona da Mata Mineira (Figura 1) abrange uma área de 35.726 km², o que corresponde a 6,1% do total do estado de Minas Gerais, sendo que está localizada na porção Sudeste do mesmo. É composta por sete microrregiões: Juiz de Fora, Cataguases e Ubá, as quais estão na parte Centro-Sul da região, e Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, na parte Centro-Norte, abarcando 142 municípios.

Segundo Giovanini e Matos (2004), a Zona da Mata foi inicialmente ocupada pelos povos indígenas, que migraram do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para Minas Gerais, devido aos contatos com os portugueses no litoral, onde habitavam, e à similaridade das características naturais daquele ambiente com o ambiente de destino.

No século XVIII, desenvolveu-se no entorno da região a exploração aurífera, que levou à ocupação de novas áreas, tendo como eixo de expansão os afluentes do Rio Doce. A atividade esteve em seu auge entre 1750 e 1777, o período Pombalino. Por causa da queda do governo do Marquês de Pombal, da decadência da mineração e da Inconfidência Mineira, a Coroa Portuguesa se viu forçada, a partir de então, a investir na exploração econômica de outras atividades (CARNEIRO, 2005, p.30). No entanto, mesmo no auge, a mineração não excluía as atividades agropecuárias do seu espaço econômico, as quais se desenvolveram, por exemplo, na região de Viçosa:

A ocupação da Zona da Mata Mineira, especialmente de sua porção norte, onde se localiza o município de Viçosa, relaciona-se tanto à procura do ouro como também de novas terras onde fosse possível produzir gêneros agrícolas para o abastecimento das cidades auríferas que se localizam a noroeste, como é o caso de Ouro Preto e Mariana, o que ocorreu no século XVIII. Assim, a ocupação e os primeiros usos territoriais da área onde hoje se encontra Viçosa estão relacionados a um dos ciclos econômicos mais antigos do país. (PEREIRA, 2005, p.197)

De acordo com Paniago (1990), o município de Viçosa surgiu no final do século XVIII, pelo declínio do ciclo do ouro em Ouro Preto e Mariana, que levou os pioneiros que se dirigiram para a região a buscar terras férteis para a agricultura e pecuária, o que contribuiu para que a parte Centro-Norte da Zona da Mata se concentrasse economicamente nessas atividades.

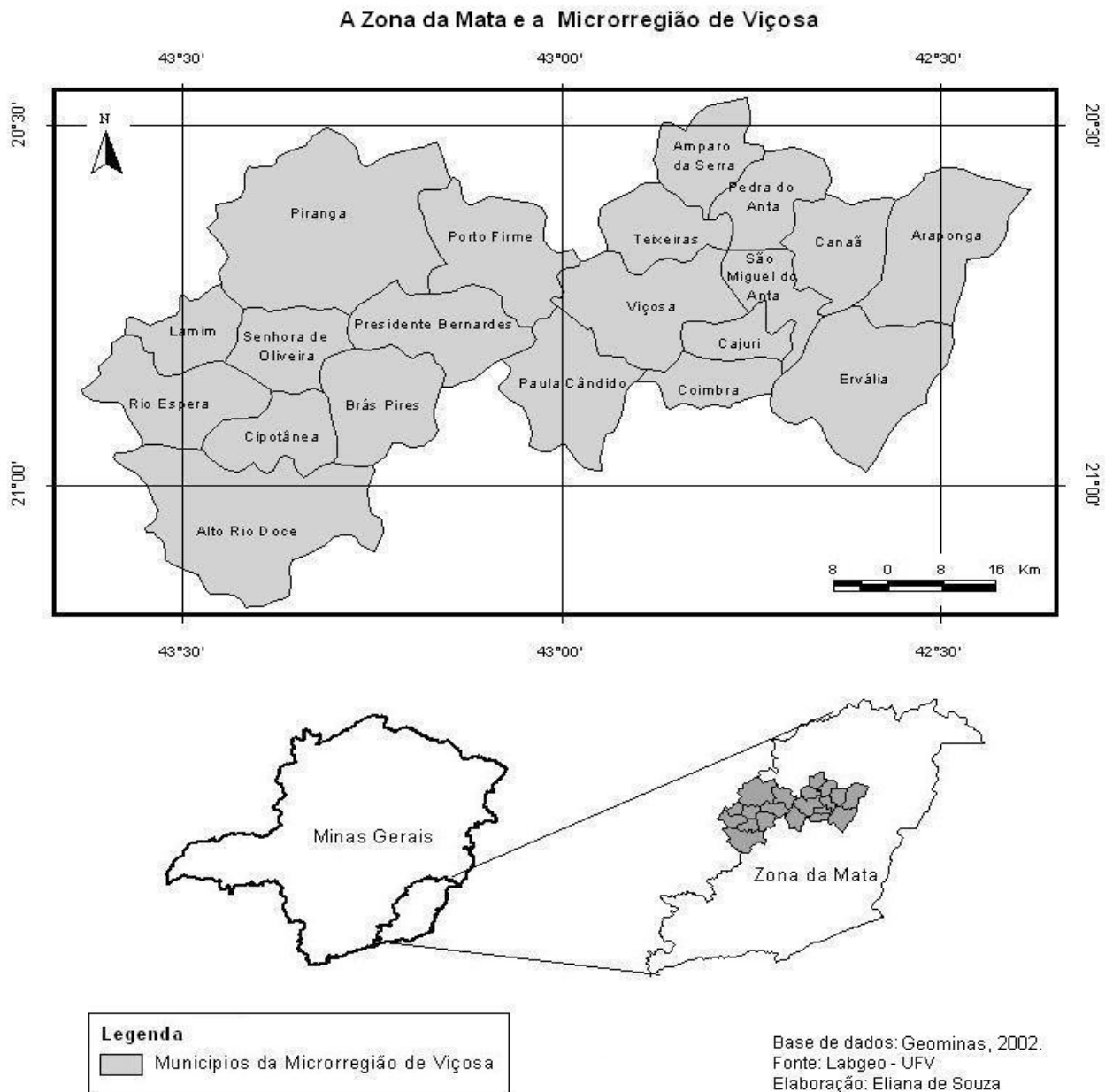


Figura 1 – Localização da Zona da Mata e da microrregião de Viçosa (MG)

Dessa forma:

Nos primórdios da colonização, Viçosa e outras cidades da região tinham por objetivo abastecer os centros mineradores de Ouro Preto e Mariana com produtos necessários à sobrevivência, em falta nas lavras: arroz, feijão, milho, mandioca e outros. O retalhamento das fazendas em pequenas propriedades agrícolas concorreu, em parte, para a continuação dessas lavouras no município, agora dentro de uma agricultura de subsistência, em sua maior parte. (PANIAGO, 1990, p.28)

Segundo Carneiro (2005), a ocupação de cada sub-região da Zona da Mata, após o declínio do ouro, se deu por diferentes razões, que levaram à diferenciação espacial intra-regional. A porção centro-norte experimentou a expansão da agricultura de subsistência e

do café (que foi por muito tempo, conforme Paniago (1990), a maior fonte de renda do município de Viçosa, ao lado dos produtos de subsistência), após o período em que sobressaiu a cultura mercantil da cana-de-açúcar. A porção central era a área com maior concentração de população indígena, o que influenciou a adoção do processo de produção com base na pequena e média propriedade.

Já a porção Sul da região foi ocupada a partir do Rio Paraibuna, no início do século XIX, pela produção cafeeira, com mão-de-obra escrava e realizada em grandes propriedades, de forma contígua à produção do Vale do Paraíba e do norte paulista. O café foi responsável pela dinamização da região, fazendo surgir fazendas e núcleos urbanos e levando à construção de vias de transporte pelo poder público. Dentre estas, destacam-se: a estrada União e Indústria, em 1861, ligando Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG), atualmente parte da BR 040; a Estrada de Ferro Pedro II, ligando o Rio de Janeiro a Juiz de Fora, atualmente ferrovia Centro Atlântica; e a Estrada de Ferro Leopoldina (CARNEIRO, 2005, p.34).

Sobre o papel da instalação dessas redes técnicas no território mineiro a partir da expansão da atividade cafeeira, Paniago (1990) indica que as mesmas contribuíram também para o desenvolvimento da região de Viçosa, e não somente da porção Centro-Sul da Zona da Mata:

Na região de Viçosa, sua expansão parece coincidir com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, principal via férrea da Zona da Mata e grande fator de integração de seus municípios. Isto é bastante compreensível, pois o transporte executado por meio de tropas de mulas e carros de bois, através de caminhos montanhosos, era não só dispendioso como arriscado; [...] Assim, a E.F. Leopoldina, quando galgou a Serra de São Geraldo, atingindo Ponte Nova, em 1886, passando por Viçosa, funcionou como incentivo para o aumento da produção cafeeira na região. (PANIAGO, 1990, p.29)

Como fator impulsionador do desenvolvimento regional, o café, expandindo-se do Rio Grande do Sul, alcançou o sul da Zona da Mata e chegou a Juiz de Fora (MG) em 1828, provocando transformações naquele espaço. Como afirma Pereira (2005, p.198), “nas últimas décadas do século XIX foi sobretudo a atividade cafeeira que mais impulsionou o desenvolvimento econômico, e desta forma, produziu a primeira adição de objetos técnicos a esta porção do território mineiro”.

A expansão cafeeira e o declínio da mineração levaram a uma redistribuição demográfica na Zona da Mata, com o conseqüente aumento da população nas zonas do café. Esse fator parece ter sido decisivo na flutuação dos índices de expansão da economia cafeeira da Mata, nos fins do século XIX e no início do século XX. (PANIAGO, 1990, p.30)

Como um de seus efeitos, a produção cafeeira foi grande estimuladora da industrialização da Zona da Mata, por meio do capital acumulado com as exportações. A região se tornou, assim, a primeira no estado a desenvolver a atividade industrial. Neste

aspecto, cabe destacar a cidade de Juiz de Fora, que, no final do século XIX, se constituiu como centro econômico dinâmico, pois armazenava a produção cafeeira da região, acumulando investimentos dos cafeicultores, que os reconvertiam aos setores empresariais, e contava com mão-de-obra dos imigrantes. Contudo, a partir de 1939 o ritmo do crescimento da microrregião de Juiz de Fora foi afetado por vários fatores, entre eles, a dependência dos capitais cafeeiros, que entram em crise, e a construção da nova capital do estado, Belo Horizonte, que redirecionou os investimentos estaduais, conforme aponta Carneiro (2005, p.34).

Não obstante, entre períodos de expansão e períodos de retração, ligados ao comportamento do mercado externo para o qual se destinava, a produção cafeeira passou por sua primeira crise de superprodução em 1905, com a estabilização da produção e o seu retorno ao crescimento somente em 1919/1920. A partir de 1937, em meio à outra crise de produção de café, a cultura do produto foi sendo desestimulada pelo governo, que tentava estabilizar a economia a todo custo, chegando, até mesmo, a praticamente se esgotar no ano de 1938 em Viçosa (PANIAGO, 1990, p.30).

Os momentos de retração da atividade cafeeira foram momentos cruciais de incentivo à expansão das outras atividades, voltadas para o abastecimento do mercado interno, o que se observa, por exemplo, em relação à avicultura em Minas Gerais, que teve um maior crescimento a partir da década de 1930, após a “Crise de 1929”, em que a exportação do café estagna-se.

[...] Ao mesmo tempo em que o programa de sustentação do café contribuía para acentuar a monocultura cafeeira, as crises periódicas do comércio exterior favoreciam a diversificação da produção agrícola para o mercado interno. “Mas foi só depois da *débâcle* dos programas de sustentação do café, em fins de 1929, seguida da depressão econômica, que se deram as mais importantes modificações nas tendências e estrutura da produção agrícola no Brasil”. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.13-14)

O quadro geral do processo de diversificação produtiva na Zona da Mata mineira, no início do século XX, é descrito por Giovanini e Matos (2006) da seguinte forma:

A situação crítica da cafeicultura levou os proprietários matenses à busca de alternativas de renda, de modo a minimizar os impactos da crise. A **agricultura** gradativamente foi redirecionada para a exportação de gêneros alimentícios. A volta da produção de alimentos e a disseminação da pecuária se deu basicamente após a crise de 1897. Entre 1898 e 1900, as exportações de pecuária para o Rio mais que triplicaram, acarretando conseqüências diretas sobre o setor de laticínios, que também aumentou sua produção [...].

O governo mineiro estimulava intensamente essas mudanças, principalmente visando o desenvolvimento da pecuária na Mata. Matrizes para melhoria dos rebanhos foram compradas, com ajuda estatal, do sul do Brasil e do exterior. Feiras de pecuária foram sendo criadas em vários municípios. Os incentivos e as sobretaxas às importações de alimentos, promulgadas em 1904, se somaram à redução dos impostos de exportação da pecuária, laticínios, feijão, arroz, açúcar e fumo. No mesmo momento, os impostos sobre a mineração também foram baixados, bem como as taxas

de exportação de produtos industriais, como roupas, tijolos, móveis e cerveja. Tal esforço mostrava que a intenção não era apenas revitalizar a Mata, e sim alargar a base produtiva da economia mineira. (GIOVANINI; MATOS, 2006, p.20)

Conforme Giovanini e Matos (2006, p.20), a diversificação produtiva no país, durante a crise cafeeira, passou a ser incentivada pelo governo, até por meio de concessão de fretes mais baixos no transporte dos produtos alimentícios, o que animou os proprietários da região a buscarem outras atividades rentáveis. A produção de alimentos e a pecuária ressurgiram após a crise de 1897, com um crescimento conjunto com o setor de laticínios. Carneiro (2005, p.46) ressalta que esta foi a consequência mais importante da crise de superprodução do café na Zona da Mata, exceto na parte Centro-Norte, que já desenvolvia essas atividades.

Nesse sentido, Paniago (1990, p.29) ressalta que ao lado da produção cafeeira, no município de Viçosa, na porção Centro-Norte da região, desenvolviam-se a pecuária extensiva de corte e leiteira, a suinocultura e também granjas para produção de frangos de corte.

Assim, a Zona da Mata se conformou, no geral, como uma região mais agrícola que industrial, pois sua indústria, concentrada em Juiz de Fora, sempre foi muito frágil, dependente de importações de equipamentos, com investimentos reunidos em setores tradicionais, como o têxtil, tendo grande concorrência dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro e condições de venda inferiores (GIOVANINI; MATOS, 2006, p.22).

E nesse contexto regional, o município de Viçosa, como um bom exemplo do que ocorreu na maioria das cidades matenses, também se voltou para as atividades agrícolas, como salienta Paniago (1990, p.28), embora iniciativas para implantação de fábricas tivessem ocorrido, não tendo prosseguido por seu caráter precoce. Este foi o caso das Fábricas de Tecidos São Silvestre e Santa Maria, no início do século XX. Outra iniciativa foi a implantação de uma usina de álcool, na década de 1940, a qual não vingou pela conjuntura econômica após Segunda Guerra Mundial. Pereira (2005, p.199) ainda destaca que as tecelagens funcionavam com algodão cultivado no próprio município e que também foram implantados alguns engenhos que produziam rapadura e aguardente, aproveitando os cultivos de cana-de-açúcar.

A decadência da Zona da Mata explica-se, portanto, pelo fato de que sua economia não dispunha da dinamicidade encontrada em outras regiões do país, como o Sul de Minas ou o Oeste paulista, que conseguiram se manter em meio à crise da produção cafeeira por meio de políticas de subsídios governamentais à atividade. Além disso, sua atividade industrial concentrada em Juiz de Fora, em setores similares aos do Rio de Janeiro e São

Paulo, não conseguiu concorrer com a força econômica e industrial instalada nestas cidades; contudo, a indústria juizforana ainda manteve seu destaque dentro da região.

Deste modo, abarcando 11% da população de Minas Gerais, a Zona da Mata apresenta hoje um quadro de “contrastes internos, com perda de importância econômica acompanhada da estagnação de indicadores sociais” (CARNEIRO, 2005, p.35). No ano de 2000, a região ocupava a quarta posição em importância econômica no Estado e o oitavo lugar em relação à renda *per capita*. Em relação ao PIB da agropecuária, a Zona da Mata estava, em 1999, em última posição em relação às outras nove regiões mineiras, e em relação à participação do setor industrial na composição do produto total do Estado, ocupava, em 2000, o penúltimo lugar, tendo reduzido sua participação, segundo a tabela abaixo:

Tabela 01

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO SETOR INDUSTRIAL NO PRODUTO TOTAL DO ESTADO E REGIÕES ENTRE 1995 E 2000

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Central	41,9%	42,3%	44,4%	42,1%	42,7%	44,0%
Zona da Mata	31,4%	34,0%	35,6%	34,9%	35,5%	31,5%
Sul de Minas	36,5%	37,9%	40,5%	39,3%	41,8%	44,2%
Triângulo	32,1%	35,5%	36,2%	37,2%	37,4%	40,8%
Alto Paranaíba	25,0%	24,9%	28,0%	26,6%	28,3%	32,0%
Centro-Oeste	36,8%	37,1%	38,3%	38,5%	40,6%	43,3%
Noroeste	30,5%	31,8%	32,6%	35,8%	34,8%	36,5%
Norte de Minas	43,0%	45,4%	44,2%	42,5%	44,6%	43,5%
Jequitinhonha	14,1%	15,9%	15,8%	17,5%	18,2%	17,4%
Rio Doce	52,7%	54,3%	54,2%	53,1%	55,1%	55,6%
Minas Gerais	39,0%	40,2%	41,7%	40,3%	41,4%	42,8%

Fonte: Dados básicos: Centro de Estatística e Informações (CEI) - FJP

Fonte: Fernandes; Nogueira Júnior, 2004, p.15.

Em referência aos contrastes internos da Zona da Mata, Carneiro e Fontes (2005a) afirmam:

A Zona da Mata é caracterizada pela concentração dos melhores indicadores sócio-econômicos em alguns municípios das microrregiões da parte Centro-Sul, como as de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá, enquanto nas microrregiões da parte Centro-Norte, a exemplo de Viçosa, Ponte Nova, Manhuaçu e Muriaé, prevalecem municípios com altas taxas de população residentes na zona rural, assinalados por baixos índices de renda *per capita*, por altas taxas de analfabetismo, de pobres e de indigentes e por uma elevada concentração da renda. (CARNEIRO; FONTES apud CARNEIRO, 2005, p.35)

Neste contexto, diante de dois extremos dentro da Zona da Mata, Viçosa aparece com 6,6% de PIB, sendo o menor da região, e Juiz de Fora com 43,13%, o maior PIB (BDMG, 2002). Segundo Carneiro (2005, p.35), Juiz de Fora é um núcleo urbano que polariza a região, uma vez que possui um dinamismo diferenciado. Este quadro é reflexo dos fatores históricos, que foram determinantes dessas condições e mostra que o desenvolvimento industrial é de grande importância para o crescimento econômico de uma região, além de que pode acarretar melhores condições sociais.

Atualmente, na Zona da Mata distinguem-se as indústrias tradicionais, como vestuário e têxtil, laticínios, alimentos, calçados, móveis, e outras. Igualmente, existem alguns empreendimentos dinâmicos, nos ramos automobilístico, siderúrgico, metalúrgico, e de papel e celulose.

Em relação ao PIB industrial, Juiz de Fora, Ubá e Cataguases se destacam com 54,1%, 13,6% e 11,3% do total da mesorregião da Zona da Mata, respectivamente, conforme o BDMG (2002). Em Juiz de Fora sobressai a indústria metalúrgica, alimentar, de material de transporte e têxtil. A indústria alimentar também tem relevância em Ubá, embora esteja bastante dispersa no Estado. Ubá, por sua vez, destaca-se pela sua produção moveleira. E Cataguases concentra a produção da indústria têxtil.

Em relação à produção agropecuária, a Zona da Mata têm como principais produtos agrícolas, conforme dados de 1999 do BDMG (2002), café, arroz, milho e cana-de-açúcar, com PIB relevante nas microrregiões de Manhuaçu (22,6%), Muriaé (19,8%) e Ponte Nova (17,9%). Nestas, também se destaca o efetivo de suínos, principalmente em Ponte Nova, que possui o maior rebanho do estado. A atividade leiteira tem destaque em Juiz de Fora, que contribui com 10,6% do PIB da agropecuária regional, ocupando o oitavo lugar. Já a microrregião de Viçosa (12,9% do PIB regional) destaca-se pelo efetivo de suínos (quinta posição no Estado) e de aves (oitava posição estadual) (BDMG, 2002, p.154).

De acordo com a tabela que se segue, o setor agropecuário da Zona da Mata era a sua mais importante parcela de contribuição para o PIB do estado, em 1999, correspondendo a 10,7%, enquanto que para as parcelas do PIB referentes ao setor industrial e ao setor de serviços, a Zona da Mata só contribuía com 7,3% e 9,1%, respectivamente.

Tabela 02

ESTRUTURA REGIONAL DO PIB E DA POPULAÇÃO SEGUNDO REGIÕES DE PLANEJAMENTO MINAS GERAIS - 1999					
Região de Planejamento	Produto Interno Bruto				População
	Total	Agropecuário	Industrial	Serviços	
Central	45,6	8,6	47,1	51,5	34,9
Mata	8,5	10,7	7,3	9,1	11,4
Sul de Minas	12,9	23,8	13,0	10,7	13,3
Triângulo	8,0	14,5	7,2	7,4	7,1
Alto Paranaíba	3,5	12,2	2,4	2,8	3,3
Centro-Oeste MG	4,9	7,8	4,8	4,5	5,5
Noroeste	1,9	6,7	1,6	1,2	1,9
Norte de Minas	4,7	6,0	5,1	4,2	8,4
Jequitinhonha/Mucuri	2,0	3,9	0,9	2,5	5,5
Rio Doce	8,0	5,9	10,6	6,2	8,7
Minas Gerais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Fonte: BDMG, 2002, p.130.

A produção comercial de aves surgiu, segundo Quevedo (2003), em Minas Gerais no século XIX, com a criação campestre, a partir da qual a atividade cresceu e se desenvolveu, atingindo em 1930 a escala comercial, voltada para o atendimento dos mercados locais e regionais. E, após 1950, evoluiu em quantidade e qualidade, devido às inserções de tecnologia na produção, sobretudo por meio do melhoramento genético.

A criação de suínos, igualmente, é antiga na economia mineira, surgida nas mesmas condições que a avicultura, e fez do estado de Minas Gerais, desde o século XIX até 1960, o principal produtor no país, inicialmente atendendo ao mercado interno e depois, também, ao mercado externo, juntamente com os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Porém, essa posição foi perdida para o Estado de Santa Catarina, que é o maior produtor atualmente (ESPÍNDOLA, 1999, p.101).

No setor agropecuário, a Pif Paf Alimentos é um importante agente de disseminação e crescimento da produção de aves e suínos na Zona da Mata, sobretudo na microrregião de Viçosa, a partir do processo de integração implantado pela empresa. No próximo capítulo deste estudo, abordaremos como a empresa Pif Paf se territorializa na região e como dinamiza seus fluxos e fixos por outras regiões.

É interessante ressaltar, que a produção de aves na Zona da Mata foi ainda incentivada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária, fundada em 1926, que criou uma base científica, na década de 1970, como condição essencial para a “instalação e o crescimento sustentável da cadeia

produtiva da carne de aves na região” (PREFEITURA MUNICIPAL, 2007). A instituição realizava freqüentes pesquisas que ocasionaram o estabelecimento de granjas e abatedouros empresariais em nível regional e nacional, a partir do acesso proporcionado aos avanços científicos e tecnológicos por alguns produtores.

5. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA CIDADE DE VIÇOSA E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA PIF PAF ALIMENTOS

5.1. Um olhar sobre o município de Viçosa (MG)

A cidade de Viçosa está situada na região da Zona da Mata, ocupando uma área de 300,15 Km², entre as Serras da Mantiqueira, do Caparaó e da Piedade. Seus principais rios são o Turvo Sujo e o Turvo Limpo, sendo abastecida pelo Ribeirão São Bartolomeu. Encontra-se a uma altitude de 648,74 m e tem como coordenadas geográficas o paralelo de 20°45'54'', latitude S, e o meridiano de 45°52'54'', longitude W Gr. Limita-se ao norte com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba, ao sul com Paula Cândido e Coimbra, a leste com Cajuri e São Miguel do Anta e a oeste com Porto Firme.

O município é cortado pela rodovia BR-120, ligando-se a importantes cidades, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Juiz de Fora, e Viçosa possui uma pista de pouso capaz de receber aviões de pequeno e médio porte.

O município de Viçosa cresceu grandemente em termos populacionais, algo em torno de 152% de 1970 a 2000 (IBGE, 2003). Em 1970 eram 25.777 habitantes e em 2000, 64.910. Além disso, o incremento demográfico do município foi marcado por uma urbanização vertiginosa.

Como a maioria das cidades brasileiras, Viçosa experimentou, a partir dos anos de 1960, o crescimento da população urbana, que ultrapassou nessa época a rural, o que está explicitado na Tabela 03. Paniago (1990, p.27) observa que o município perdeu quase 3000 moradores na zona rural no ano referido, aproximadamente ¼ do total da população rural. De 1970 a 2004, o incremento da população urbana foi de 42.899 habitantes. A população rural, por sua vez, reduziu 3.766 habitantes, o que demonstra que houve um êxodo rural, mas que também outros fatores, em escala nacional, regional e local, contribuíram para o crescimento da população.

Tabela 03 - População Residente em Viçosa (MG) - 1970, 1980, 1991, 2000

ANOS	URBANA	RURAL	TOTAL
1970	16.997	8.780	25.777
1980	31.143	7.512	38.655
1991	46.456	5.202	51.658
2000	59.896	5.014	64.910

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) in ALMG, 2007.

Um dos principais fatores impulsionadores do crescimento urbano de Viçosa, desde o início do século XX até os dias atuais, é a presença da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que foi inicialmente denominada de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), fundada como iniciativa do ex-governador de Minas Gerais, o viçosense Arthur da Silva Bernardes, em 1926. Num primeiro momento, a Escola passou a atrair novos moradores para a cidade, de diversos lugares do país, ocasionando uma reestruturação em diversos âmbitos, como o econômico, político, cultural e social. A sua implantação contribuiu também para a constituição da Companhia Força e Luz de Viçosa, de energia elétrica, e para a extensão da Estrada de Ferro Leopoldina até a cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2007). Como afirma Pereira (2005):

Entre as décadas de trinta e sessenta do século passado a universidade se estabelece e conhece significativo desenvolvimento, com a criação de uma série de novos cursos, que, aliado à modernização das técnicas de trabalho no campo, e também ao crescimento da economia urbana, fizeram com que Viçosa recebesse um número maior de migrantes, garantindo assim um crescente número de habitantes no município. Em 1969, a universidade é federalizada, recebendo o nome de Universidade Federal de Viçosa. (PEREIRA, 2005, p.200)

A UFV foi criada inicialmente com o intuito de formar profissionais em Ciências Agrárias, que pudessem contribuir para o restabelecimento da economia da região, do Estado e do país com base nas atividades agropecuárias, após a crise cafeeira.

Paniago (1990, p.28), descrevendo a influência da UFV sobre Viçosa, em seu processo de expansão na década de 1980, demonstra que a universidade passou a atrair a população rural do município para Viçosa, sendo comum os donos de pequenas propriedades trabalharem na universidade, que criou muitas vagas de emprego, além de que aumentou a percepção do valor da educação entre os fazendeiros, que passaram a manter casa na cidade para que seus filhos pudessem estudar. Outra consequência foi o crescimento do setor de construção civil, incentivado também pelo aumento do poder aquisitivo do povo, o que atraiu trabalhadores do campo para trabalhar nas obras, levando ao inchamento das favelas e proliferação de uma periferia de baixa renda.

Quanto às características socioeconômicas, conforme Pereira (2005, p.203), “Viçosa apresenta atualmente uma notável superioridade das atividades econômicas urbanas frente às agrícolas”, devido ao papel dos setores de serviços e comércio (ver tabela 04), que ocupavam 15.130 pessoas (23% da população) em 2000 (ALMG, 2007). No setor de serviços, a cidade é bem servida por bancos e instituições de ensino superior.

Atualmente, existem sete agências bancárias, pertencentes a cinco instituições financeiras, a saber: Banco Bradesco S/A. (1), Banco do Brasil S/A. (1), Banco Itaú S/A. (1), Banco Mercantil do Brasil S/A(1), Caixa Econômica Federal (2) e UFV Credi (1).

Na área do ensino, são três instituições, além da UFV: a FDV (Faculdade de Viçosa), a UniViçosa (União de Ensino Superior de Viçosa) e a ESUV (Escola de Estudos Superiores de Viçosa), todas particulares. Há também escolas de nível técnico, a ETEV (Escola Técnica de Viçosa), a EVATA (Empresa Viçosense de Assessoria Técnico Acadêmica – que também ministra cursos de pós-graduação), a Microllins, a Praetorium, a SENAR ARMG e a Escola Técnica José Rodrigues da Silva (de Enfermagem); um seminário teológico, o CEM (Centro Evangélico de Missões); e várias outras escolas de Ensinos Fundamental e Médio, tanto particulares quanto públicas.

O setor de comércio constitui-se, principalmente, de estabelecimentos varejistas, os quais representam 20,84% de estabelecimentos comerciais. Dentre os vários setores varejistas, destacam-se o de alimentos; o de restaurantes, bares e similares (27,27%); o de vestuário, calçados e acessórios (17,41%); o de tecidos, cama, mesa e banho e artigos de armarinho e brinquedos (6,17%); e o de materiais de construção, hidráulicos, elétricos, ferragens e vidraçaria (5,92%) (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2007). Tal conformação do comércio é reflexo de sua condição de estar voltado para atender a população de estudantes residentes na cidade.

No que diz respeito às atividades agropecuárias, é notável que as mesmas perderam a principal posição na economia local para o setor de serviços, com um número de pessoal ocupado igual a 2.898 (4,46% da população) no ano de 2000 (ALMG, 2007) e tendo apresentado o menor PIB, correspondente a apenas 3,36% do PIB total, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 04 - PIB - Produto Interno Bruto do município de Viçosa (MG) - Ano 2000
(R\$ 1.000,00)

SETOR	ABSOLUTO	%
Agropecuário	7.876	3,36
Industrial	66.219	28,27
Serviços	160.177	68,37
Total	234.272	100,00
PIB/habitante	3,60	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano FJP/IPEA/PNUD. Disponível em:
<http://www.vicosamg.gov.br/conteudo/vicosamnumeros.htm>.

Portanto, Viçosa é uma exceção, já que nos municípios de sua microrregião predominam as atividades agropecuárias e a população rural, mas em Viçosa a economia é baseada nos setores de comércio e serviços, certamente devido à sua condição de cidade universitária.

Os produtos agrícolas que têm relevância na economia do município, em termos de produção (Tabela 05), são o milho, a cana-de-açúcar, o café, o feijão, o tomate, a mandioca,

o arroz, a banana e a laranja. Dentre estes, destacam-se o milho, cuja produção é estimulada pela criação avícola e bovina do município, que consomem esse produto, e a cana-de-açúcar, primeira cultura mercantil introduzida na Zona da Mata, principalmente na microrregião de Ponte Nova. O café, apesar de seu histórico de insucesso, ainda possui lugar na produção do município, sendo incentivado agora por investimentos em bases tecnológicas de grandes empresas (até estrangeiras, como a italiana Illy Café) e órgãos de pesquisa, e continua a distinguir-se em sua paisagem. A laranja esteve historicamente em evidência, tendo até atingido o mercado externo em 1930 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2007), mas atualmente é o produto com menor produção.

Tabela 05 - Principais produtos agrícolas do município de Viçosa (MG)- 2003

PRODUTO	ÁREA COLHIDA (HA)	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO MÉDIO (KG/HA)
Arroz em casca várzea úmida	150	450	3.000,00
Banana (2)	13	303	23.307,69
Cana-de-açúcar	105	3.780	36.000,00
Café	1.790	1.289	720,11
Feijão (1a.safra)	400	480	1.200,00
Feijão (2a.safra)	800	500	625,00
Feijão (3a.safra)	12	14	1.166,67
Laranja (1)	35	267	7.628,57
Mandioca	48	576	12.000,00
Milho	1.600	4.800	3.000,00
Tomate (de mesa)	22	880	40.000,00

Fonte: IBGE,2003 in ALMG, 2007.

(1) Produção em mil frutos e rendimento em frutos/ha

(2) Produção em mil cachos e rendimento em cachos/ha

Em relação à pecuária (Tabela 06), é proeminente a criação de bovinos, sobretudo voltada para a produção de leite e a avicultura. A bacia leiteira do município de Viçosa é auto-suficiente e produz excedentes, ocorrendo várias vezes a exportação de leite para agroindústrias de outras regiões. Um exemplo de agroindústria ligada ao setor de leite é a Laticínios Escola, da Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, que produz derivados de leite como: leite pasteurizado, iogurtes, queijos e doce, distribuídos para o mercado regional e, no caso do doce de leite, para o mercado nacional.

A avicultura, por sua vez, foi incentivada pelo processo de integração da empresa Pif Paf, ocorrido em todo o estado, na microrregião e em Viçosa (MG). Alves Filho (1996), afirma que:

Esse sistema teve início em 1980, quando a empresa pioneira do grupo Pif Paf, estabelecida na cidade de Visconde do Rio Branco, implantou, em Minas Gerais, a produção de frango integrada à agroindústria, incorporando todos os produtores da região ao processo produtivo do abatedouro. (ALVES FILHO, 1996, v)

Pereira (2005, p.203) também salienta o papel da Pif Paf como um incentivo à atividade avícola, uma vez que a mesma é responsável por uma expressiva circulação de mercadorias e produção de matérias-primas. Portanto, é perceptível que a agroindústria tem um peso significativo tanto para a produção agropecuária quanto para a atividade industrial da cidade.

Tabela 06 - Atividade Pecuária do município de Viçosa (MG) – Principais efetivos em 2003

PRODUÇÃO ANIMAL	QUANTIDADE
Bovinos	10.670 (cabeças)
Vacas ordenhadas	2274 (cabeças)
Suínos	3158 (cabeças)
Galos, frangas, frangos e pintos	306.960 (cabeças)
Ovos de galinha	1.168.000 (dúzias)
Produção de Leite	3.409.000 (litros/ano)

Fonte: IBGE, 2003.

Org. Istéffany Frões Mendes, 2007.

Na atividade industrial, predominam as indústrias de transformação (Tabela 07). Estas geraram (segundo dados da IBGE, 2003) 1.054 empregos diretos e 256 indiretos em 2003. Observa-se que houve uma redução em relação ao ano de 2000 do número total de pessoas ocupadas na atividade industrial da cidade, que era de 4.506 pessoas, de acordo com dados do IBGE de 2000 apud ALMG (2007)

Tabela 07 – Geração de emprego segundo os ramos industriais em Viçosa (MG) - 2003

TIPO DE INDÚSTRIA	Nº DE PESSOAL OCUPADO TOTAL	Nº DE PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO
Extrativas	5	2
De transformação	1310	1054

Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas.

Org. Istéffany Frões Mendes, 2007.

Viçosa possuía, em 2003, segundo dados do CENSUS, 122 empresas industriais, sendo que as de fabricação de produtos metálicos (serralherias, móveis, etc.) têm o maior destaque (34,43% do total de empresas), seguido pelos setores de móveis e artefatos de madeira e de gráfica, carimbo e audiovisuais. Cabe aqui um destaque para a presença de duas indústrias de alta tecnologia, algo raro em cidades do porte de Viçosa (Tabela 08). Do total dessas empresas, 25,96 % operam na informalidade enquanto que no setor de comércio e no de serviços essa taxa aumenta consideravelmente, sendo de 31,81% e 43,14%, respectivamente.

Tabela 08 - Quantidade de empresas e subsetores da atividade industrial em Viçosa (MG) - 2003

SUBSETOR DE ATIVIDADE	QTDE	%
Confecções de artigos vestuários e acessórios	11	9,02
Construção civil e processamento de materiais de construção	13	10,66
Fabricação de móveis e artefatos de madeira	22	18,03
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	13	10,66
Fabricação de produtos de metais	42	34,43
Indústria gráfica, de carimbo e audiovisuais	19	15,57
Produtos de alta tecnologia	2	1,64
Total	122	100,00

Fonte: CENSUS, 2003. Disponível em: <http://www.vicosa.mg.gov.br/conteudo/vicosaemnumeros.htm>.

A construção civil é um ramo de grande atividade em Viçosa, o que se torna evidente em sua paisagem, que manifesta altos índices de verticalização. Segundo informações da Prefeitura Municipal (2007), foi na década de 1950 que esse ramo foi impulsionado, a partir da construção da nova igreja Matriz, que demandou os materiais para construção e também mão-de-obra.

Comparando o perfil do setor industrial de Viçosa às outras cidades-núcleo das microrregiões da Zona da Mata (tabela 09), observamos que Viçosa é a cidade com menor porcentagem de pessoas ocupadas neste setor, apresentando disparidade acentuada em relação à Ubá, que possui a maior porcentagem de pessoas empregadas na atividade industrial da região. Contudo, em relação à sua própria microrregião, Viçosa é a que apresenta a maior porcentagem, conforme dados da ALMG (2007).

Tabela 09 - Porcentagem de pessoas ocupadas na atividade industrial nas cidades-núcleo da Zona da Mata (MG) - 2000

CIDADE-NÚCLEO DE MICRORREGIÃO DA ZONA DA MATA	Nº DE PESSOAS OCUPADAS NO SETOR INDUSTRIAL	% DO TOTAL DE HABITANTES
Cataguases	7.457	11,66
Juiz de Fora	46.141	10,32
Manhuaçu	4.383	6,60
Muriaé	9.892	10,82
Ponte Nova	4.258	7,70
Ubá	12.326	14,50
Viçosa	4.506	6,94

Fonte: ALMG, 2007.

Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Entre as empresas de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, ramo que ocupa o quarto lugar em número de estabelecimentos, destacam-se as seguintes: a Indústria Alimentícia Halfa Ltda., a Comercial NBN Ltda., a Valente & Maffia Ltda., a Indústria de Alimentos Karina Ltda., a Pif Paf Alimentos, a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE (fundada pela Universidade Federal de Viçosa em 1979), a Incofex Armazéns Gerais Ltda. e a Trigoleve Ind. e Com. Ltda.

Das empresas citadas acima, a maior empregadora é a Pif Paf, com 282 empregos diretos e 900 indiretos¹, o que a torna um fixo de grande importância numa cidade que possui poucas oportunidades de emprego e geração de renda.

O governo local espera ampliar o número de indústrias e de empregos gerados por este setor com a criação do Distrito Industrial (DI)². Atualmente, o DI de Viçosa é composto por 12 indústrias e empresas, que geram 160 empregos (Tabela 10). É importante salientar que a Pif Paf, nosso objeto de estudo, não se localiza no DI, pois a implantação da fábrica ocorreu em data anterior à criação do mesmo.

Tabela 10 - Composição do Distrito Industrial de Viçosa (MG) - 2007

RAMO INDUSTRIAL	DATA DE DOAÇÃO DE LOTE	EMPREGOS GERADOS
Artigos em gesso e concreto	20/12/1996	18
Concreto	21/12/1994	11
Temperos	20/12/1996	4
Móveis	11/09/1992	5
Alimentos	13/05/1997	16
Laticínios	01/12/2005	16
Brinquedos	10/08/2006	2
Batata frita	10/08/2006	4
Artigos gráficos	22/08/2006	26
Vassouras, rodos e outros	22/08/2006	5
Café	22/08/2006	22
Construção civil	22/08/2006	31

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Viçosa, 2007.

O crescimento do setor industrial em Viçosa é muito incerto, uma vez que a tendência geral para este setor na Zona da Mata têm sido de redução da participação no conjunto das regiões do Estado (FERNANDES; NOGUEIRA JÚNIOR, 2004, p.10). No entanto, a Secretaria de Desenvolvimento de Viçosa tem investido na formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs), visando atrair novas empresas para a cidade e gerar empregos. Há um APL na área de tecnologia da informação, que já conta com a participação de 20 empresas (o que significa um incremento do número de empresas de alta tecnologia, que,

¹ Estimativa fornecida pela unidade da Pif Paf de Viçosa.

² Benko (1996, léxico 229) define Distrito Industrial “como a entidade socioterritorial que se caracteriza pela presença ativa de uma comunidade humana e de uma população de empresas num espaço geográfico e histórico. No distrito a comunidade e as empresas tendem a se reunir.”

em 2003, eram somente duas (tabela 08) e com o suporte das faculdades e cursos de computação da cidade. Há ainda um APL de apicultura e outros dois em andamento, o de Biotecnologia e o de Tecnologia de Leite (PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA, 2007).

Em relação às políticas de incentivo à atividade industrial e empresarial de modo geral, cabe um parêntese para elucidar que os incentivos a essas atividades com políticas ou ações efetivas são recentes e a maior delas foi a criação do DI municipal, na década de 1990. Até então, como mostra várias reportagens de jornais locais, os empresários do setor industrial e comercial tinham forte tendência à transferência de Viçosa pra outras cidades, devido à falta de incentivos.

Numa reportagem do jornal Tribuna Livre, na matéria intitulada “Empresários fogem de Viçosa: município é considerado inviável”, datada de 23 de junho de 1989, há depoimentos de empresários da cidade que manifestaram suas frustrações por não encontrarem incentivo para a atividade industrial e comercial na cidade. O motivo disso, segundo os depoimentos, era o conceito de “cidade universitária” que Viçosa carrega, com uma “concorrência desleal da UFV”, que antigamente tinha uma farmácia no *campus* e vendia mais barato, além de pagar salários acima da média nacional. Também diziam que as pessoas viviam em função do pagamento da universidade, o que dificultava a circulação de dinheiro.

Um dos entrevistados manifestou profunda decepção, dizendo que ia embora da cidade porque não existia incentivo ao pequeno empresário e que a “idéia de parque industrial” era somente promessa de campanhas políticas. Outro entrevistado, que estava prestes a abandonar Viçosa também, disse que esperava que o município valorizasse sua empresa, a Indústria e Comércio de Artefatos e Arames de Ferros, que era a única do Estado a fabricar grampos para grampeador de escritórios. Contudo, o incentivo esperado não foi recebido, pois o empresário não encontrou mercado no município para seus produtos e nem mão-de-obra qualificada para a atividade que sua indústria desenvolvia, além de que havia problemas com o transporte da cidade.

A reportagem também esclarece sobre o ambiente político em Viçosa na época. Entre as reclamações levantadas, estava a de que o prefeito Antônio Chequer tinha pregado em sua campanha a industrialização da cidade, mas depois não cumpriu nenhuma de suas propostas em relação a isso.

Um entrevistado observou que o setor de construção civil era o único que mantinha a economia da cidade aquecida, pois não havia mercado local para os demais produtos. No geral, as opiniões eram no seguinte sentido: “todo mundo sabe que Viçosa carece de indústrias, mas nada se faz para concretizar isso” (EMPRESÁRIOS, 1989, p.3).

5.2. A empresa Pif Paf Alimentos: história, estrutura e dimensão socioespacial

A Pif Paf Alimentos³ é uma empresa frigorífica de grande peso no Brasil e em Minas Gerais, sendo a maior agroindústria do Estado na produção de derivados de carne suína e de aves. A empresa foi fundada em 1968, no Rio de Janeiro, a partir da compra do abatedouro Pif Paf pelo português Avelino Costa (ex-deputado federal no Brasil, de 1991 a 1995, pelo estado de Minas Gerais e integrante do Partido Liberal), que iniciou-se no ramo de avicultura comprando e vendendo frangos vivos.

No ano de 1969, a empresa de Avelino Costa firmou um acordo de fornecimento de aves com a Cooperativa Agro-Avícola de Viçosa e, posteriormente, em 1972, transferiu-se para Visconde do Rio Branco (MG), que se localiza a 270 Km da capital mineira, Belo Horizonte. O motivo foi a busca da ampliação da produção, demandada pelo crescimento do seu mercado consumidor. Ali a empresa adotou o nome (razão social) de Abatedouro Rio Branco Ltda.

Em 1974, a Pif Paf (nome fantasia) instalou o sistema de produção integrada com produtores da região da Zona da Mata Mineira, tendo sido uma das pioneiras do setor no estado. Para tanto, construiu uma fábrica de ração em Visconde do Rio Branco e um incubatório, localizado no município de Pará de Minas (MG), garantindo com isso o fornecimento de matéria-prima para os integrados e, na seqüência, para o abatedouro.

No ano de 1975, a Pif Paf ingressou no mercado de exportações, atingindo países do Oriente Médio. Em 1981, instalou o sistema de tratamento de esgoto na unidade de Visconde do Rio Branco e, em 1982, mudou a sua razão social de Abatedouro Rio Branco Ltda para Rio Branco Alimentos S/A. Para aumentar a sua produção, além de consolidar a sua parceria com os granjeiros, passou a comprar outras granjas (como a granja Pitangui em Pará de Minas, adquirida em 1983) e a diversificar a produção voltada para o mercado interno. Como consequência, passou a operar em dois turnos e ampliou sua produção, em 1984, para 64 mil aves abatidas por dia. Em 1986, foi aberta a sua primeira fábrica de industrializados, a qual está localizada em Viçosa.

Como reflexo e condição de seu crescimento, a empresa foi adquirindo novos equipamentos e máquinas, aumentando e diversificando sua produção. Tal busca pela modernização já demonstrava a nova tendência do mercado mundial que Mazzali (2000) salienta, de aumento da concorrência, de necessidade de flexibilização, de agilidade e de

³ Pif Paf Alimentos é o nome fantasia adotado pela empresa Rio Branco Alimentos S/A.

versatilidade, levando à reestruturação de relações e à configurações produtivas compatíveis com o novo contexto.

Em 1989, em seu processo de ampliação, a Pif Paf criou seu Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), adotou uma política de descentralização das vendas, em 1991, abrindo escritórios regionais, e ampliou seu mix de produtos. Na mesma data, implantou o projeto de integração de milho, destinada à produção de ração. Posteriormente, dentre outras ações, incentivou a criação de uma cooperativa de transportes, a Coopertral (Cooperativa Riobranquense de Transportes Ltda), com o intuito de terceirizar o serviço e concentrar-se na produção de alimentos derivados de carnes (PIF PAF, 2006).

Em 1993, a empresa investiu em tecnologia de ponta para o tratamento de efluentes. Em 1997, implantou o RECS (Sistema Nacional de Controle Ambiental), como exigência da FEAM, órgão responsável pelas questões ambientais em Minas Gerais. Essa preocupação ambiental pode ter sido estimulada pela conferência “Rio 92” (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUCED), que propôs, dentre outras coisas, padrões sustentáveis de produção e consumo a serem adotados em todos os países, e que veio a guiar a política ambiental nacional.

Em 1998, a empresa construiu uma nova fábrica de rações, que ampliou a capacidade produtiva para 880 toneladas de ração/dia. No ano seguinte, foi instalada em Patrocínio (MG) uma unidade da empresa, um frigorífico capaz de abater 2.400 suínos por dia, além de industrializar presunto, apesuntado e bacon. Segundo o entrevistado, o motivo do empreendimento foi a busca pela adequação aos padrões de exigência do mercado externo, especificamente o Mercado Comum Europeu, o Mercosul e o Mercado Asiático (PIF PAF, 2006).

Atualmente, além das unidades já citadas, a Pif Paf possui a unidade de suinocultura em São Geraldo, uma fábrica de massas em Itabirito, produtora de Lasanha e Pão de Queijo, outra em Acaiaca, produtora de Pizzas, a produção de ovos em Igaratinga, além de Pitangui, e outro incubatório em São José da Varginha, todas cidades mineiras. Essa diversificação e especialização produtiva são responsáveis pelos níveis diferenciados de inserção de cada unidade no mercado interno (ESPÍNDOLA, 1999, p.220).

No mais, a empresa está em pleno processo de expansão de suas atividades, tendo estabelecido uma nova unidade de abate de aves em Areal (RJ) em 2005 e uma unidade de produção de Pizzas, em Leopoldina (MG) em 2006. Isso reflete o comportamento do setor agroindustrial brasileiro, que em 2005 cresceu 0,3%, principalmente em função dos setores associados à pecuária, uma vez que as exportações de carne bovina, suína e de frango tiveram bom desempenho. Tal fato se deve à conquista de mercados por causa da boa qualidade do produto brasileiro, das crises sanitárias ocorridas no referido ano, que afetaram

rebanhos dos Estados Unidos e Europa, e da gripe aviária, que comprometeu as produções chinesas e de países do sudeste asiático (IBGE, 2005).

As mais recentes unidades da Pif Paf estão sendo construídas nas cidades de Palmeiras de Goiás e de Paraúna, em Goiás⁴. Serão cinco unidades agroindustriais: um matrizeiro e um incubatório para produção de pintos no município de Paraúna, além de duas fábricas de rações, sendo uma em Paraúna e a outra em Palmeira de Goiás e um abatedouro também em Palmeiras de Goiás. A previsão para o início das atividades é março de 2008 e a produção deve atingir o abate de 150.000 aves/dia para a fabricação de alimentos. Este é o maior projeto da empresa ao longo de sua história (PIF PAF VAI, 2007).

Como resultado desse empreendimento no estado goiano, acontecerá a geração de 1.500 empregos diretos e cerca de 4.500 indiretos. A Pif Paf também adotará na região a criação e fornecimento dos frangos de corte por meio do sistema de integração com os produtores locais para abastecer a unidade industrial de Palmeira de Goiás. Após processadas e industrializadas, as aves serão comercializadas no mercado interno (incluindo o estado de Goiás) e também serão exportadas (PIF PAF VAI, 2007).

Dessa forma, como mostra a Figura 2, a produção frigorífica da empresa está concentrada em quatro cidades: Visconde do Rio Branco, Viçosa, Patrocínio e Areal e, futuramente, também estará em Goiás. As outras unidades (matrizeiros, incubatórios, granjas e fábricas de ração) são de apoio.

Atualmente, o mercado da Pif Paf em nível nacional está espacialmente disperso pelas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, percorrendo os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Tocantins, Sergipe e Distrito Federal. Em nível mundial, a empresa exporta para a China, Japão, Argentina, Cuba, Rússia, Malásia, Caribe, Haiti, Leste Europeu, Filipinas e países da África. Ou seja, somente a América do Norte e a Oceania não foram atingidos pela Pif Paf em seu percurso.

Segundo Mazzali (2000), o Japão e os Tigres Asiáticos passaram por uma transição alimentar na década de 1990, que favorecia o consumo de carnes e que tornou esses países o maior mercado para aves. Isso provavelmente favoreceu a entrada da Pif Paf nesses mercados. Ao mesmo tempo, o Oriente Médio aumentou sua taxa de auto-suficiência no comércio de aves, o que pode ser um dos motivos de a Pif Paf ter parado de exportar para aquela região. Por sua vez, a exportação brasileira de carne suína na década de 1990 ficou voltada para o Mercado sul-americano, devido à abertura do Mercosul e às barreiras sanitárias impostas pelos outros mercados, como a Rússia. Os dirigentes da empresa informaram que têm tido dificuldade de exportar a produção da linha de suínos

⁴ É interessante ressaltar que o estado de Goiás destaca-se por ter a "agropecuária moderna" como sua principal atividade econômica, responsável por grande parte do PIB estadual e pela dinâmica socioespacial. Além de ser o principal produtor de grãos do país, é também uma região de fronteira agrícola, apresentando a instalação de várias agroindústrias inseridas em CAI's como os de Soja e Carne, como demonstra Borges (2006).

para aquele país, que, desde setembro de 2004, impôs um embargo aos produtos brasileiros de origem animal (bovinos, suínos e aves), impedindo os exportadores brasileiros

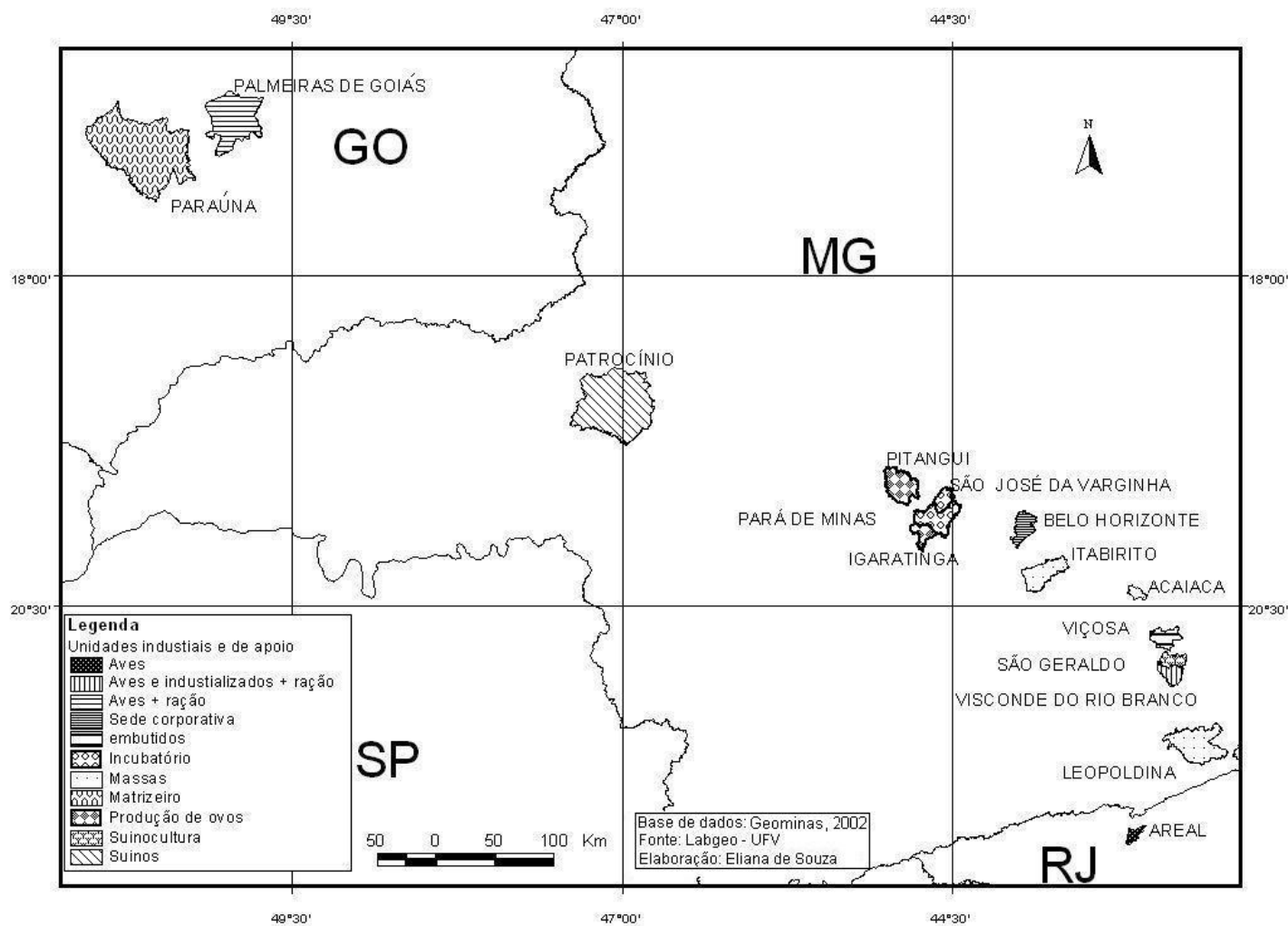


Figura 2 - Localização das unidades da Pif Paf Alimentos – 2007

Nota: Em Paraúna e Palmeiras de Goiás, as unidades ainda estão em construção.

de carne de terem acesso ao seu mercado. A decisão pelo embargo foi baseada na ocorrência de febre aftosa nos rebanhos bovinos do estado do Amazonas.

Seguindo a tendência de “terceirização de atividades acessórias” (MAZZALI, 2000, p.42), que se iniciou a partir da década de 1980 nas empresas brasileiras, a Pif Paf terceiriza vários serviços e partes da produção de insumos, a saber: controle de insetos e pragas; embalagens (caixas, cartuchos, filmes, material de escritório, bandejas, entre outros); condimentos (sal, proteínas de soja, mix de temperos, entre outros); matéria-prima (recorte bovino); material de limpeza (para a higienização das fábricas); serviços de informática (suporte para a rede da empresa); e outras. O sistema de seleção dos fornecedores se dá com base na qualidade dos produtos oferecidos, preço e qualidade dos serviços, sendo que a própria empresa faz testes para avaliação conforme os parâmetros estabelecidos.

A rede de fornecedores da empresa (ver Figura 3) está localizada nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina, sendo 90% constituída de grandes empresas, embora haja algumas pequenas empresas da região de Visconde do Rio Branco e de Viçosa. Como exemplo de fornecedores, podemos citar a Rigesa (Valinhos – SP), a Inpa (Pirapetininga – MG) e a Paraibuna (Juiz de Fora – MG), que fornecem papelão; a Spel (São Paulo – SP), a Incoplast (Marialva – SC), a Videplast (Videira – SC), a Vicofan (São Paulo – SP) e a Itap Bemis (São Paulo – SP), que produzem embalagens plásticas; a Gráfica Estrela (Juiz de Fora – MG) e a Imprimex (Ubá – MG), fornecedoras de etiquetas; e a Duas Rodas (Jaraguá do Sul – SC), a Fuchs (Brasilândia de Minas – MG), a Crs Hansen (Valinhos – SP), a Doremus (Guarulhos – SP) e a Bremil (Arroio do Meio – RS), produtoras de condimentos. Em Visconde do Rio Branco, há duas prestadoras de serviço de transporte: a Coopertral (uma cooperativa de transportes) e a Monte Negro. Essas são algumas das muitas empresas contratadas pela Pif Paf, estabelecendo uma rede de relações de dimensão nacional.

A estrutura que a empresa possui hoje viabiliza o abate e a industrialização de mais de 14 mil toneladas por mês e a composição de um *mix* de produtos de mais de 130 itens, disponibilizados em mais de 50 mil pontos de venda no país (PIF PAF, 2006). Somente a unidade de Visconde do Rio Branco abate 165.000 aves/dia, a de Areal 35.000 aves/dia e a de Patrocínio 2.400 suínos/dia. A empresa gera, aproximadamente, 5 mil empregos diretos e 8 mil indiretos e comercializa algo próximo de 12 mil toneladas/mês, sendo 55% de cortes de frango e 45% de suínos e produtos industrializados (PIF PAF, 2006).

A Pif Paf possuía, em 1993, só de avicultores integrados, 289, número que subiu para 451, em julho de 1996 (ALVES FILHO, 1996, p.107). Hoje, são 583 produtores integrados, sendo que, na região da Zona da Mata mineira (integração iniciada em 1985), são 134, com 15.000 aves em média cada um e se localizam nos municípios de Guiricema,

Visconde do Rio Branco, Coimbra, Ervália, Ponte Nova, Rio Pomba, Ubá, Tocantins, São Miguel do Anta e Canaã⁵ (ver Figura 4). Algumas dessas cidades fazem parte da microrregião de Viçosa.

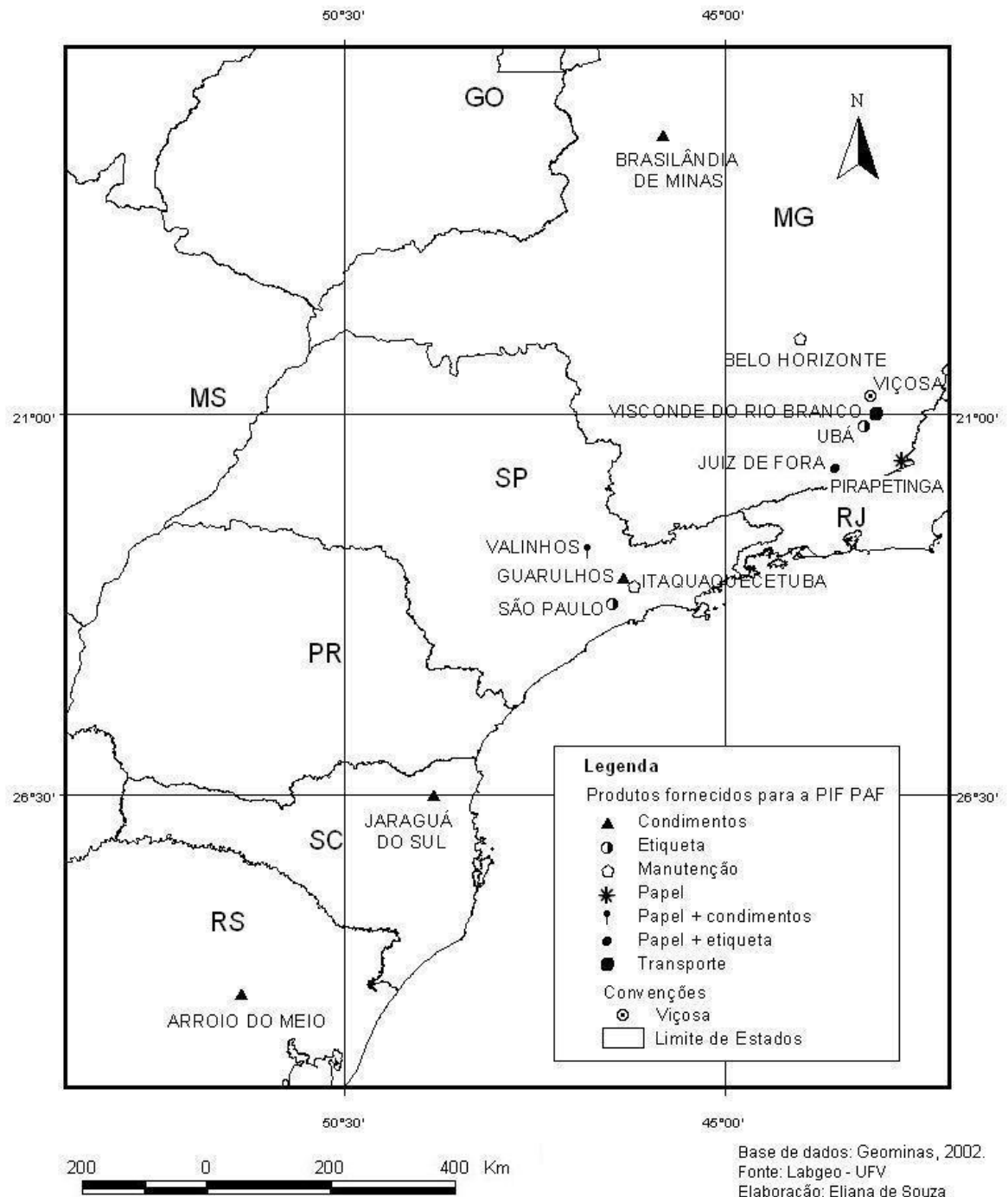


Figura 3 – Cidades onde se localizam alguns fornecedores da Pif Paf Alimentos e respectivos produtos fornecidos – 2007.

⁵Informação cedida pela Pif Paf de Viçosa (MG).

O integrado deve, então, fornecer energia, água, material para cama e aquecimento, tudo o que for adequado para o alojamento dos animais e a mão-de-obra necessária ao manejo e higiene do local (ALVES FILHO, 1996, p.113). Com base no resultado (Conversão + GPD (ganho de peso diário) + Peso Médio), o granjeiro recebe uma pontuação que é convertida em dinheiro.

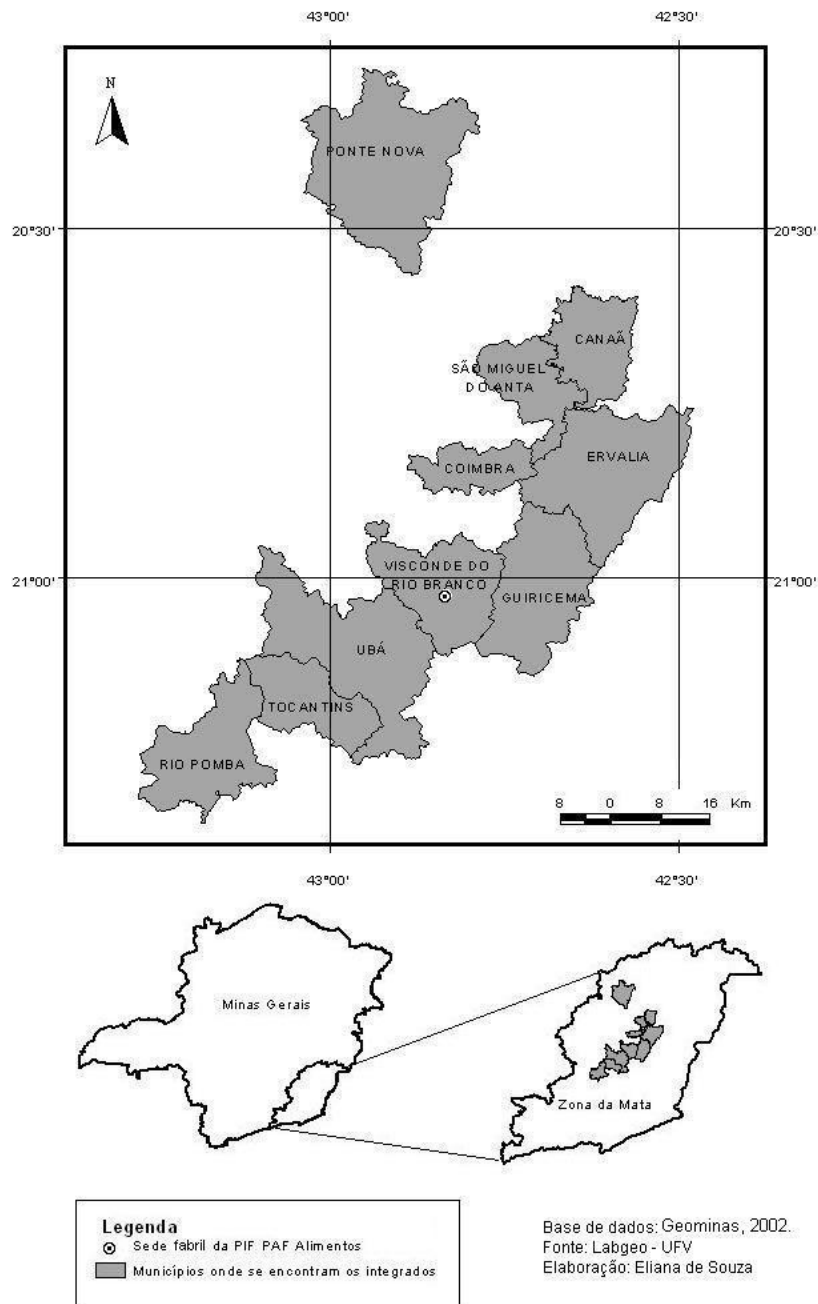


Figura 4 – Cidades onde se localizam os integrados da Pif Paf Alimentos – 2007.

Dessa forma, a instalação da empresa ocasionou modificações nas relações de trabalho no campo, ao introduzir uma nova forma de produzir nas atividades agropecuárias e também novas tecnologias. A empresa trouxe para Minas Gerais o sistema de integração baseado em contrato, que surgiu em Santa Catarina, em 1964. Em decorrência, surgiram também outras empresas utilizando o mesmo sistema, bem como cooperativas (ALVES FILHO, 1996, p.102).

A partir dos dados apresentados é possível ter noção da dimensão do impacto gerado por uma agroindústria, nos âmbitos da produção, circulação, distribuição e consumo, que atinge tanto o meio urbano quanto o campo.

Em relação à principal unidade da Pif Paf de abate de frangos, em Visconde do Rio Branco, sua área é de 4 mil m² e tem capacidade para abate de mil e duzentas aves/hora. A mesma gera quase 3.000 empregos diretos, sendo 1.650 ligados diretamente à área de produção, numa cidade que possui, segundo dados de 2000, aproximadamente 33.000 habitantes e pessoal ocupado no setor industrial igual a 4.479 (ALMG, 2007). Ou seja, a Pif Paf contribui com algo em torno de 67% desses empregos.

Já a Unidade de Viçosa, instalada em 1986 pela necessidade de ampliação da produção e pela possibilidade de conquistar o mercado local, ocupa uma área de 18 mil m², sendo que a fábrica em si possui 9 mil m². A fábrica foi construída a partir de uma estrutura pré-existente de um frigorífico de abate bovino⁶, que foi reformada e equipada para a produção de industrializados.

No local onde a empresa se instalou, havia inicialmente um curtume, instalado num galpão aberto e que, segundo moradores do bairro, jogava um efluente escuro no Ribeirão São Bartolomeu, o que extinguiu os peixes do mesmo, além de manter tanques abertos em que frequentemente caíam animais. Mais tarde, estabeleceu-se no local um abatedouro de frangos denominado AVISA, que consumia frangos da região de Viçosa, conforme informação de um ex-funcionário do abatedouro. O mesmo funcionou por um período de menos de 10 anos e tinha no máximo 50 funcionários. Antes de fechar, o abatedouro foi vendido para outra empresa de São Pedro do Serra, mas não obteve êxito na atividade.

Com isso sua estrutura permaneceu inutilizada no local por cerca de 10 anos, até que a Pif Paf adquiriu o estabelecimento, junto com outros lotes vizinhos, e reformou a estrutura, adequando-a às suas atividades.

A vinda da empresa para Viçosa, ocorreu pela proximidade da cidade à Visconde do Rio Branco, mas também obteve incentivo do poder público. A Prefeitura Municipal doou o

⁶ Essa informação foi fornecida pela unidade de Viçosa, mas, de certa forma, entra em contradição com as informações dadas pelos moradores do bairro onde a fábrica se encontra. Os moradores mais antigos disseram que no local havia não um frigorífico de abate bovino, e sim, de aves. Contudo, antes de ser um abatedouro de aves, a estrutura tinha sido utilizada como um curtume, o que pode ser o motivo da empresa considerar como um frigorífico.

terreno, concedeu isenção de IPTU e se dispôs a equipar o espaço do bairro, o São José, de infra-estrutura necessária, tendo melhorado as vias de acesso e a iluminação. Além disso, houve redução na carga tributária estatal.

Os empregos diretos gerados pela instalação da fábrica correspondem atualmente a 282, número bem inferior em comparação à Visconde do Rio Branco, cuja dimensão da planta da fábrica é bem menor, mas significam 26% do total de assalariados das indústrias da cidade, considerando dados de 2003 (Tabela 07), e os indiretos são aproximadamente 900. Os salários médios pagos aos funcionários são, em geral, baixos, correspondendo a R\$420,00 para os que trabalham como auxiliares de produção e R\$900,00 para outros setores.

No âmbito da arrecadação de impostos, a instalação da unidade não contribuiu diretamente para a arrecadação municipal, exceto no pagamento da taxa do alvará de funcionamento. Contudo, a empresa contribui com a arrecadação estadual e federal, pagando mensalmente de INSS R\$34.500,00 e de ICMS R\$150.000,00 em média, sendo que parte deste último é repassada aos cofres municipais.

Diariamente a unidade viçosense recebe de Visconde do Rio Branco e Patrocínio a matéria-prima e os insumos para a fabricação de embutidos. A localização em Viçosa da unidade é, por assim dizer, estratégica, pois a cidade está entre as outras duas, e os caminhões que levam produtos acabados de Patrocínio para Visconde do Rio Branco (que é a central de distribuição) passam por Viçosa e deixam a matéria-prima.

Toda a produção da Pif Paf em Viçosa destina-se apenas para o mercado local e regional. Porém, a produção da unidade é dirigida, primeiro, para a central de armazenamento de Visconde do Rio Branco em caminhões frigoríficos, e só depois é distribuída, a partir dos pedidos feitos. Esse sistema é adotado para garantir um maior controle das vendas e do estoque. Portanto, a unidade de Viçosa não gera fluxos locais de vendas diretamente.

A Pif Paf está com um projeto de ampliação da unidade de Viçosa, com previsão de investimento para o ano de 2007 de R\$1.500.000,00, objetivando aumentar a produção e melhorar o fluxo desta. O motivo é que as unidades de Visconde do Rio Branco e de Patrocínio já estão no limite de suas capacidades produtivas, não podendo consumir a matéria-prima disponível, que está excedente nestas unidades.

A ampliação da unidade de Viçosa já foi vislumbrada antes, porém, sem sucesso. Segundo reportagem do Jornal Tribuna Livre, edição de 22 de dezembro de 1989, a Pif Paf já tinha o interesse de ampliar a unidade naquela época, pois fez solicitação ao prefeito Antônio Chequer de doação do terreno ao lado da fábrica para construção de uma estrutura que produziria bifés de hambúrguer, o que geraria mais 600 empregos. Mas o prefeito não fez a concessão (não se sabe por quais motivos) e é acusado pela reportagem de

“incoerente”, pois em suas campanhas políticas defendia a implantação de um parque industrial na cidade.

Em relação à terceirização dos serviços, a unidade de Viçosa conta com empresas da cidade para fornecimento de refeições, serviços de lavanderia e de mecânica de manutenção. A empresa também possui transporte terceirizado, mas que não é realizado por empresa local. As empresas transportadoras são a Coopertral (Cooperativa Riobranquense de Transportes Ltda) e também a Monte Negro, ambas localizadas em Visconde do Rio Branco.

Outro serviço demandado pela unidade é o treinamento de mão-de-obra, que, segundo o gerente, também requer terceirização, mas que não é possível em Viçosa, porque não existe uma escola que ofereça cursos na área desejada, como o SENAI. No setor de produção, os trabalhadores não necessitam de ser qualificados, mas nos demais setores é necessário, sobretudo no de manutenção, pois requer o manuseio de equipamentos cada vez mais sofisticados, o que tem forçado a unidade a buscar profissionais em outras cidades.

Quando são contratados pela empresa, os trabalhadores passam por um processo de integração, em que são informados de seus direitos e deveres e a empresa fornece um programa anual de treinamentos. No caso de Viçosa, alguns cursos são dados na própria unidade, às vezes ao finais de semana, mas para os cursos do SENAI a empresa envia os funcionários para outras cidades.

A contratação dos trabalhadores é feita, já há algum tempo, pelo sistema de Contratação por Padrinho, em que os funcionários mais antigos da empresa podem indicar um candidato ao emprego. Nesse sistema de contratação a empresa cria um cadastro de reserva, selecionando, de 10 em 10, os trabalhadores mais antigos a cada vez que surgem vagas, para que os mesmos indiquem uma pessoa conhecida para trabalhar na empresa. O candidato é submetido a um processo de avaliação quinzenal. Os avaliadores são o líder de setor, o padrinho e os funcionários, e o candidato deve atingir uma porcentagem de aprovação para continuar na empresa. O prazo para enquadramento é de 45 ou de 90 dias.

A contratação dos trabalhadores exige seleção, sendo que para os cargos e funções mais simples, como de auxiliar industrial, é necessário que a pessoa tenha pelo menos Ensino Fundamental e para os outros cargos e funções há exigência de escolaridade e/ou qualificação maior.

A contratação por Apadrinhamento provoca uma fidelidade do trabalhador recém-contratado à qualidade do seu trabalho, pois ele se vê na necessidade de agradar à empresa e ao seu padrinho. Ao mesmo tempo, o padrinho é, de certa forma, responsável pelo sucesso do afilhado ou do indicado, contribuindo como pode com sua aprendizagem e formação. A empresa, por sua vez, deixa de se preocupar com aspectos alheios à

qualificação do trabalhador, tais como honestidade, antecedentes criminais ou não, responsabilidade, etc., pois o padrinho já faz isso, de alguma maneira, uma vez que ele não irá indicar alguém que trará problemas para a empresa, comprometendo o seu nome e a sua reputação. Esse procedimento também gera uma familiarização dos trabalhadores apadrinhados e padrinhos, resultando em um ambiente de trabalho mais intenso nas relações de amizade, o que irá se refletir na produtividade do empregado.

Esse tipo de sistema de seleção de trabalhadores é resultado das mudanças organizacionais que as empresas assumiram na década de 1990, sobretudo. A nova qualificação dos trabalhadores demandada supera as habilidades específicas de execução de uma tarefa. Os trabalhadores passaram a ser valorizados por requisitos como: polivalência, capacidade de trabalhar em equipe, iniciativa, flexibilidade para aceitar mudanças, responsabilidade, confiabilidade, comprometimento, disposição para reciclagem permanente, entre outros, como ressalta Werneck (2002, p.16).

Em relação ao gênero, a empresa possui atualmente mais trabalhadores do sexo masculino que do sexo feminino, sendo 180 homens e 102 mulheres. No turno de trabalho diurno, predominam homens entre 31 e 40 anos de idade, mas há uma grande quantidade de jovens, entre 20 e 30 anos de idade. As mulheres desse turno são, em sua maioria, mais jovens. Já no noturno, a maioria dos trabalhadores também é do sexo masculino, mas estão predominantemente entre 20 e 30 anos de idade, sendo que, das mulheres, também predominam as que estão nessa faixa de idade, em quantidade bem maior que a do turno diurno.

A fábrica (Unidade de Viçosa) está dividida em seis setores, a saber: Manutenção, Administração, Sala de Máquinas, Portaria, Administração da Produção e Produção, ilustrados na Figura 5. A fábrica opera em dois turnos principais: um começa às 06:00h e termina às 15:48h e o segundo começa às 15:30h e termina às 24:18h.

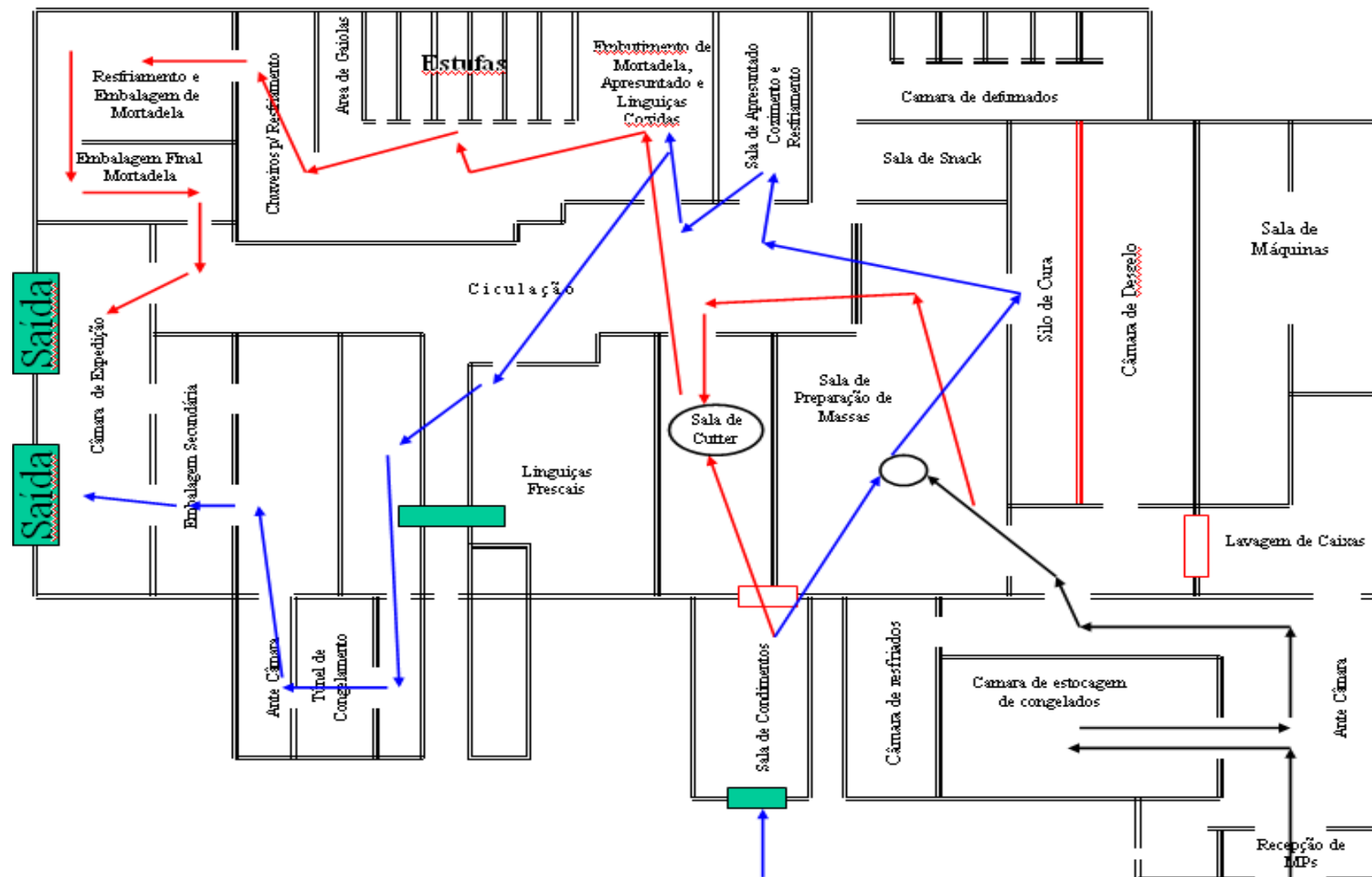


Figura 5 - Planta da fábrica de embutidos da Pif Paf – Viçosa (MG). Fonte: Pif Paf - unidade de Viçosa, 2007.

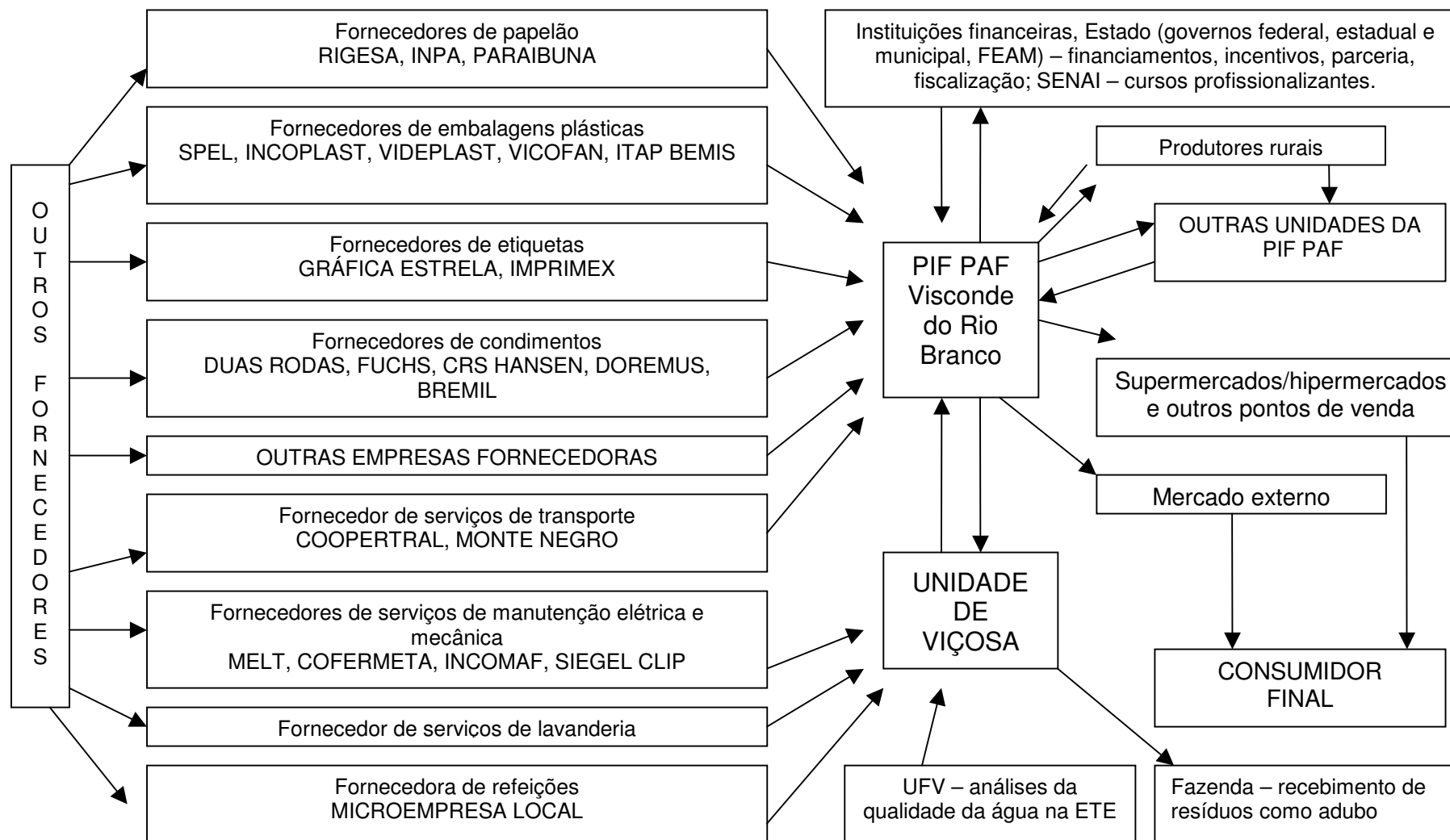


Figura 6 – Estrutura de fluxos entre a Pif Paf, seus fornecedores, instituições e consumidores – 2007. Org. Istéffany Fróes Mendes

6. EFEITOS SOCIOESPACIAIS PROVOCADOS PELA PIF PAF NO ESPAÇO URBANO DE VIÇOSA (MG)

Como integrante do CAI de carnes, no setor à jusante das atividades agropecuárias, a Pif Paf segue uma lógica territorial que impõe seu ritmo à dinâmica das mesmas. Como vimos anteriormente, a instalação da empresa na Zona da Mata mineira deve-se à tradição agrícola da região, que atraiu a agroindústria. Dialeticamente, a instalação da empresa está contribuindo para a manutenção e desenvolvimento da produção agropecuária (criação de aves e suínos) da região, ao estabelecer relações de integração com os proprietários rurais.

A fábrica da empresa em Viçosa (MG) está atrelada à racionalidade da empresa enquanto agente econômico inserido num CAI, racionalidade que procura localizar a produção próxima às fontes de matéria-prima, de forma a minimizar os custos. Isso provoca mudanças no espaço da cidade e em seu entorno que se configuram a partir do tipo de atividade exercido pela agroindústria.

Dessa forma, os tipos de relações estabelecidas com as pessoas empregadas, com as empresas contratadas para fornecimento de serviços terceirizados, com a vizinhança da fábrica, com o poder público, com os bancos, entre outros, e todos os fluxos gerados, possuem particularidades em comparação a outros ramos industriais ou a outros setores econômicos.

Para conhecer as características inerentes ao processo de territorialização da Pif Paf em Viçosa, realizamos o levantamento e a análise das condições gerais de funcionamento da fábrica (unidade de Viçosa da Pif Paf), as quais se refletem diretamente no espaço da cidade. Scott e Storper *apud* Espíndola (1999, p.196) argumentam que “a localização das unidades industriais enfatiza a importância do mercado de trabalho, que sofre transformações necessárias para o andamento da economia”. Isto é, em sua demanda específica de trabalho, a indústria acaba por gerar transformações em função dos processos produtivos, que continuamente são reestruturados; das formas de investimentos; da geração de mão-de-obra qualificada; da produção atrelada à pesquisa; e do padrão de sindicalização da força de trabalho (ESPÍNDOLA, 1999, p.196).

Destarte, partindo do fator mão-de-obra, ao entrevistarmos os funcionários da empresa e a administração da mesma, obtivemos dados interessantes que mostram alguns efeitos da localização da unidade em Viçosa, os quais procuramos evidenciar nos parágrafos que se seguem.

6.1. Trabalho, emprego, renda e cultura do trabalho industrial

6.1.1. Um outro olhar sobre a empresa: o perfil dos trabalhadores da Pif Paf

Nas entrevistas com os trabalhadores da Pif Paf, buscamos conhecer o perfil das pessoas que a empresa contrata, considerando idade, escolaridade, estado civil, número de dependentes, número de pessoas com que residem, setores em que trabalham na empresa, há quanto tempo estão empregados nela, entre outros, e fizemos o cruzamento dos dados, ora considerando os funcionários de diferentes turnos, ora considerando-os conjuntamente. As informações obtidas mostraram quais impactos a empresa tem gerado em Viçosa e desvendaram a percepção dos próprios trabalhadores a respeito da presença da mesma na cidade.

Ao relacionamos as variáveis idade, escolaridade e sexo dos funcionários (ver Figuras 7 e 8), averiguamos que os trabalhadores do turno diurno da unidade da Pif Paf de Viçosa são, em sua maioria, homens (75%). Nesse turno, dos trabalhadores do sexo masculino, a maior parte (58%) tem entre 31 e 40 anos de idade, predominando entre eles aqueles que possuem Ensino Fundamental Incompleto (EFI). Em termos de estado civil, há uma maioria de casados. Entre os mais jovens (de 20 a 30 anos), 67% possuem Ensino Médio Completo (EMC) e são em sua maioria solteiros (58%).

No geral, dos homens do turno diurno, 38,89% possuem EMC, 27,78%, EFI e 19,4%, Ensino Fundamental Completo (EFC). Em relação ao Estado Civil, 61% são casados, 36% solteiros e 3% divorciados.

Em contrapartida, as mulheres do turno diurno estão em sua maior parte entre 20 e 30 anos (50%), das quais metade é casada. A escolaridade em relação aos homens é mais baixa. Somente 50% nessa idade têm EMC. Contudo, 16,7% declararam possuir curso técnico. Já entre as que possuem 31 e 40 anos, que estão em menor quantidade que os homens de mesma idade (25%), 67% têm EMC, representando uma condição melhor que a dos homens na mesma faixa, e também há uma maioria de casadas. Acredita-se que estas últimas colaboram com manutenção da casa ou são responsáveis pelo pagamento das despesas do lar. As que têm entre 41 e 50 anos somam 25%, representando uma quantidade bem maior que a dos homens na mesma faixa.

Em conjunto, as mulheres do diurno são 41,67% possuidoras de EMC, 25% de EFI e 16,67% de Ensino Médio Incompleto (EMI). 50% são casadas, 42% solteiras e 8% divorciadas.

No turno noturno, assim como no diurno, há predominância de trabalhadores do sexo masculino, só que em menor proporção (65%) e esses possuem, em sua maioria, entre 20 e 30 anos, sendo que metade tem EMC. Em termos de estado civil, a maioria, ao contrário

dos trabalhadores do turno diurno, declara-se casada. Com relação aos trabalhadores de 31 a 40 anos (30,8%), metade possui EFC e a outra metade, EFI, e a maior parte é casada. Na faixa de 41 e 50 anos há maior quantidade homens que no diurno.

No quadro geral, 38,46% dos homens do noturno possuem EFC; 30,77%, EMC; 26,92% EFI; e o restante, EMI. 50% são casados, 46% solteiros e 4% divorciados.

Por sua vez, as mulheres do noturno estão em sua maioria também entre os 20 e 30 anos (78,6%), mas em quantidade bem maior que do diurno. Destas, a maior parte possui EFC e é solteira. Dos 31 aos 40 anos, há 21,4% das mulheres, sobressaindo as que têm EFC. A respeito do estado civil, 67% são casadas. Dos 41 aos 50 anos não houve ocorrências.

No geral, das mulheres do noturno, 50% possuem EFC, 28,57% EFI e 21,43% EMI. Ao todo, 50% são casadas, 43% solteiras e 7% divorciadas.

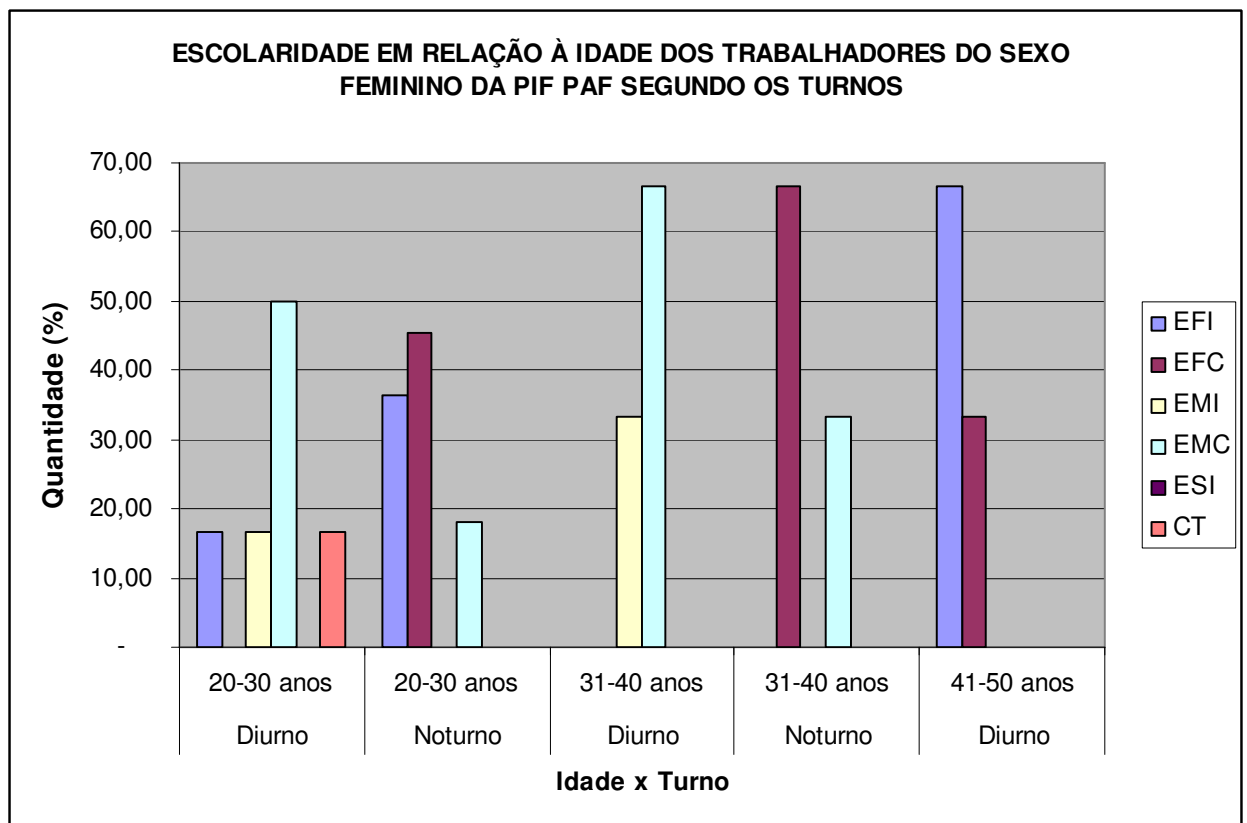


Figura 7 - Escolaridade dos trabalhadores do sexo feminino da Pif Paf – Viçosa (MG) - 2007

Nota: ESI significa Ensino Superior Incompleto e CT significa Curso Técnico.

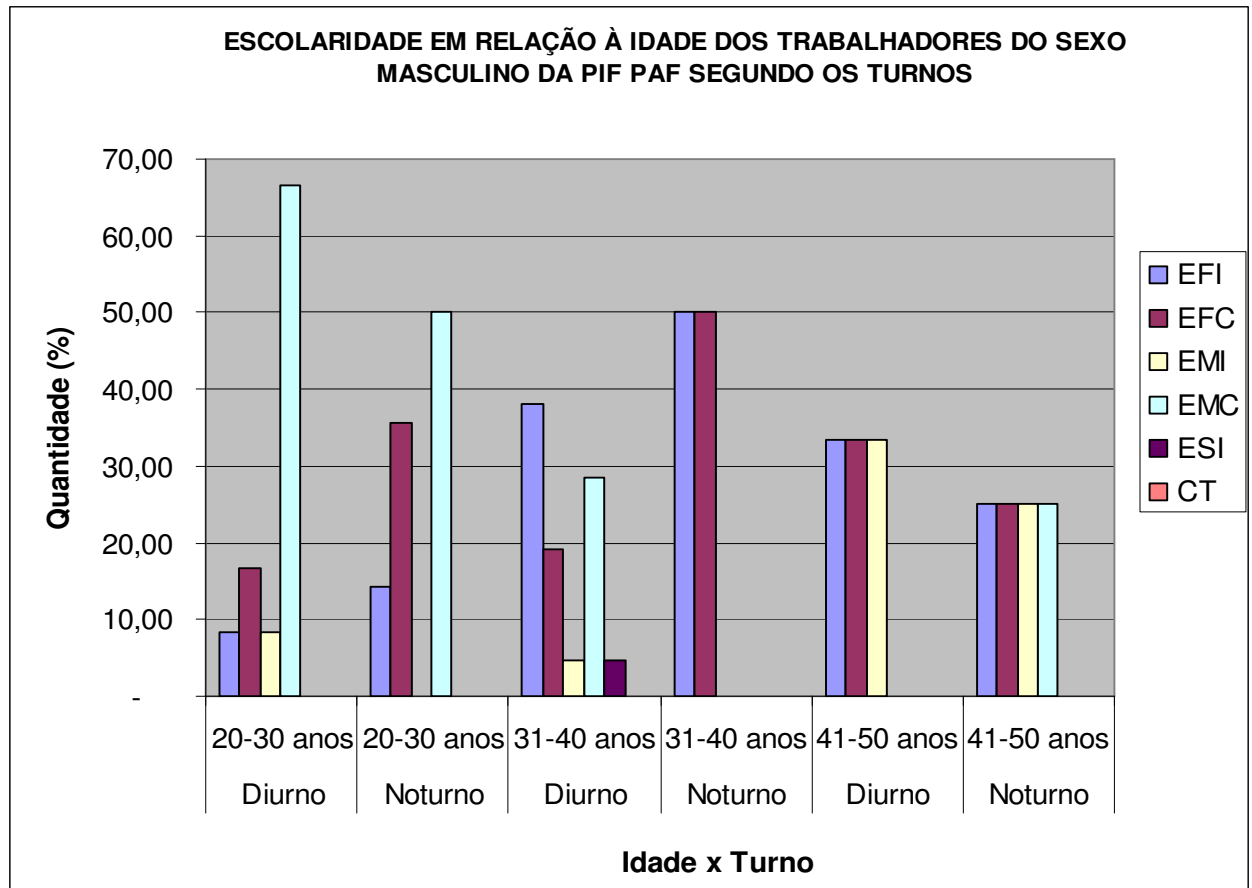


Figura 8 - Escolaridade dos trabalhadores do sexo masculino da Pif Paf – Viçosa (MG) – 2007. Nota: ESI significa Ensino Superior Incompleto e CT significa Curso Técnico.

Percebe-se, pelos dados gerais de cada turno, que no noturno a maioria dos trabalhadores possui escolaridade inferior ao do turno diurno, sendo que no primeiro predomina EFC e no segundo, EMC. Além disso, as mulheres do diurno têm escolaridade melhor que a dos homens em geral, pois quase metade delas têm EMC, ao contrário das mulheres do noturno, que têm, a maioria, somente EFC. No noturno, a maior parte dos homens e mulheres está na faixa dos 20 aos 30 anos, enquanto que no diurno está entre 31 e 40 anos, e que os homens do diurno são mais jovens que as mulheres do mesmo turno. No noturno, por sua vez, os homens são mais velhos que as mulheres. Resumidamente, a maioria dos trabalhadores da empresa tem entre 20 e 35 anos (69,32%) e, em menor quantidade, entre 36 e 50 anos (30,68%).

Cabe aqui um parêntese explicativo. Araújo, Amorim e Ferreira (2004) salientam que o processo de flexibilização nas empresas tem uma clara dimensão de gênero, cujos efeitos “perversos, desiguais e excludentes” atingem de maneira diferente as mulheres. Ocorreram mudanças importantes na inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, a partir de 1980, com o avanço feminino na PEA e leve redução da participação masculina. As

inovações tecnológicas e os novos métodos de gestão da produção criaram oportunidades de emprego para a mão-de-obra feminina. Algumas mulheres alcançaram também as posições mais qualificadas, a partir da formação em nível superior e técnico.

Contudo, há continuidades, como a predominância das mulheres em posições não qualificadas, precárias quanto ao vínculo empregatício e mal remuneradas, entre outras. Permaneceram ainda os padrões de ocupação nos ramos de atividades. Na indústria, os setores que continuam a concentrar a força de trabalho feminina são, sobretudo, os de confecção, têxtil, de alimentação e de bebidas.

A contratação de mulheres ocorreu, em grande parte, por causa das novas políticas das empresas de redução dos custos, sendo justificada pela baixa remuneração decorrente da baixa qualificação exigida para a execução de tarefas repetitivas e de baixa responsabilidade. Outro motivo da contratação, é que as mulheres passaram a ser vistas como detentoras das habilidades e competências requeridas pela flexibilidade do trabalho, como disciplina, trabalho limpo e cuidadoso, entre outros.

Diante disso, observa-se que na Pif Paf, as mulheres estão ocupadas, sobretudo, na função de auxiliar industrial (Tabela 11), que demanda a polivalência e trabalho cuidadoso, mas que são as funções mais simples e que não exigem treinamento, apesar das trabalhadoras apresentarem escolaridade melhor. Em relação ao salário, cada trabalhador recebe inicialmente um salário mínimo e depois de certo tempo de trabalho na empresa, seu salário é acrescido de uma quantia⁷, de acordo com a função que exerce. Portanto, não há uma distinção entre os sexos nisso, a não ser pelo fato de as mulheres ocuparem os cargos que recebem menor remuneração.

Tabela 11 – Proporção de trabalhadores da Pif Paf de Viçosa (MG) segundo sexo e função na empresa - 2007

FUNÇÃO	HOMENS (%)	MULHERES (%)
Operação de máquinas	20,97	3,85
Auxiliar industrial	59,68	92,31
Assistente de administração	1,61	-
Liderança de setor	3,23	-
Mecânica/elétrica	12,90	-
Cargos técnicos	1,61	3,85
Total	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Em relação à maioria de jovens no período noturno, a explicação deve-se, provavelmente, ao fato de que o turno de trabalho exige uma adaptação física do corpo ao horário, o que se reflete no desempenho do trabalhador no serviço. Sendo que os jovens

⁷ Informação cedida pela unidade da Pif Paf de Viçosa.

possuem mais vigor que os mais velhos, eles têm mais facilidade de se adequar ao trabalho noturno, que exige mais do corpo.

Já em termos de estado civil, ao todo são 54,55% de trabalhadores casados, 40,91% são trabalhadores solteiros e 4,54% são divorciados (Tabela 12). Os trabalhadores do noturno apresentam maior parcela de solteiros que os do diurno, correspondendo a 45% em contrapartida a 37,5%. Isso provavelmente se deve ao fato de que uma pessoa solteira possui menos responsabilidades ou comprometimentos que uma casada, pois não tem, normalmente, uma família constituída, o que lhe garante maior flexibilidade em relação aos horários, sendo mais fácil para a pessoa solteira se adaptar ao turno de trabalho noturno.

Tabela 12 – Porcentagem de trabalhadores da Pif Paf de Viçosa (MG) segundo estado civil, idade e sexo - 2007

ESTADO CIVIL	MULHERES (%)			HOMENS (%)			TOTAL (%)
	20-30 ANOS	31-40 ANOS	41-50 ANOS	20-30 ANOS	31-40 ANOS	41-50 ANOS	
Solteiro	10,23	-	2,27	19,32	7,95	1,14	40,91
Casado	9,09	4,55	1,14	10,23	26,14	3,41	54,55
Divorciado	-	2,27	-	-	-	2,27	4,55
Total (%)	19,32	6,82	3,41	29,55	34,09	6,82	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Assim, podemos inferir que a empresa, ao contratar os trabalhadores, deve considerar o turno diurno mais adequado àqueles que são casados, pais e mães de família e, normalmente, mais velhos, pois o horário contribui para que os mesmos tenham tempo para suas famílias (já que compreende os horários de trabalho e de outras atividades, como estudos, mais comuns entre as pessoas) e para resolver questões pessoais e familiares, evitando que as mesmas interfiram no trabalho. Os impactos do turno de trabalho diurno acabam, então, atingindo um maior número de pessoas em comparação ao noturno, ao abarcar a maior parte dos trabalhadores casados, pois a rotina destes interfere, provavelmente, na de seus lares.

Em relação às condições sociais dos trabalhadores, um indicador é o tipo de imóvel que possuem. Os funcionários do turno diurno possuem, sobretudo, imóvel próprio (68,75%) e 25% moram em imóvel alugado e, em contrapartida, 4,17% e 2,8% moram em imóvel emprestado e de favor⁸, respectivamente. Do turno noturno, 83,83% dos trabalhadores têm imóvel próprio, 33% moram em imóvel emprestado, 5,56% moram de favor e 2,78% possuem imóvel alugado.

⁸ Recorremos a esse termo “de favor” e não “cedido” para diferenciar do termo “emprestado”. O primeiro termo significa que a pessoa mora no imóvel da pessoa proprietária e com ela. E o último termo, quer dizer que a pessoa mora em imóvel que não é seu e nem alugado, mas concedido para sua habitação, sem a presença da pessoa proprietária.

Os trabalhadores que têm imóvel próprio representam 69,3% do total de funcionários da empresa, sendo que 14,8% conseguiram a casa própria depois que passaram a trabalhar na Pif Paf, o que nos leva a crer que o emprego tem contribuído de alguma forma para a melhoria das condições de renda dos funcionários e, conseqüentemente, para a aquisição ou construção de suas residências.

Outro indicador das condições sociais dos trabalhadores diz respeito aos bens e serviços de que disponibilizam. Averiguamos que 75% têm geladeira, 78,41% têm fogão, 42% têm máquina de lavar, 77,27% têm televisão, 12,50% têm computador, 20,45% têm vídeo-cassete, 44,22% têm DVD, 47,73% têm celular, 27,27% têm telefone fixo, 12,50% têm tanquinho, 10,23% têm carro, 17,05% têm moto e 11,36% têm internet. No turno diurno, constatamos que as condições econômicas dos funcionários são melhores que a dos trabalhadores do noturno, o que pode estar relacionado ao fato de que entrevistamos, no primeiro turno, funcionários que ocupavam cargos melhor remunerados, como liderança de setor, cargos administrativos e técnicos e cargo de engenharia (somando 12,49% dos entrevistados), fato que demonstra a relação entre a remuneração na empresa e a situação sócio-econômica dos funcionários.

Outro motivo dessa disparidade entre diurno e noturno, é que no noturno há uma maioria de trabalhadores jovens e também de trabalhadores que estão há pouco tempo na empresa, significando um menor poder aquisitivo em comparação àqueles adultos mais velhos que são maioria no diurno.

6.1.2. Absorção de mão-de-obra local e efeitos sobre a População Economicamente Ativa (PEA) do município de Viçosa (MG)

Se compararmos os dados da empresa aos dados correspondentes da cidade de Viçosa, podemos ter uma noção do impacto daquela sobre a PEA⁹ (População Economicamente Ativa) da cidade (ver Tabela 13) e sobre a absorção de mão-de-obra segundo a escolaridade.

⁹ A população em idade ativa é subdividida em dois tipos: população economicamente ativa e população não-economicamente ativa. A PEA se constitui de todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade. Abrange os empregados e empregadores, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores que estão temporariamente desempregados, etc. A população não-economicamente ativa é formada, principalmente, por aposentados, donas-de-casa, estudantes, inválidos e crianças.

Tabela 13 – Estrutura Etária da população de Viçosa (MG) - 2000

IDADE	Nº DE PESSOAS	%
Menos de 15 anos	17.181	26
15 a 64 anos	44.021	68
65 anos e mais	3.652	6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano FJP/PEA/PNUD, 2000.

Disponível em: <http://www.vicosa.mg.gov.br/conteudo/vicosaemnumeros.htm>.

Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

De acordo com a tabela acima, a população viçosense está em sua maior parte na faixa de PEA, que segundo dados da ALMG (2007) era, em 2000, de 26.853 pessoas. Comparando-se aos dados obtidos, vemos que ao gerar empregos, a Pif Paf está contribuindo com a PEA de Viçosa, ao manter 1,05% (282 empregos diretos) do número de pessoas ocupadas nos setores econômicos, que já é um número considerável. Além disso, a empresa tem absorvido uma quantidade significativa da população com baixa escolaridade, pois 28,41% dos trabalhadores têm EFI e 22,73% têm EFC, algo significativo numa cidade que têm 48% de sua população com EFI apenas, conforme a seguinte tabela:

Tabela 14 - Escolaridade dos habitantes de Viçosa (MG) com mais de 10 anos de idade - 2000

ANOS DE ESTUDO	Nº DE PESSOAS	%
Menos de 1 ano (EFI)	3154	5
1 a 3 anos (EFI)	8270	13
4 a 7 anos (EFI)	19601	30
8 a 10 anos (EFC e/ou EMI)	8830	14
11 a 14 anos (EMC e/ou outro)	8678	13
15 anos ou mais	4915	8

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000.

Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Todos os funcionários entrevistados trabalham no setor de produção, sendo que a maior parte (87,5%) possui funções de operadores de máquinas e auxiliares industriais e, relacionando a ocupação nos setores à escolaridade que possuem, percebemos que não há uma visível restrição quanto à escolaridade para essas funções, que não exigem um alto nível de instrução. Isso concede à empresa uma grande capacidade de absorver a mão-de-obra local. Assim, no geral, não notamos uma correspondência direta entre escolaridade e função ou setor, exceto para os cargos técnicos, como demonstramos a seguir.

Contudo, os responsáveis pela empresa informaram a nós que passou a ser exigência, há pouco tempo, que os funcionários tenham, no mínimo, EFC para ocuparem os

cargos de auxiliares de produção. Ao delimitarmos o período de tempo de trabalho na empresa de menos de 1 ano a 5 anos para essa função, 63,46% dos auxiliares foram contados, sendo que destes, 82,19% possuem EFC ou graduação melhor. Isso confirma que a empresa está exigindo uma escolaridade mínima para a contratação.

No quadro geral da relação funções-escolaridade, conforme a Tabela 15, a maior parte dos operadores de máquinas (34,8%) possui EFI e 34,8% possui EMC. Dos auxiliares industriais, a maioria (40%) tem EMC. Dos mecânicos/eletricistas, metade tem EMC. Dos assistentes administrativos, metade tem EFC e a outra metade tem curso técnico. Dos líderes de setor, há um equilíbrio entre a quantidade dos que têm EFI, EFC e EMC. Dos que são técnicos, todos têm curso técnico e dos tecnólogos, todos apresentaram ter ESI.

Percebe-se que os operadores de máquinas apresentam menor escolaridade que os auxiliares de produção. Podemos inferir que isso se deve ao fato de que a operação de máquinas é uma função mais “mecânica”, que não exige muitos conhecimentos (apesar de ser uma função de maior importância), mas requer maior capacidade do funcionário de se adequar ao funcionamento da máquina. Por isso, os que trabalham nessa função passam primeiro por um treinamento e depois por um processo avaliativo, sendo aprovado ou não para o cargo. Já a função de auxiliar requer maior capacidade de transitar por vários setores, realizando tarefas gerais, pois os auxiliares podem trabalhar em setores específicos, como, por exemplo, de embalagens, de expedição dos produtos, ou de limpeza/desinfecção, ou podem atuar em vários setores.

A melhor escolaridade é apresentada pelos mecânicos e eletricitas e por aqueles que ocupam cargos técnicos. Os líderes de setor também possuem uma escolaridade baixa, o que nos leva a crer que este cargo é assumido, principalmente, conforme a experiência e bom desempenho do funcionário, uma vez que os trabalhadores que responderam ocupar o cargo estão em média há 12 anos na empresa.

Tabela 15 – Escolaridades dos funcionários da Pif Paf de Viçosa (MG) em relação às funções que exercem na empresa - 2007

ESCOLARIDADE	FUNÇÃO (%)						
	Mecânico eletricista	Auxiliar industrial	Operador de Máquinas	Assis. admin.	Líder setor	Técnico	Tecnólogo
EFI	16,67	28,85	34,78	-	33,33	-	-
EFC	16,67	19,23	30,43	50,00	33,33	-	-
EMI	16,67	11,54	-	-	-	-	-
EMC	50,00	40,38	34,78	-	33,34	-	-
ESI	-	-	-	-	-	-	100,00
Curso Técnico	-	-	-	50,00	-	100,00	-
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Um outro aspecto importante, é que a maior parte dos funcionários da empresa é casada e isso significa que os mesmos podem possuir dependentes de sua renda. Segundo os dados obtidos, 25% possuem 2 dependentes, 22,9% possuem 3 dependentes, 18,85% possuem 1 dependente e 2,1% possuem 4 dependentes, o que somado totaliza 68,7% de funcionários nessa condição. Somente 31,3% não possuem dependentes de sua renda. Isto é, há 411 pessoas que indiretamente dependem da renda daqueles que trabalham na Pif Paf.

Daqueles que moram com outras pessoas em casa, 54,2% moram com 3 ou 4 pessoas, das quais a maioria soma renda de 1 salário mínimo ou não têm renda. 24,7% dos funcionários moram com 1 ou 2 pessoas, que, na maior parte, não possui renda. Aqueles que moram com 5 pessoas ou mais representam 21,2%, e 26% destes funcionários moram com pessoas que, no total, recebem 1 salário mínimo, e a mesma quantia de funcionários, com pessoas que não têm renda. 16,6% moram com pessoas que têm renda de 4 salários mínimos em conjunto.

Ou seja, a maioria dos funcionários sustenta as suas casas com o salário que recebem da empresa. No total, 30,6% moram com pessoas que não possuem renda, 30,6% com pessoas que possuem renda de apenas 1 salário mínimo, 8,2%, de 2 salários, 5,9%, de 3 salários, também 5,9%, de 4 salários, 2,4%, de 5 salários e 15,6% com pessoas de renda variável. Somente 6,3% moram sozinhos.

A isso, soma-se o fato de que quase todos os funcionários trabalham somente na Pif Paf (90,9%), sendo que os 0,1% restantes trabalham informalmente fazendo bicos e poucos têm um outro emprego fixo aos finais de semana, como em restaurantes e churrascarias. Nas ocupações extras, os homens encontram-se atuando como pintores, jardineiros, técnicos em computador, eletricitas e carpinteiros, e as mulheres, como vendedoras de cosméticos. Uma das razões, segundo os próprios funcionários, para tal porcentagem é que a duração do tempo de trabalho diário na empresa é extenso, por volta de 9 horas consecutivas, o que impede a ocupação em outro trabalho. Mas a existência de funcionários que ainda conseguem exercer outra atividade mostra que há uma necessidade de complementação da renda.

Outra constatação da relevância da Pif Paf na PEA local é que, como afirmamos anteriormente, boa parte dos funcionários é de pessoas jovens, o que é extremamente relevante, uma vez que o trabalho representa uma oportunidade de adquirir experiência profissional, de ajudar no orçamento familiar e de obter um maior tempo de carteira assinada, aumentando a possibilidade de aposentadoria. Conforme a tabela 16, vemos que a empresa prioriza a contratação de pessoa mais jovens, uma vez que, por exemplo, dos que foram contratados a menos de 1 ano, 64,29% têm entre 20 e 25 anos e dos que estão na empresa entre 1 e 5 anos, 40,54% têm entre 20 e 25 anos. Se olharmos a condição dos

trabalhadores mais antigos, podemos inferir que a maioria também entrou na empresa quando era mais jovem, ou seja, tinha de 20 a 30 anos.

Tabela 16 – Relação entre a idade dos funcionários da Pif Paf e o tempo em que trabalham na Unidade de Viçosa (MG) –2007

TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA	IDADE (ANOS) – (%)					Total
	20-25	26-30	31-35	36-40	41-50	
menos de 1 ano	64,29	7,14	7,14	21,43	-	100
de 1 a 5 anos	40,54	18,92	27,03	13,51	-	100
de 6 a 10 anos	7,14	28,57	35,71	21,43	7,14	100
de 11 a 15 anos	-	10,00	40,00	40,00	10,00	100
de 16 a 20 anos	-	-	25,00	25,00	50,00	100
de 21 a 30 anos	-	-	-	-	100,00	100

Fonte: da pesquisa, 2007. Org. Istéffany Frões Mendes, 2007.

Quando consideramos o tempo de carteira assinada que os funcionários apresentam (tabela 17), concluímos que, de fato, a empresa tem uma participação enorme no acesso a essa condição para os trabalhadores, uma vez que 44% dos mesmos têm menos de 10 anos de carteira e 22,22% têm de 1 a 5 anos. Ao cruzar os dados de tempo de carteira assinada e tempo de trabalho na empresa, obtivemos uma alta correlação, que é mais intensa para as faixas de menos anos, como está ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 17 – Relação entre o tempo de carteira assinada e o tempo de trabalho na Pif Paf dos trabalhadores da Unidade de Viçosa (MG) - 2007

TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA	TEMPO DE CARTEIRA ASSINADA (ANOS) – (%)					
	MENOS DE 1	DE 1 A 5	DE 6 A 10	DE 11 A 15	DE 16 A 20	DE 21 A 30
menos de 1 ano	100,00	22,22	-	-	16,67	-
de 1 a 5 anos	-	77,78	33,33	16,67	50,00	14,29
de 6 a 10 anos	-	-	66,67	50,00	-	-
de 11 a 15 anos	-	-	-	33,33	-	14,29
de 16 a 20 anos	-	-	-	-	16,67	57,14
de 21 a 30 anos	-	-	-	-	16,67	14,29
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: dados da pesquisa, 2007. Org. Istéffany Frões Mendes, 2007.

6.1.3. Contribuição na formação da mão-de-obra industrial local

Ao analisar o impacto da empresa na formação de mão-de-obra local, vemos que têm uma importante participação. Constantemente a Pif Paf realiza cursos de aprimoramento da mão-de-obra, palestras e treinamentos, feitos, muitas vezes, aos finais de semana. Isso representa uma oportunidade de crescimento profissional dos trabalhadores, reduzindo o peso do seu baixo grau de escolaridade. Porém, alguns funcionários disseram não participar por falta de tempo.

A melhoria contínua da qualificação da mão-de-obra é uma estratégia que visa aumentar o rendimento do trabalho, pois converte a capacidade produtiva existente em capacidade permanente de produção. A Pif Paf mantém, neste sentido, um grupo de discussão, com a participação dos funcionários, a respeito da qualidade da produção, denominado CCQ. Segundo Mazzali (2000, p.57), esse “envolvimento dos trabalhadores da produção na organização do processo produtivo, aprimorando o controle e a identificação de problemas” é resultado da reestruturação produtiva e da reorganização da gestão empresarial que as empresas agroindustriais adotaram a partir de 1990.

Além disso, notamos que a empresa tem priorizado a contratação de pessoas mais jovens, o que, provavelmente, está ligado aos programas de formação de mão-de-obra qualificada, pois a empresa está investindo em funcionários que poderão permanecer na empresa por mais tempo e por motivos ligados à maior resistência física e envolvimento familiar, e o reduzido número de vícios laborais.

O fato é que 87,1% dos homens empregados pela Pif Paf em Viçosa não tinham experiência no ramo industrial, mas já haviam trabalhado em outros setores (comércio e serviços), sendo que alguns poucos, em outros ramos industriais. A maioria veio da construção civil e das atividades rurais, além de terem trabalhado como jardineiros, salvavidas, balconistas, frentistas, em escritórios de contabilidade, em clubes, em supermercados, em confeitarias e doçarias, em lojas e mercados, em fábrica de blocos, em fábrica de móveis e na FUNARBE. Igualmente, as mulheres, em sua maioria (92,3%) não tinham experiência no ramo, seguindo a mesma característica dos homens. Antes do emprego na Pif Paf, elas trabalharam, por exemplo, como empregadas domésticas, balconistas e em restaurantes. Em todo caso, grande parte disse ter trabalhado de forma autônoma.

Dos que consideram ter trabalhado no ramo em que a Pif Paf atua ou na função que exercem na fábrica, citaram empresas como: a Bertin Ltda, um frigorífico de carne bovina, em Ituiutaba (MG); a Saudali, em Ponte Nova, que atua na produção de derivados de carne suína; e a Perdigão, uma das maiores agroindústrias do CAI de carnes do país.

Estes dados revelam a influência da Pif Paf na formação de uma força de trabalho industrial e a inserção no mundo do trabalho local da cultura do trabalho industrial, pois qualifica os trabalhadores e incorpora nestes o padrão de trabalho da fábrica com ritmos e rotinas distintas das dos outros setores. Vemos ainda que a contribuição da empresa nesse aspecto é significativa, quando avaliamos o número de empregos industriais que ela gera, isto é, 20,5% do total dos empregos das indústrias de transformação do município de Viçosa, com base nos dados do IBGE para o ano de 2004 (Tabela 18).

Tabela 18 – Número de pessoal ocupado total nas indústrias de transformação no município de Viçosa (MG) – 1996 - 2004

NÚMERO DE PESSOAL OCUPADO TOTAL	
Ano	Indústrias de transformação
1996	789
1997	781
1998	739
1999	927
2000	947
2001	1.118
2002	1.229
2003	1.310
2004	1.379

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

Deste modo, a empresa também impacta os outros setores econômicos, por meio do aumento da remuneração dessas pessoas, com reflexos no poder de consumo, pois a maioria das outras atividades que os funcionários exerciam são caracteristicamente pouco rentáveis. No mais, a estabilidade no recebimento do salário certo, dá condições a essas pessoas de comprarem à prazo, de fazerem financiamentos, etc.

A Pif Paf contribui também para a formação profissional, por meio da mobilidade dos funcionários dentro da empresa, o que permite ao empregado aprender funções variadas. Os que já mudaram de setor correspondem a 43,18% do total, ou seja, quase metade dos funcionários já experimentou trabalhar em pelo menos dois setores diferentes. A mobilidade é uma característica requerida pelo processo de flexibilização das empresas, que procuram formar trabalhadores capazes de se adequarem às diversas tarefas, podendo ser ocupados no trabalho conforme a demanda da produção.

Contudo, o cargo de operação de máquinas na empresa se refere, na maioria dos casos, a processos específicos relacionados a cada tipo de equipamento (no setor de lingüiças frescas, ou no de massas, de embutimento, de preparação de carnes, na estação de tratamento de efluentes, etc.), o que reduz a mobilidade entre os trabalhadores com essa função. Como forma de conseguir certa flexibilidade, a empresa mantém para cada

equipamento um funcionário substituto, para casos de ausência de funcionário. A mobilidade é grande para os cargos de auxiliares de produção, que são treinados também como substitutos dos operadores de máquinas.

6.1.4. O olhar dos trabalhadores sobre a Pif Paf: o grau de satisfação no trabalho

Como apuramos, há uma considerável aprovação entre os funcionários a respeito do emprego oferecido pela fábrica, sendo que 74,2% disseram estarem satisfeitos e 70,5% se sentem valorizados pela empresa no serviço que exercem. Aqueles que alegam que o trabalho não é bom (25,8%), justificam, apontando que estão no trabalho por falta de opção, que as condições de trabalho são prejudiciais à saúde (por causa do barulho e da variação de temperatura). Também, que não há aumento de salário, que não há reconhecimento da empresa em relação às suas condutas profissionais e que não têm perspectiva de subir na carreira ou de função dentro da empresa.

Já os que aprovam o serviço disseram que o ambiente de trabalho é agradável, que há coleguismo entre os funcionários e o acompanhamento da liderança, além de que a empresa dá oportunidades de crescimento, liberdade para opinar, paga os salários em dia e premia aqueles que se destacam. Ainda, que a administração trata bem os funcionários e que as reuniões do CCQ (Círculos de Controle de Qualidade) são muito gratificantes. Eles ressaltaram que gostam da área de lazer que há no espaço interno da fábrica, destinada ao descanso e diversão dos funcionários durante os períodos de refeição, a qual tem televisão e jogos como sinuca, e das mini-pausas e ginásticas que são realizadas durante o período de trabalho.

Algo que também incentiva os funcionários são as comemorações e festividades realizadas pela empresa em datas especiais, como Natal, final de ano e 1º de Maio. Além disso, há a comemoração dos aniversários dos empregados e a realização de projetos, como um grupo de teatro que apresenta peças com temas do trabalho e com temas livres. O grupo se apresenta nas reuniões de treinamento dos trabalhadores.

A empresa oferece alguns benefícios aos trabalhadores, a saber: Plano de Saúde, o PLAMUV (Plano de Assistência Médica dos Hospitais Unidos de Viçosa), do qual os funcionários reclamam dizendo que o mesmo só é estendido aos familiares se forem pagas taxas extras (embora a empresa tenha afirmado o contrário); Plano Dentário; cesta básica, que só é recebida após 4 meses de trabalho na empresa e sob a condição de cumprimento de um total de frequência ao trabalho¹⁰; refeição principal¹¹; lanches na parte da manhã e da

¹⁰ Informação cedida pelos funcionários.

tarde; convênios com supermercados e farmácias; e convênio com a cooperativa de crédito (Cooperativa Econômica de Créditos Mútuos dos Funcionários do Grupo Empresarial Rio Branco Ltda), que adota juros de poupança. Segundo os funcionários, quem resolve obter empréstimo sempre têm muita dificuldade de pagar a dívida, comprometendo o seu ganho.

Cabe ressaltar que muitos dos benefícios oferecidos pela Pif Paf fazem parte da política de responsabilidade social, que visa, no conjunto geral das empresas, não exatamente o bem-estar dos funcionários, mas, principalmente, a criação de uma imagem positiva (“empresa cidadã”) diante dos clientes e a redução dos acidentes de trabalho, que geram prejuízos. Além disso, segue-se a premissa de que um funcionário satisfeito produz mais. Assim, há uma relação dialética, em que a empresa investe em seus funcionários, os mesmos dão o retorno, garantindo a produtividade e o lucro para a empresa, e a mesma permanece no espaço onde se instalou, mantendo os empregos até o momento em que essa relação não for mais favorável. Não podemos esquecer que a empresa se insere numa lógica capitalista e que seu objetivo maior é a realização da mais-valia.

Nota-se, portanto, uma semelhança com o que Espíndola (1999) observa sobre processos de qualificação de mão-de-obra, em seu estudo sobre o Grupo Sadia, outra grande empresa agroindustrial do Brasil:

Nas primeiras fases do processo de formação do Grupo Sadia, muitos trabalhadores eram requisitados aos sábados, domingos e feriados. Essas relações eram camufladas por mecanismos extra-econômicos de paternalismo (bailes, almoço de Natal, festas de 1º de Maio, doação de peru no Natal para cada funcionário, vale supermercado, fornecimento de automóveis para diretores, etc.) têm-se outras formas de aumentar o processo de exploração. (ESPÍNDOLA, 1999, p.139)

Do mesmo modo, o oferecimento da cesta básica contendo produtos produzidos pela própria empresa, é uma forma de incentivo ao consumo dos mesmos, o que também significa um impacto, na medida em que incita a mudança de hábitos alimentares, com a introdução de produtos processados cada vez mais diversificados. Além disto, torna a cesta mais diversificada e melhor, se comparada a outras, e sem uma elevação significativa no seu valor.

Em relação à satisfação com o turno de trabalho, 83% disseram que estão satisfeitos, sendo que do turno diurno, são 87,5%, e do noturno, 77,5% os que aprovam. No segundo turno a insatisfação é maior, porque os funcionários consideram o horário cansativo, restando pouco tempo para dormir e para a família. No diurno, os funcionários alegam que o horário de serviço começa muito cedo, sendo muitas vezes até perigoso, pois as ruas estão desertas, e que a carga horária também é muito pesada. No entanto, dos que

¹¹ A unidade de Viçosa da Pif Paf informou que 20% do custo da refeição são descontados do salário dos trabalhadores, sendo o valor permitido pelo PAT (Programa de Assistência ao Trabalhador). Atualmente esse custo corresponde a algo em torno de R\$2,50 por refeição.

aprovam o horário, alguns disseram que o mesmo permite estudar e ter tempo para a família.

No aspecto da atuação política dos empregados da Pif Paf, nenhum participa de sindicato e 93,18% não participam de qualquer tipo de associação. Contudo, não é por não haver interesse dos mesmos nisso e sim, porque não há em Viçosa um sindicato da classe, apesar de 81,82% dos funcionários considerarem importante participar. Ao mesmo tempo, algo que nos chamou a atenção é o fato de 12,5% não saberem qual a finalidade de um sindicato e não terem interesse em saber. Embora a maioria dos funcionários perceba a importância, 54,55% não desejam participar, muitos alegando falta de tempo, outros dizendo que o sindicato não serviria para nada e outros por medo de perder o emprego. Mas os que valorizam isso enfatizaram, entre outras coisas, a validade do sindicato para manter os trabalhadores informados de seus direitos e deveres, bem como dos direitos e deveres da empresa; para lutar pela melhoria salarial; e para defender os seus interesses. Antes de trabalhar na Pif Paf, apenas 5,68% já tiveram experiência de participação em sindicatos e associações.

A consideração de tal situação é de suma importância, uma vez que o baixo engajamento político dos trabalhadores pode significar a permanência de suas condições de vida mais modestas e as de trabalho porventura ruins, já que ao se unirem nos sindicatos para discutir sobre suas situações trabalhistas, eles poderiam negociar com a empresa modificações na carga horária ou um plano de carreira para melhoria salarial. O fato de também não participarem de associações demonstra que os mesmos não possuem um espaço para discutir sobre os problemas, por exemplo, de seus bairros, das escolas de seus filhos ou mesmo da cidade, o que poderia trazer muitas transformações benéficas. De certa forma, isso corrobora a idéia de Espíndola (1999, p.140) de que a “ideologia paternalista dificulta a formação de uma consciência operária”.

Estas características da organização interna do trabalho na Pif Paf são provenientes da adoção da produção flexível, fortemente representada pelo Toyotismo. A instituição do CCQ é um exemplo disso, sendo uma estratégia criada com fins de melhorar a qualidade e a participação do trabalhador no processo produtivo da empresa, pois permite que o mesmo opine sobre o seu ambiente de trabalho e rotinas produtivas.

Os outros elementos como áreas de lazer, pausas para descanso a familiaridade da empresa com os trabalhadores também são elementos da produção flexível. Isto vai ao encontro do que Mazzali (2000) defende em suas argumentações sobre as transformações passadas pelo processo produtivo agroindustrial, o qual incorporou as transformações no processo de produção de ponta ou mais dinâmicos, tornando a produção cada vez mais flexível e rápida, reduzindo custos.

6.2. Efeitos socioespaciais da territorialização da Pif Paf no espaço urbano de Viçosa (MG)

Como averiguamos, os funcionários da Pif Paf são, em termos gerais, pertencentes à população de baixa renda da cidade. Isso se reflete nas condições de moradia dos mesmos, que, em sua maioria, residem no entorno da fábrica, que está no bairro São José. Ao olharmos a paisagem desse bairro, e que é comum a muitos outros, vemos várias casas auto-construídas e ainda em processo de auto-construção sobre os morros, amontoadas entre ruas de pedra fincada e muita terra, algumas portas de comércio, a maioria mercearias, padarias e bares e poucas áreas de lazer áreas de lazer (ver Figuras 9, 11 e 13). Observamos que as casas mais antigas do bairro, contudo, apresentam melhores condições, denotando um nível econômico mais elevado de seus moradores (ver Figura 10).

Os bairros em que residem os funcionários são os seguintes (ver Figuras 13 e 14): São José (15,91% dos funcionários), Vale do Sol (9,09% dos funcionários), Arduíno Bolívar (6,82%), Santo Antônio (6,82%), Inácio Martins (5,86%), Centro (4,55%), Nova Viçosa (4,55%), Nova Era (4,55%), Boa Vista (3,41%), Bom Jesus (3,41%), Sagrado Coração (3,41%), Vau Açu (3,41%), Bela Vista (2,27%), Carlos Dias (2,27%), Cidade Nova (2,27%), Novo Silvestre (2,38%), Fátima (2,27%), Silvestre (2,27%), Vila Secundina (2,27%), Barrinha (1,14%), Betânia (1,14%), Clélia Bernardes (1,14%), Estrelas (1,14%), Júlia Molla (1,14%), João Braz (1,14%), Sagrada Família (1,14%), Santa Clara (1,14%), União (1,14%), e alguns moram em Teixeiras (2,27%), cidade vizinha de Viçosa. Dos bairros citados, somente o Clélia Bernardes é de classe média alta e o centro apresenta imóveis mais caros, devido à grande especulação imobiliária, característica intrínseca à lógica de reprodução desigual do espaço urbano.

Os trabalhadores do turno diurno são, na maior parte, moradores do **Vale do Sol** (12,05%), do **São José** (10,42%) e do **Arduíno Bolívar** (8,33%). No turno noturno, os trabalhadores moram, principalmente, no **São José** (20 %), no **Santo Antônio** (7,5%), no **Inácio Martins** (7,5%) e no **Boa Vista** (7,5%), mas estão, no geral, proporcionalmente distribuídos pelos demais bairros. O São José e o Inácio Martins são os bairros que apresentam a maior quantia de funcionários morando entre menos de 1 ano e 10 anos.



Figura 9 - Foto – Vista parcial do bairro Carlos Dias. Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.



Figura 10 - Foto - Primeira rua do bairro São José, localizada na porção aos fundos da Pif Paf. Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.



Figura 11 – foto – Rua de acesso à Pif Paf no bairro São José
Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Observa-se que a maior parcela dos funcionários está há pouco tempo nos bairros (Figuras 15 e 16), apresentando de menos de 1 ano a 10 anos de moradia (56,82% do total). Ao mesmo tempo, no conjunto, os bairros com maior densidade de empregados da Pif Paf são o São José (com 15,91%), o Vale do Sol (com 9,09%), o Santo Antônio e o Arduíno Bolívar (com 6,82% cada um), o Inácio Martins (com 5,68%), e o Centro, o Nova Era e o Nova Viçosa, com 4,55% cada um (Figura 11).

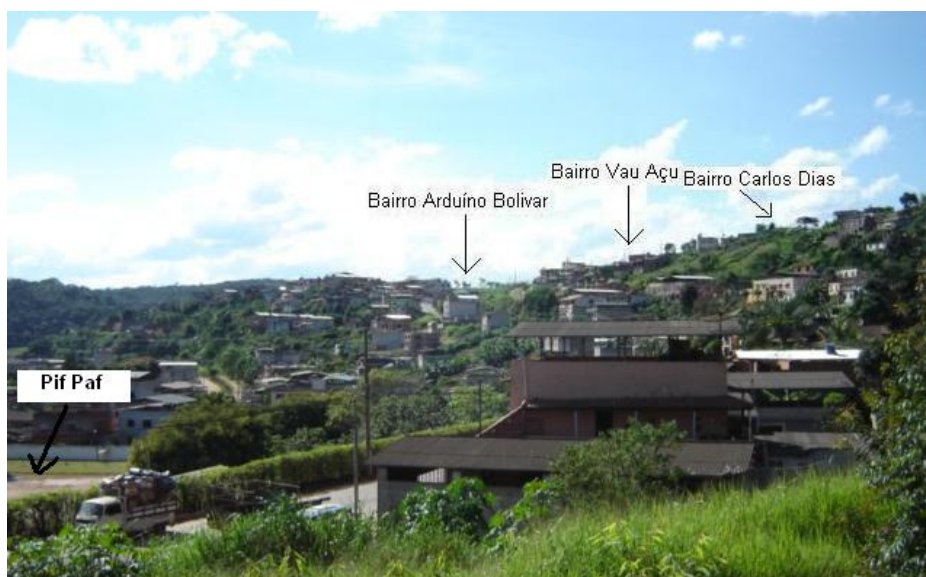


Figura 12 - Foto - Bairros do entorno da fábrica da Pif Paf.
Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.

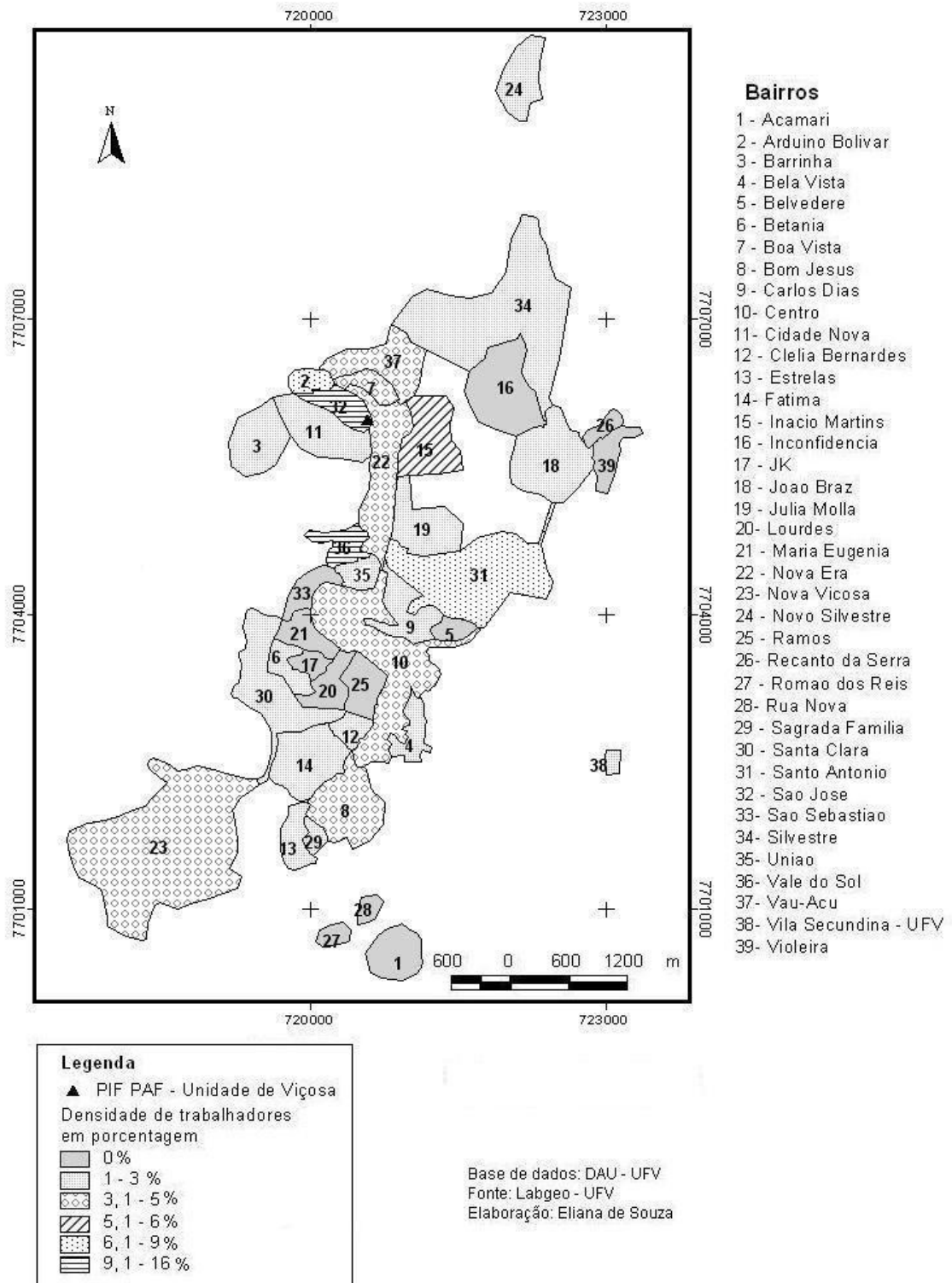


Figura 13 – Relação entre o número de funcionários da Pif Paf e os seus locais de moradia em Viçosa (MG) - 2007.

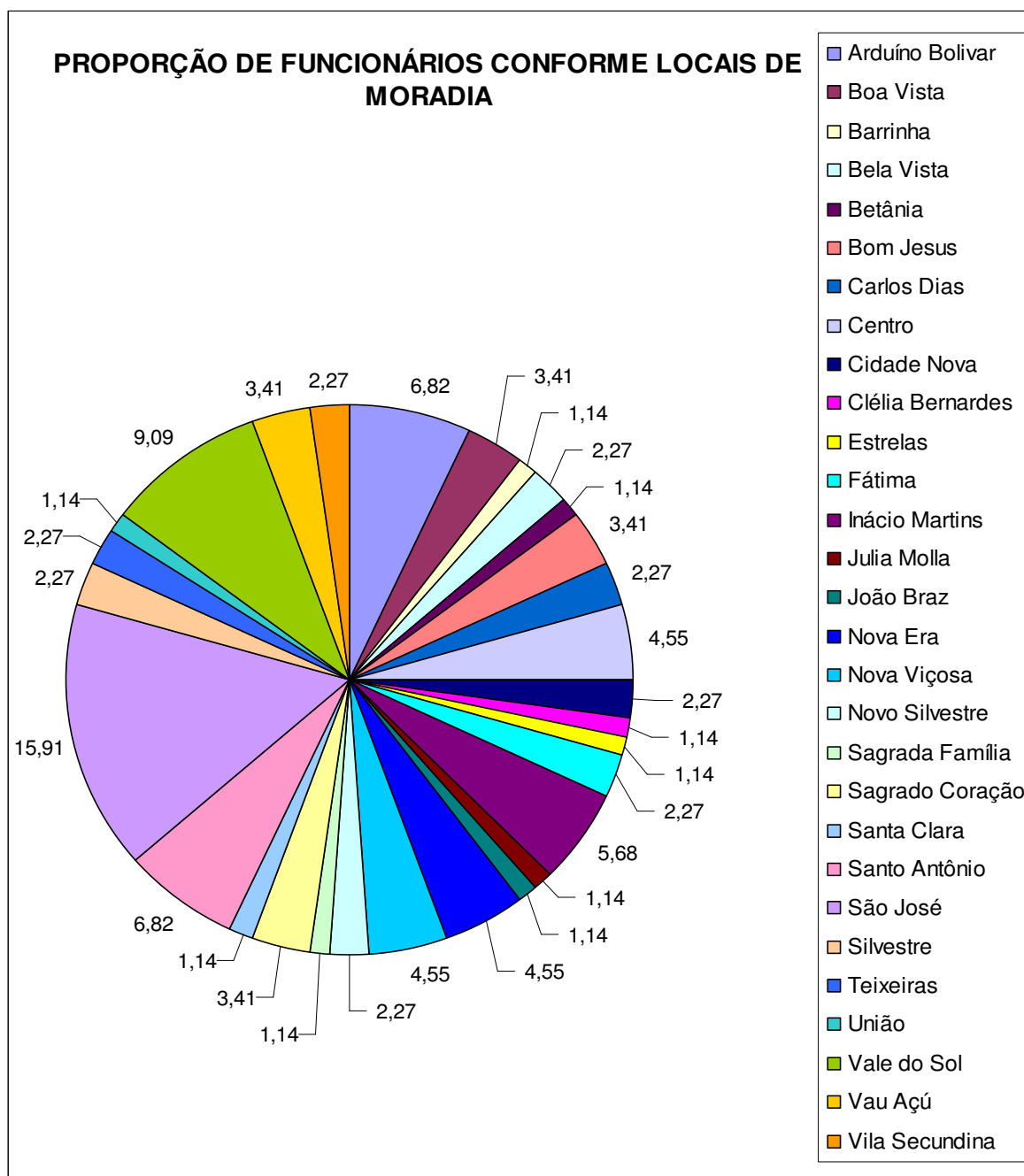


Figura 14 – Porcentagem de funcionários da Pif Paf conforme os bairros onde residem em Viçosa (MG). Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Nota: Teixeira foi contabilizada, mas não é um bairro de Viçosa, e sim, uma cidade vizinha.

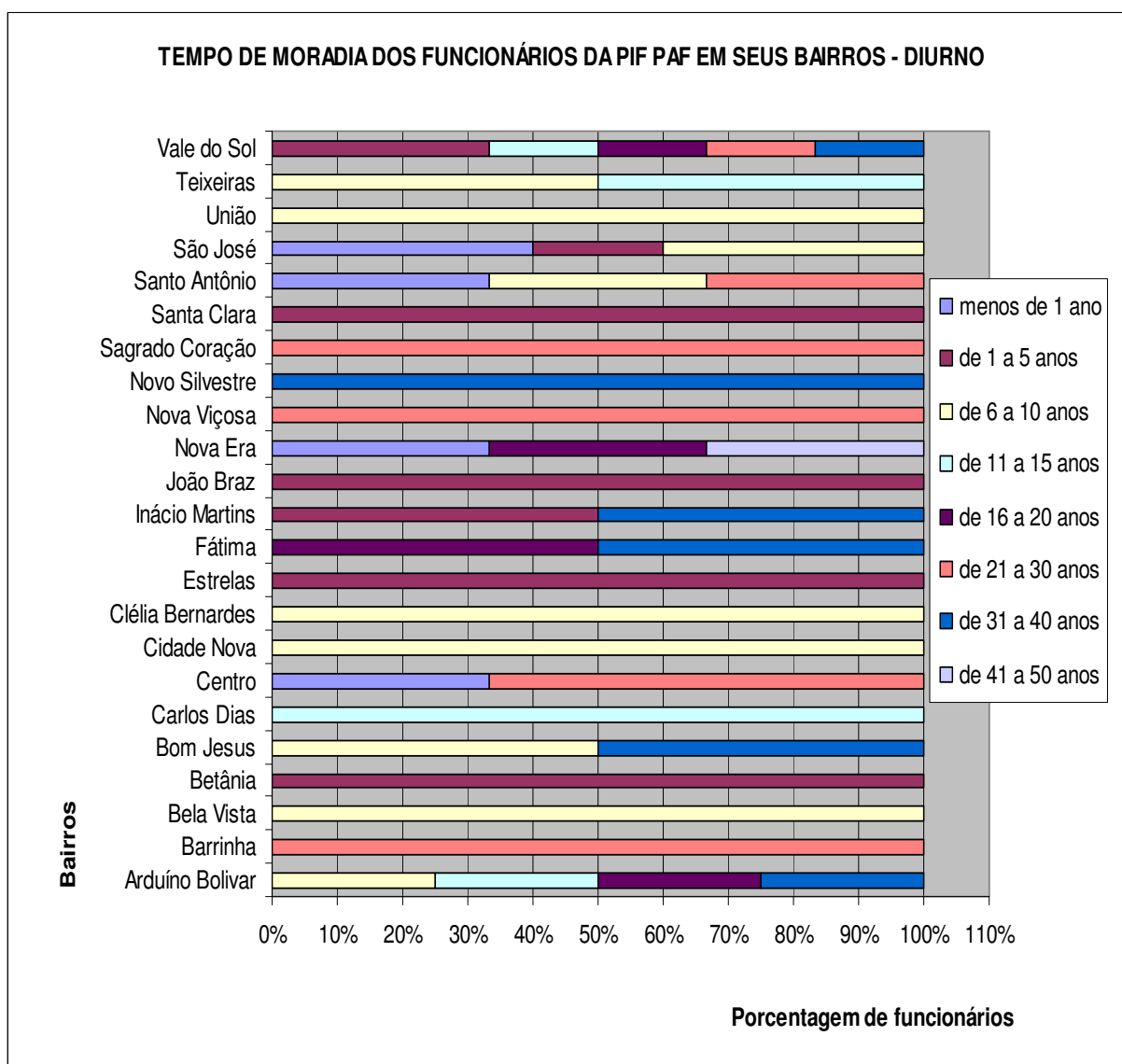


Figura 15 – Tempo de moradia dos funcionários da Pif Paf do turno diurno segundo seus bairros em Viçosa (MG) – 2007. Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Nota: Teixeira foi contabilizada, mas não é um bairro de Viçosa, e sim, uma cidade vizinha.

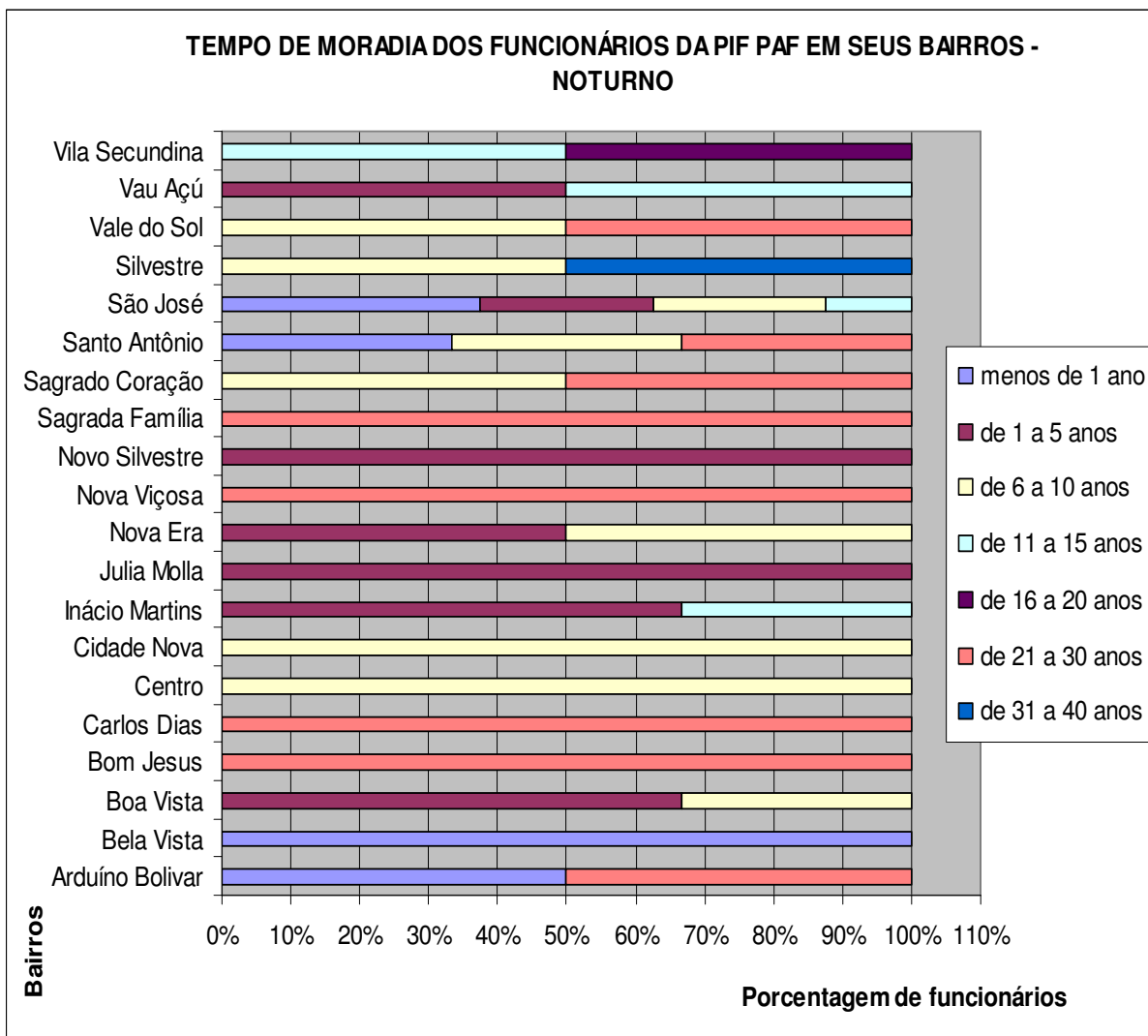


Figura 16 – Tempo de moradia dos funcionários da Pif Paf do turno noturno segundo seus bairros em Viçosa (MG) – 2007. Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

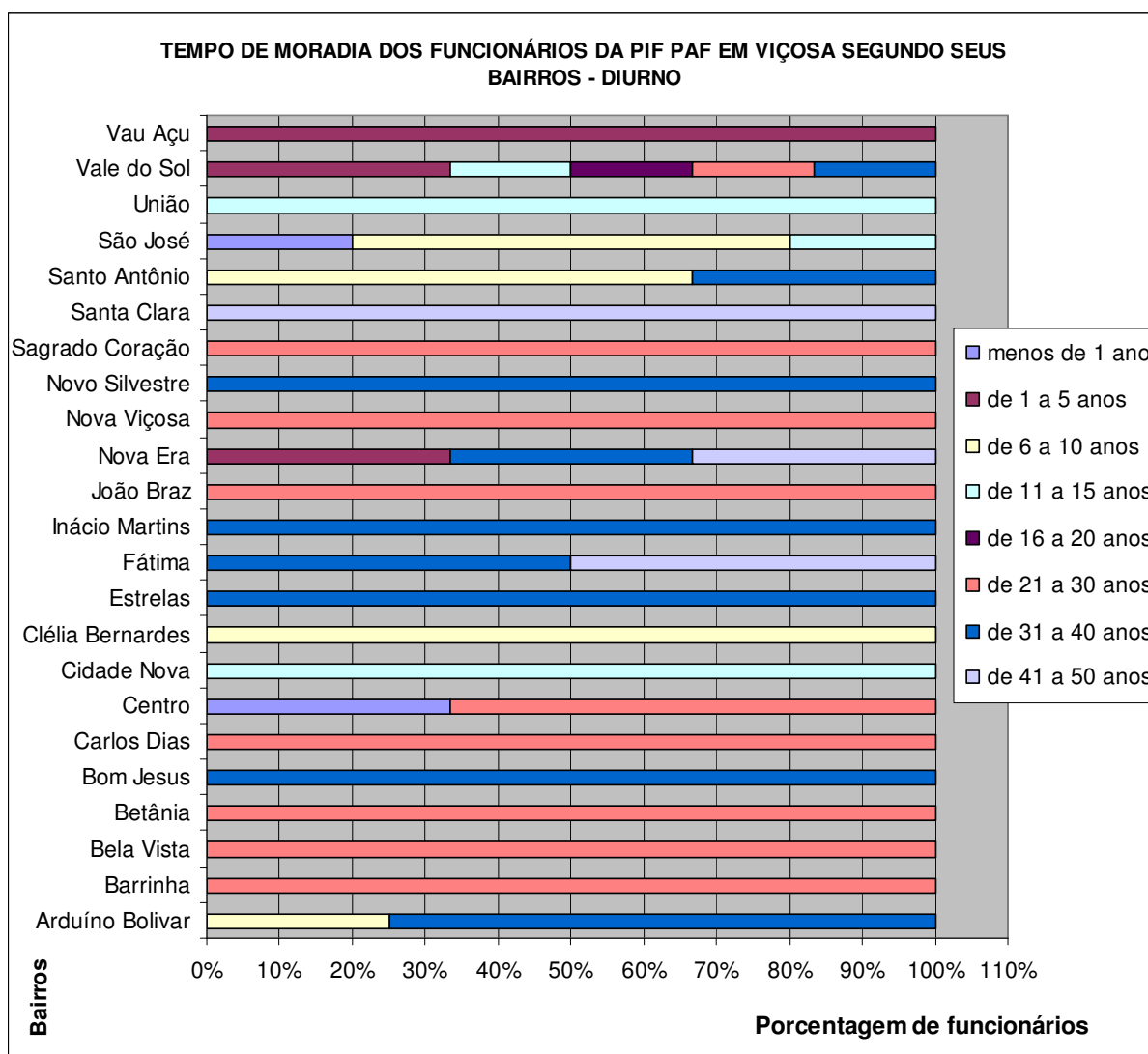


Figura 17 – Tempo de moradia dos funcionários da Pif Paf do turno diurno em Viçosa (MG) de acordo com os bairros – 2007. Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.
Nota: Teixeira foi contabilizada, mas não é um bairro de Viçosa, e sim, uma cidade vizinha.

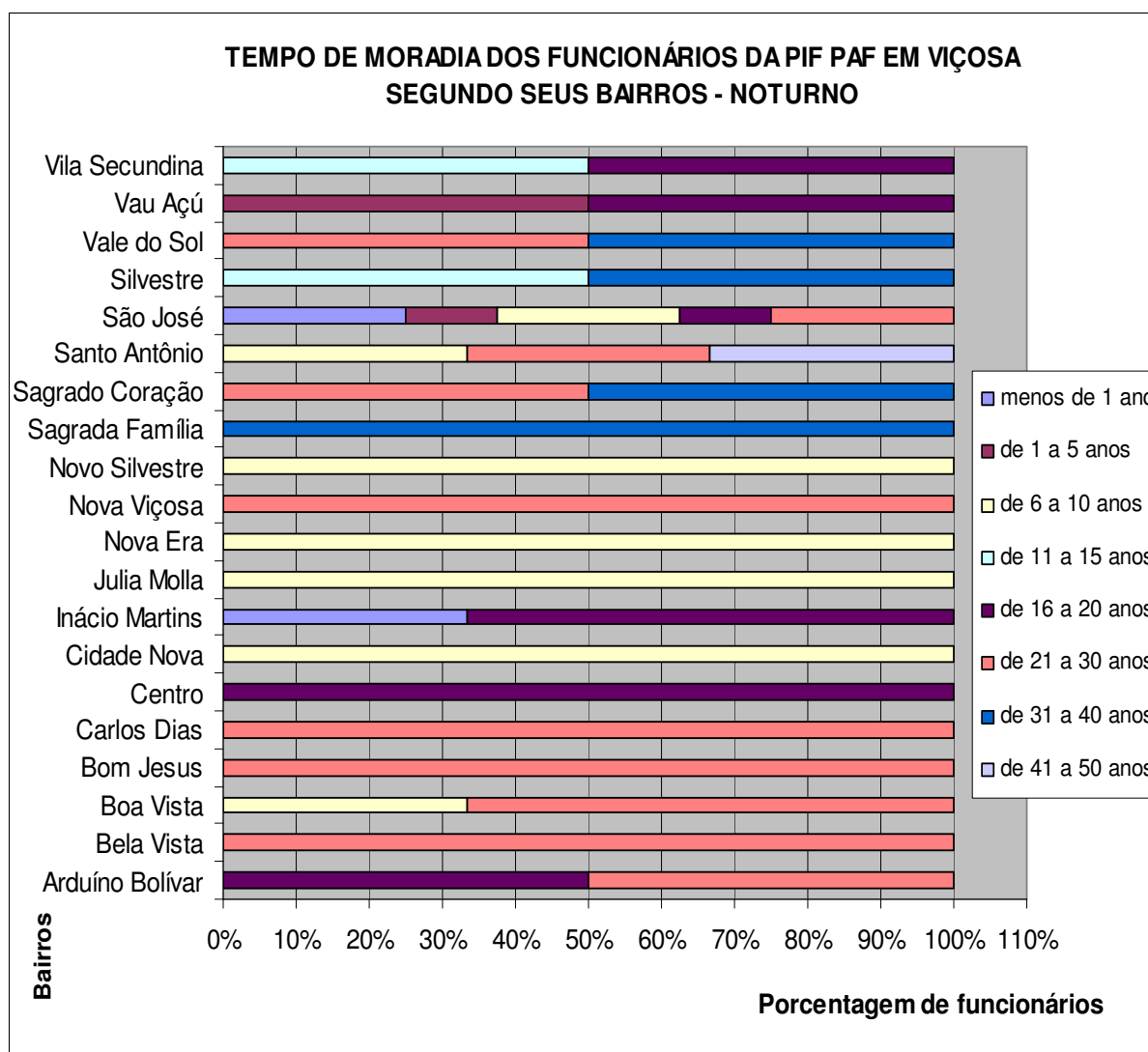


Figura 18 – Tempo de moradia dos funcionários da Pif Paf do turno noturno em Viçosa (MG) de acordo com os bairros – 2007. Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Dos 28 bairros em que os funcionários moram em Viçosa, 14 (50%) estão localizados totalmente ou em parte em um raio de dois quilômetros a partir da fábrica da Pif Paf, a saber: Arduíno Bolívar, Barrinha, Boa Vista, Carlos Dias, Cidade Nova, Inácio Martins, Julia Molla, João Braz, São José, Silvestre, Santo Antônio, Nova Era, União e Vau Açú.

Nos bairros que estão até dois quilômetros, moram 74,42% do total de trabalhadores, cuja maior parte mora há pouco tempo no local. Averiguamos, ao selecionar aqueles funcionários que moram nesses bairros em tempo igual ou menor do que o tempo de trabalho na empresa, que 37,50% dos trabalhadores moram de 1 a 5 anos nesses bairros, 31,25% moram a menos de 1 ano, 28,13% moram de 6 a 15 anos e 3,13% moram há mais de 15 anos.

Quando focalizamos o tempo de trabalho na empresa, vemos que uma parte muito significativa desses trabalhadores está na Pif Paf há pouco tempo. Os que apresentam até 5

anos de trabalho na empresa correspondem a 56,15 % do total de trabalhadores. Os que trabalham entre 6 e 15 anos na Pif Paf totalizam 28,13% e os que estão há mais de 15 anos correspondem a 15,63%.

Portanto, comparando os dados de tempo de moradia nos bairros, com o tempo de trabalho na empresa, inferimos que uma parte dos moradores recentes se estabeleceu nesses bairros mais próximos da fábrica quando entrou no emprego, e, também, que outros já trabalhavam há mais tempo na empresa e se mudaram recentemente, sendo o motivo do estabelecimento nos bairros, a busca de proximidade ao local de trabalho.

Para a faixa de menos de 1 ano ocorre o contrário: há mais trabalhadores nessa faixa de tempo de moradia do que na de trabalho. Isso significa que os que moram há menos de 1 ano nos bairros, são também os que trabalham há mais tempo na empresa e que se mudaram recentemente. Sendo assim, a Pif Paf está provocando o estabelecimento dos funcionários nos bairros próximos e, portanto, modificações no espaço e nas relações sociais.

Isso também pode ser averiguado na comparação para as faixas de mais anos, como, por exemplo, para a de 6 a 15 anos. Poucos são os que trabalham há muito tempo na empresa e que não mudaram de outros bairros para esses próximos à fábrica, provando o fluxo dentro da cidade motivado pelo trabalho na Pif Paf.

A correlação dos dados revela que, 37,5% desses trabalhadores residentes nos bairros mais próximos estão na empresa e no bairro em tempos totalmente correspondentes, o que significa que eles provavelmente se estabeleceram nos bairros por causa do emprego. Isso é mais notório quando vemos que 41,67% desses apresentam correspondência entre 1 e 5 anos, 33,33% apresentam correspondência entre 6 e 15 anos e 25%, na faixa de menos de 1 ano. Destes últimos, todos são do turno noturno.

Ou seja, a empresa tem contribuído mais intensamente para o estabelecimento dos funcionários nos bairros próximos à fábrica, provocando um recente crescimento desses bairros. Há também a interferência do turno de trabalho, o qual termina em um horário que oferece menor segurança para o deslocamento dos trabalhadores. Isso exige que a locomoção dos mesmos entre o trabalho e suas casas tenha a menor distância possível.

Ainda, metade dos trabalhadores moradores desses bairros próximos estão nos bairros há tempo igual ao que trabalha na empresa ou há menos tempo, o que demonstra que a empresa prioriza, de certa forma, a contratação de pessoas que residem próximas à fábrica, representando uma redução de seus custos com vale-transporte.

Cabe uma menção rápida a esses bairros vizinhos à fábrica. Muitos eram, antigamente, partes da zona rural, formadas por propriedades particulares pertencentes a famílias de Viçosa. Os loteamentos foram conseqüências da divisão das propriedades entre herdeiros, que venderam suas partes ou construíram casas e foram se estabelecendo.

Outra causa é que alguns donos fizeram os loteamentos em conjunto com os bancos e vendem as casas em valor acessível às pessoas que vêm da zona rural, pois não dotaram as áreas com infra-estrutura, o que encareceria os imóveis. Como na área central da cidade a especulação imobiliária é intensa, essas pessoas ficam impedidas de ter acesso a ela.

O São José, que é o bairro que apresenta a maior quantidade de funcionários da Pif Paf como moradores, por sua vez, não tinha quase nenhuma casa quando a fábrica foi instalada ali. Como tem acontecido com os bairros citados, a área também era formada por propriedades particulares que foram divididas entre herdeiros e havia apenas uma avenida principal (Figura 19), com calçamento, atual rodovia que dá acesso a Porto Firme, a qual também pode ter sido um fator de instalação da fábrica naquele lugar ao representar uma possível via de escoamento da produção e de recebimento de insumos. Uma parte do lote que foi adquirido pela Pif Paf era pertencente a uma família viçosense¹² moradora do bairro.



Figura 19 – Foto - Avenida principal no bairro São José – Acesso a Porto Firme.

Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Assim, a instalação da Pif Paf no bairro São José (Figuras 20 e 21), provocou uma modificação direta na paisagem do bairro, a partir da construção da planta da fábrica e, conseqüentemente, das relações que se estabeleciam naquele espaço. Segundo Santos (2004, p.103), paisagem "é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza" e o espaço corresponde "a essas formas e a vida que as anima". Assim, ao estabelecer-se no bairro, a Pif Paf modificou a paisagem pela inserção de um novo fixo, a fábrica, substituindo a estrutura construída antes no local, de um abatedouro, e o espaço do bairro e

¹² A informação foi cedida por um morador do bairro São José, que já reside ali a 25 anos e que faz parte da família a quem pertencia o terreno que hoje é da Pif Paf.

da cidade, pois sua presença criou novos usos e por pessoas diferentes, provocando efeitos diferentes.



Figura 20 – Foto - Fábrica da Pif Paf, ao lado da avenida principal no bairro São José.
Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.

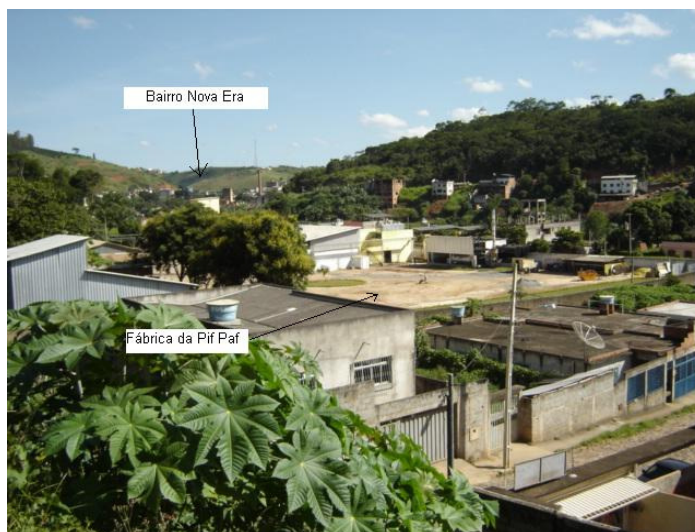


Figura 21 - Foto – Fundos da fábrica da Pif Paf no bairro São José e indicação da localização do bairro Nova Era. Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.

6.2.1. Movimentos migratórios, transferência de moradia e outros deslocamentos no espaço urbano: fluxos gerados pela Pif Paf

Um aspecto da mobilidade dos funcionários da Pif Paf é que a mesma tem gerado uma demanda de ampliação da disponibilidade de transporte urbano, sendo isso um impacto que a presença da fábrica gera em Viçosa. Por causa da proximidade dos locais de

moradia à fábrica, somente 14,6% dos funcionários utilizam transporte urbano para irem ao trabalho, no turno diurno, e 15% no turno noturno. Mesmo morando nos bairros mais afastados da fábrica, a maioria dos funcionários moradores desses bairros disse que vai a pé ou de bicicleta para a fábrica (poucos vão de carro ou de moto, uma vez que são pouquíssimos que possuem esses bens), porque não há linha de ônibus disponível no horário em que eles vão trabalhar, às quatro horas da manhã.

Em outro aspecto sobre os fluxos, que consideramos como todo movimento de transferência dos trabalhadores de um lugar a outro em função do emprego na Pif Paf, um fato interessante que observamos, é que, quando comparamos o tempo em que os funcionários de cada bairro estão em Viçosa e o tempo em que eles estão em seus bairros, notamos que há uma grande diferença, o que significa que aconteceram e estão acontecendo fluxos dessas pessoas dentro da cidade, e também de outros lugares para Viçosa. Considerando-se que a maior parte dos funcionários possui pouco tempo de moradia nos bairros e que os mesmos são vizinhos à fábrica, em sua maioria, acreditamos que o trabalho na fábrica é o principal fator que tem provocado a mudança de local de moradia, sobretudo para bairros próximos à unidade industrial.

Acreditamos que essas mudanças de moradia contribuíram para a ocupação dos bairros do entorno da planta da empresa, por meio do surgimento de novas construções, novas ruas, estabelecimentos comerciais para atender a demanda local e aparecimento de fixos públicos (escolas, postos de saúde).

Como mostra a tabela 19, logo abaixo, no bairro São José, por exemplo, 35,71% dos funcionários que ali residem estão há menos de 1 ano no bairro. Porém, essa quantia reduz para 25% quando consideramos só o tempo de moradia em Viçosa, o que significa que esses 25% correspondem aos trabalhadores que vieram para Viçosa e logo se estabeleceram no bairro.

O restante dos que residem no bairro há menos de 1 ano (12,71%), veio de outros bairros da cidade, nos quais moravam há mais tempo. Isso é certo, pelo fato de não haver funcionários que moram nos bairros entre 16 e 30 anos, mas haver aqueles que moram em Viçosa nessa faixa de tempo. Esses 25% correspondem à quantidade de trabalhadores que se transferiram para o bairro no período de menos de 1 ano a 15 anos, contribuindo para a faixa de 11 a 15 anos de moradia no bairro, principalmente.

Os 41,67% que estão na cidade de 6 a 10 anos correspondem aos que moram no bairro no mesmo período (28,57%) ou aos que moram há menos tempo no bairro. Isso quer dizer que os funcionários que moram em tempo maior na cidade se mudaram mais recentemente para o bairro. Observando a Tabela 19, podemos fazer as mesmas inferências para todos os bairros e concluir que, de fato, os funcionários da Pif Paf mudaram de bairro, gerando fluxos dentro da cidade.

Tabela 19 – Comparação entre o tempo de moradia dos funcionários de cada bairro nos mesmos e o tempo em que moram em Viçosa (MG) - 2007

BAIRRO	ARDUÍNO BOLIVAR		SAÕ JOSÉ		SANTO ANTÔNIO	
	em Viçosa	no Bairro	em Viçosa	no Bairro	em Viçosa	no Bairro
menos de 1 ano	-	16,67	25,00	35,71	-	33,33
de 1 a 5 anos	-		8,33	21,44	-	-
de 6 a 10 anos	16,66	16,66	41,67	28,57	50,00	33,33
de 11 a 15 anos	-	16,67		7,14	-	-
de 16 a 20 anos	16,67	16,67	8,33		-	-
de 21 a 30 anos	16,67	16,67	16,67			-
de 31 a 40 anos	50,00	16,66	-		50,00	33,34
de 41 a 50 anos	-	-	-	7,14	-	-
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: dados da pesquisa, 2007. Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

A Tabela 20 mostra a correspondência entre o tempo em que os funcionários estão morando em Viçosa e o tempo em que trabalham na empresa. Podemos ver que há uma total correlação para a faixa de tempo de menos de 1 ano. A correlação também é alta para a faixa de 1 a 5 anos de moradia e de trabalho, mas diminui nas outras faixas, em que a maioria de funcionários mora há mais tempo em Viçosa do que trabalha na empresa. Dos que moram em Viçosa nas faixas de tempo de maior correspondência (de menos de 1 ano a 5 anos), os quais somam 12,79% do total de trabalhadores, 33% vieram para Viçosa por causa do emprego na Pif Paf e não mudaram de bairro, e todos moram nos bairros que estão no raio de dois quilômetros.

Tabela 20 – Tempo de moradia na cidade e tempo de trabalho na empresa - funcionários da Pif Paf - Viçosa (MG) - 2007

TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA (ANOS)	TEMPO DE MORADIA EM VIÇOSA (ANOS)							
	menos de 1	de 1 a 5	de 6 a 10	de 11 a 15	de 16 a 20	de 21 a 30	de 31 a 40	de 41 a 50
menos de 1	100,00	16,67	25,00	20,00	10,00	16,67	-	-
de 1 a 5	-	83,33	62,50	20,00	40,00	50,00	27,78	-
de 6 a 10	-	-	12,50	20,00	10,00	16,67	27,78	-
de 11 a 15	-	-	-	40,00	-	12,50	16,67	25,00
de 16 a 20	-	-	-	-	40,00	4,17	27,78	50,00
de 21 a 30	-	-	-	-	-	-	-	25,00
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: dados da pesquisa, 2007. Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Outro aspecto importante é que a maioria dos funcionários veio de outras cidades para Viçosa, correspondendo estes a 57% do total. Os motivos da vinda são, em boa parte,

porque conseguiram trabalho na empresa (18%), o que prova que a unidade da Pif Paf está gerando fluxos de trabalhadores para Viçosa, no caso, de migração. Outros motivos da mudança para Viçosa foram: por razões familiares (24%) e procura por emprego na cidade (22%). As principais cidades de origem dos fluxos de trabalhadores são, sobretudo, da microrregião de Viçosa, como Araponga, Canaã, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme e Teixeiras, conforme exposto na tabela que se segue:

Tabela 21 – Cidades de origem dos funcionários da Pif Paf – Unidade de Viçosa (MG) - 2007

CIDADE	% DO TOTAL DE TRABALHADORES
Araponga	2,3
Canaã (Zona Rural)	2,3
Diandema (SP)	2,3
Divinésia	2,3
Guaraciaba	9,1
Garanhões (PE)	2,3
Paula Cândido	2,3
Parafba do Sul (Norte de MG)	2,3
Pedra do Anta	9,1
Piranga	6,8
Ponte Nova	6,8
Porto Firme	13,6
Retiro	2,3
São Paulo (SP)	9,1
Teixeiras	6,8
Três Corações	2,3
Volta Redonda (RJ)	2,3
Zona Rural de Viçosa	18,2
Total	100

Fonte: dados da pesquisa, 2007.
Org. Istéffany Fróes Mendes, 2007.

Percebe-se que uma boa parte dos trabalhadores também veio da zona rural de Viçosa, na maioria das vezes, pela necessidade de buscar melhores condições de vida. Os fluxos das outras cidades para Viçosa também são gerados grandemente pelo mesmo motivo, pois essas cidades são, em geral, pequenas (em torno de 15.000, 10.000 habitantes ou menos) e com predominância de população rural, excetuando-se as cidades de Pedra do Anta e de Teixeiras. A migração, portanto, pode estar relacionada a um fator de estagnação nas áreas de origem, como pobreza e fragmentação da terra. Esse movimento vem ocorrendo em nível nacional mais intensamente desde a década de 1960 e coincide com o processo de modernização da agricultura no campo e desenvolvimento das cidades a partir da industrialização.

Assim, a localização da Pif Paf em Viçosa representa um fator atrativo, ao significar possibilidade de emprego para essas pessoas, grande parte com baixo grau de instrução e

com nenhuma ou quase nenhuma experiência de trabalho no setor industrial ou em outros setores. A Pif Paf acaba absorvendo esses trabalhadores e os qualificando para o trabalho industrial, uma vez que no exército de reserva de mão-de-obra local há poucos trabalhadores qualificados. Além disso, o sistema de contratação por apadrinhamento da empresa reforça a esperança de que outros membros da família ou amigos de um trabalhador da empresa possa conseguir emprego, pois muitos dos que já conseguiram e que vieram de outros locais, indicam familiares e amigos de suas cidades.

6.2.2. Aparecimento e manutenção de fixos no espaço da cidade

Um outro impacto que verificamos é que a presença da fábrica no bairro São José está contribuindo para a abertura e manutenção de comércios ali. Ao conversarmos com os donos dos mesmos, eles disseram que os funcionários da fábrica consomem suas mercadorias e que a fábrica gera um fluxo de pessoas no local que favorece as vendas. Algo que ilustra isso é a existência de um bar em frente aos portões principais da fábrica e que está ali há 12 anos (Figura 22).

O faturamento da unidade de Viçosa é de R\$1.400.000,00 anuais, sendo que o salário pago aos funcionários mensalmente somam R\$130.000,00. Isso representa 32% aproximadamente do montante total de salários do setor industrial de Viçosa, que em 2003 foi de R\$4.842.000,00 (ALMG, 2007). Portanto, houve um incremento na receita municipal, a partir da tributação sobre a comercialização dos produtos da empresa, e o conseqüente aumento da circulação monetária na cidade, o que indiretamente favorece outros setores, os quais se beneficiam pelo aumento do poder aquisitivo da população.



Figura 22 – Foto - Comércio vizinho à fábrica da Pif Paf em Viçosa.

Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.

6.2.3. Rede de empresas, de fornecedores e de clientes da Pif Paf e seus reflexos

A rede de fornecedores de mercadorias e de serviços da unidade fabril vai muito além das fronteiras locais. Neste grupo, consideramos as empresas que prestam serviços de forma terceirizada ou que realizam trocas comerciais com a unidade. Como a mesma pertence a uma organização empresarial nacional de grande dimensão, a fábrica recebe muitos dos insumos de empresas que fornecem seus produtos (como embalagens e condimentos) para todas as outras unidades também.

Como exemplo, o transporte é feito pela Coopertral, de Visconde do Rio Branco e as embalagens são compradas das fornecedoras citados na seção 5.2, como a Incoplast de São Paulo. A matéria-prima é recebida das unidades da Pif Paf de Visconde do Rio Branco e de Patrocínio. Contudo, a demanda por serviços menores, como de refeição, de lavanderia e de mecânica (apenas uma parte), é atendida por empresas específicas¹³.

Conforme nos informou a gerência da unidade, dentro do espaço da fábrica, o refeitório é dirigido por uma empresária. Os serviços de mecânica, que exigem maior especialização, são realizados por duas empresas de Belo Horizonte, a Melt Materiais Elétricos S/A e a Cofermeta S/A, que fabrica ferramentas, além de uma empresa de São Paulo, denominada Incomaf S/A Indústria e Comércio. Esta fabrica máquinas para industrialização de carnes. Na área de manutenção há, ainda, a fornecedora Siegel Clip Ind. E Com. de Grampos Ltda.

A fornecedora de refeições nos informou que começou a prestar este tipo de serviço pela oportunidade de estabelecer contrato com a Pif Paf. Para a empresária, que possui apenas 3 funcionários, fornecendo seu serviço única e exclusivamente para a Pif Paf, a existência da empresa têm um grande peso. O contrato estabelecido entre as partes é anual e, segundo a empresária, é um fator ruim, pois o preço dos alimentos varia grandemente durante o ano e a remuneração fica defasada, provocando “períodos difíceis”¹⁴.

Entre as empresas que fornecem alimentos para a microempresária, estão a Vilma, que possui moinhos em Contagem e Montes Claros, em Minas Gerais; a Guarapiranga, e a Megafort. Os legumes e verduras são adquiridos em Viçosa. Ao todo são fornecidas 130 refeições no turno Diurno e 100 no Noturno.

Diante disso, vemos que a unidade da Pif Paf não representa pela terceirização um forte fator de incentivo ao crescimento do setor de serviços ou mesmo do industrial na esfera local. Contudo, há outros níveis de influência, na medida em que os fixos que

¹³ O número de empresas fornecedoras e a listagem de todas elas não nos foram passados.

¹⁴ Fala da empresária durante a entrevista.

mantêm relações com a empresa requerem serviços e mercadorias de outros fixos, ampliando a rede de relações.

Em termos de rede de clientes da empresa na cidade, a Pif Paf têm alcançado praticamente todos os comércios, como barzinhos, padarias, açougues e lanchonetes, somando 163 estabelecimentos que vendem seus produtos. As entregas são feitas semanalmente, nas terças e sextas-feiras e a demanda dos comércios pelos produtos é maior no início de cada mês, nos períodos de festas nas cidade e durante o período de aulas da Universidade Federal de Viçosa. Os principais compradores são os Supermercados Bahamas, Amantino, Viçosense, Escola, Marota e Parati. Em conjunto, os 163 estabelecimentos compram 17 toneladas de produtos semanalmente, o que dá à empresa um rendimento de aproximadamente 60.000 reais por semana¹⁵.

6.2.4. Efeitos sócio-ambientais

Em uma economia de troca, a apropriação da natureza é cada vez mais regulada por firmas e instituições sociais [...]. Criar mercado e outras instituições significa desenvolver centros, cidades e uma série de outros serviços auxiliares. Com a produção para troca, a produção da natureza ocorre em escala ampliada, pois agora os seres humanos não produzem somente a natureza imediata de sua existência, mas toda a sua textura social. A produção para troca, no modo capitalista de produzir, implica uma nova relação com a natureza. (GUERRA; CUNHA, 2003, p.21)

O acontecimento descrito na seção 6.2 está se materializando no espaço de Viçosa e transformando a sua paisagem. Alguns bairros no entorno da fábrica da Pif Paf, como o Vau Açu e o Cidade Nova, onde 3,57% e 2,38% dos funcionários da empresa moram, respectivamente, estão crescendo por causa da vinda de pessoas das cidades próximas, como Porto Firme e Paula Cândido. Uma característica da ocupação de alguns desses bairros periféricos da cidade é que ocorreu e está ocorrendo de forma desordenada, provocando efeitos negativos sobre o meio ambiente, o que acaba por se refletir na qualidade de vida dos moradores desses espaços. No dizer de Braga (2003):

[...] o avanço da urbanização sobre o meio natural de maneira desordenada, tem causado a degradação progressiva das áreas de mananciais remanescentes, com a implantação de loteamentos irregulares e a instalação de usos e índices de ocupação incompatíveis com a capacidade de suporte do meio. O parcelamento indiscriminado do solo nas periferias urbanas é uma das principais fontes de problemas ambientais das cidades. (BRAGA, 2003,p.113)

Isso diz respeito à degradação ambiental que atualmente presenciamos nos centros urbanos brasileiros, a qual está diretamente ligada aos processos de industrialização e urbanização que ocorreram de forma mais acelerada a partir dos anos 60, o que levou à

¹⁵ Informação cedida pelo representante de vendas da Pif Paf em Viçosa.

ocupação desordenada e uso inadequado do solo, em relação às características físico-ambientais, e aos efeitos de poluição, com lançamento de grande carga de esgotos doméstico e industrial, sem qualquer tratamento, diretamente nos cursos dos rios.

Ao entrevistarmos os moradores vizinhos à fábrica, percebemos que há uma divergência de opiniões quanto à presença da mesma ali. Alguns disseram que consideram de suma importância a empresa estar em Viçosa, por causa da geração de empregos e que não pensam que a fábrica provoca qualquer tipo de acontecimento desagradável. Outros já se lembraram, logo que perguntamos sobre a fábrica, dos fatos ocorridos há algum tempo, em que os moradores do São José se uniram em um abaixo-assinado, procurando fechar a fábrica. Os motivos eram o mau cheiro e a fuligem escura que eram espalhados, além do barulho, principalmente durante a noite.

A empresa, para sanar o problema do mau cheiro, instalou a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) e fez o fechamento acústico da produção, juntamente com a inversão dos telhados, para reduzir o ruído. A ETE da unidade é aprovada pelo SAAE (empresa responsável pelo saneamento em Viçosa) e recebe visitas dos fiscais da FEAM anualmente para avaliação das instalações e do ruído gerado¹⁶. As análises da água do Ribeirão São Bartolomeu, onde são liberados os efluentes, são feitas pela UFV e o resíduo que é retirado é transportado para uma fazenda e utilizado em adubação.

Portanto, os impactos sócio-ambientais também são resultados da presença da fábrica em Viçosa, os quais forçam novas relações entre agentes públicos e o privado.



Figura 23 – Foto – Portões de entrada da Pif Paf Alimentos – unidade de Viçosa (MG)

Autora: Istéffany Fróes Mendes, 2007.

¹⁶ Informação cedida pela unidade da Pif Paf de Viçosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroindústria Pif Paf Alimentos conta com várias unidades interligadas produtivamente e espacialmente dispersas por Minas Gerais, concentrando-se na Zona da Mata. A Pif Paf possui unidades destinadas ao abate de animais e preparação da matéria-prima, à transformação da mesma pelos processos industriais, ou às atividades de apoio, como produção de ração e de material genético para reprodução dos animais. Essas unidades localizam-se em vários municípios mineiros, a saber: Visconde do Rio Branco, Viçosa, Patrocínio, São Geraldo, Leopoldina, Itabirito, Acaiaca, Igaratinga, Pitangui e São José da Varginha. Em outros estados, as unidades da Pif Paf estão presentes em Areal, no Rio de Janeiro, e em Paraúna e Palmeiras de Goiás, no estado de Goiás, as quais ainda estão em fase de implantação.

Esses fixos geram fluxos, como a coleta de matéria-prima, que é levada para as unidades fabris; as transferências de matéria-prima e de produtos entre as unidades produtoras; o transporte dos produtos para os mercados consumidores, dispondo-os em pontos de distribuição; e as trocas financeiras e de informação. Esses fixos dotados de fluxos se constituem a partir de suas relações com o CAI de carnes articulado pela Pif Paf na Zona da Mata Mineira. Isso também provoca o aparecimento de outros fixos e a dinamização econômica do espaço.

A presença da empresa na Zona da Mata deve-se, sobretudo, à tradição econômica da região nas atividades agropecuárias, que funcionaram como fator de atração para a Pif Paf, a qual deixou o Estado do Rio de Janeiro e estabeleceu sua primeira unidade em Visconde do Rio Branco. Esse processo de transferência relaciona-se ao processo de reprodução do capital, que prioriza espaços favoráveis e adequados à produção de valor.

A instalação da Pif Paf contribuiu para o aumento e consolidação das atividades de suinocultura e de avicultura, por meio das relações de integração que a empresa passou a manter com os produtores rurais da região. A integração técnico-produtiva e financeira da agroindústria Pif Paf com os fornecedores de matéria-prima animal, a transformação dos produtos pecuários e sua distribuição ao mercado pela empresa denotam a formação de um CAI de carnes.

A empresa, ao criar uma rede de fornecedores e uma demanda por matérias-primas agrícolas para ração, ao incentivar a criação das cooperativas (Coopertral e a Cooperativa de Crédito dos Funcionários), ao gerar novos empregos e ao contribuir com impostos para o Estado e para os municípios, gerou impactos diretos, principalmente em nível local e regional.

A instalação da unidade em Viçosa, destinada aos processos industriais de produção de alimentos embutidos, ocorreu, principalmente, pela proximidade de Viçosa com Visconde do Rio Branco, ainda, pelos incentivos dados pela Prefeitura de Viçosa (como doação do terreno e a isenção de IPTU). Além disso, a fábrica dispôs de um amplo terreno para a sua construção, o que poderia favorecer posteriormente a sua ampliação, e de uma estrutura que já estava construída no local, que foi reformada, minimizando custos.

A presença da Pif Paf em Viçosa tem acarretado muitos efeitos nos âmbitos econômico, espacial e social, sendo que a empresa se configurou em um agente transformador do espaço local. Seu peso para o setor industrial da cidade é muito grande, uma vez que responde pela geração de 20% dos empregos nas indústrias de transformação, ocupando a posição de maior empregadora entre as indústrias locais.

Sobre os impactos econômicos, notamos que o fato de a Pif Paf ser uma agroindústria foi uma condição primordial para sua presença na cidade, o que contribuiu para o crescimento do setor industrial de Viçosa, no qual a cidade não tem tradição. Ressalta-se que a instalação de plantas em lugares sem passado industrial e com amplas reservas de mão-de-obra é uma característica da flexibilidade assumida pelas empresas a partir da década de 1980.

Podemos ainda inferir que a vinda da empresa para Viçosa foi um fator que incentivou a posterior criação do Distrito Industrial da cidade, ao evidenciar com sua presença a importância da atividade industrial para o aquecimento da economia local.

Os efeitos diretos mais importantes gerados em nível espacial foram: a ocupação dos bairros próximos à fábrica e do bairro onde esta se encontra; a transferência dos trabalhadores entre bairros; e a vinda dos mesmos de cidades próximas e da zona rural de Viçosa. Como consequência desses fluxos, ocorre o crescimento das áreas onde essas pessoas se estabelecem, pois o crescimento populacional incentiva o surgimento de novas construções, de novas ruas e de estabelecimentos comerciais e de serviços públicos.

O trabalho na empresa tem sido um dos principais motivos desses fluxos e há uma grande relação entre o tempo em que os funcionários estão nos bairros mais próximos à fábrica e o tempo em que eles trabalham na empresa. Notamos que a maioria dos funcionários tem menos de 10 anos de emprego na empresa e que moram também a menos de 10 anos nos bairros, sendo que mais de 70% dos funcionários moram nos bairros que estão a um raio de dois quilômetros da fábrica. Verificamos assim, que os funcionários estão buscando morar perto do local de trabalho, mas que a empresa também prioriza, de certa forma, a contratação de pessoas que moram perto.

A respeito dos efeitos sociais da instalação da empresa em Viçosa, os impactos têm sido gerados, sobretudo, sobre os trabalhadores e, indiretamente, sobre suas famílias. As características empregatícias da empresa e de organização produtiva seguem os princípios

da flexibilidade da produção, em que o trabalho é alocado entre as diferentes funções; os trabalhadores são treinados e qualificados pela empresa; o processo de contratação é cercado de facilidades de dispensa; há um envolvimento dos trabalhadores com o processo produtivo por meio dos CCQs; a empresa fornece aos funcionários vários benefícios; entre outros.

A partir disso, a empresa está contribuindo para a absorção de mão-de-obra local com baixo grau de escolaridade e também de jovens, tanto de homens quanto de mulheres, o que tem representando um impacto relevante sobre a PEA municipal. Outro fato, é que a empresa está fomentando a cultura do trabalho industrial na cidade e criando um exército de trabalhadores capacitados para as funções exercidas na fábrica e profissionalmente qualificados. Isso se dá por meio do treinamento dos funcionários, principalmente, daqueles que lidam diretamente com a produção.

Contudo, a empresa tem demandado a criação de escolas e instituições profissionalizantes na cidade, que possam oferecer os cursos requeridos. Cremos que o poder público deve considerar essa demanda e incentivar a instalação de novos cursos profissionalizantes em Viçosa. É necessário haver uma parceria entre a prefeitura e a iniciativa privada neste sentido, pois há aí uma oportunidade para redução do desemprego na cidade.

Mais um impacto social se refere à obtenção da carteira assinada pelos trabalhadores e à melhoria da renda, pois os mesmos vieram, em sua maioria de outros setores econômicos, trabalhando de forma autônoma e em atividades pouco rentáveis. Assim, o emprego na Pif Paf tem significado para os funcionários, principalmente os mais jovens, a possibilidade de obter a aposentadoria.

Em relação ao processo de contratação adotado pela empresa, o de Apadrinhamento, o mesmo acarreta um maior compromisso de todos os funcionários e mais ainda daquele que indica outro, porque, para avaliarem, eles devem também se enquadrar às exigências da empresa. Isso cria um ambiente de cumplicidade no trabalho e de dedicação e uma sensação de ambiente familiar, além de que a empresa reduz a rotatividade de funcionários (o *turnover* da unidade de Viçosa é o menor do Grupo) e evita problemas, podendo demitir por razões conhecidas de todos. No mais, a empresa não precisa contratar uma empresa especializada para fazer a seleção.

No entanto, todos os benefícios promovidos pela empresa, seguem a uma lógica capitalista de exploração intensa dos fatores de produção e da mão-de-obra, com a minimização de custos e a obtenção de lucro máximo. As condições de trabalho na empresa exigem muito dos trabalhadores, que são submetidos a longos turnos e à condições ambientais que atingem a saúde, como variação de temperatura. A remuneração também é

considerada baixa pelos funcionários, cuja maioria possui uma grande quantidade de pessoas que dependem de suas rendas.

Como salienta Werneck (2002), a propagação e a diversificação das relações de trabalho com base na flexibilidade têm levado à precarização e à insegurança do emprego, que abrangem de maneira especial os trabalhadores menos qualificados, os quais são admitidos e demitidos conforme a conjuntura.

Quando avaliamos a percepção da população da cidade sobre a presença da Pif Paf em Viçosa, vimos que a maioria considera a existência da fábrica de suma importância. Contudo, podemos concluir que essa aprovação, apesar das condições negativas de trabalho na empresa, é fruto da alienação para qual chama a atenção Santos (2004, p.217), provocada pela instalação de um fixo, que obedece a uma lógica que é estranha ao lugar onde se instalou, possuindo uma funcionalidade imensa, mas cujas finalidades são estranhas às pessoas do lugar.

É um fixo que passa a indicar o papel a ser desempenhado, sendo que a sua “intencionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica” (SANTOS, 2004, p.217). Neste sentido, a fábrica possui um grande valor diante das pessoas pelo fato de gerar empregos numa cidade onde os mesmos são escassos, não importando as condições capitalistas espoliadoras de trabalho. Dessa forma vai se conformando o território da empresa, a sua “arena de oposição entre o mercado [...] e a sociedade civil” (SANTOS, 2004, p.259).

Para não finalizar, colocamos que o estudo contribui para o entendimento da dinâmica e dos efeitos socioespaciais induzidas por um fixo, a agroindústria Pif Paf, e, também, de forma pioneira e inédita para a compreensão, mesmo que parcial, da espacialidade da atividade industrial em Viçosa (MG) e dos CAI's na Zona da Mata Mineira. Portanto, fica aqui um caminho aberto para futuras pesquisas, visando entender o processo de agroindustrialização e da dinâmica espacial das indústrias na Zona da Mata Mineira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMG - Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acessado em: várias datas de fev. 2007.

ALVES FILHO, Eloy. **O processo de produção avícola: história e transformações** (contribuição ao estudo da avicultura em Minas Gerais, 1980-1995). 1996. 215f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 1996.

ARAÚJO, Ângela M. C.; AMORIM, Elaine R. A.; FERREIRA, Verônica C. **Questões feministas nas ciências sociais: em busca do tempo presente**. Coimbra (Portugal). Disponível em:

<<http://scholar.google.com/scholar?q=sal%C3%A1rio,+ind%C3%A1ria,+trabalho,+organiza%C3%A7%C3%A3o+do+espa%C3%A7o&hl=pt-BR&lr=&client=firefox-a&start=150&sa=N>>. Acessado em: 24 fev. 2007.

BDMG. **Minas Gerais no século XXI**. Belo Horizonte: Rosa Editora, 2002. v.2. Disponível em: <http://www.bdmg.mg.gov.br/estudos/arquivo/minas21/vol_02_cap_04.pdf>. Acessado em: 01 Fev. 2007.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996, 266p.

BORGES, Ronan Eustáquio. **No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO), transformações e impactos socioeconômicos e espaciais**. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Geografia), IGCE/UNESP, Rio Claro-SP, 2006.

BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço. O caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.15, p.55-64, 2002. Disponível em:

<http://antiga.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/rdg/rdg15/rdg15_06.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2007.

BRAGA, Roberto. Planejamento urbano e recursos hídricos. In: BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de (orgs). **Recursos hídricos e planejamento urbano**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal-Deplan-UNESP-IGCE, 2003, p.113-127.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. **Desigualdades sócio-espaciais nos municípios da Zona da Mata mineira**. 2005. 92f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Curso de Geografia-Centro de Ciências Humanas, letras e Artes-UFV, Viçosa (MG), 2005.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e indústria**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2001, 66p. (Repensando a Geografia).

CUNHA, Altivo R. A. de Almeida. **Um novo enredo para uma velha história?** Uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003, 13p. (Texto para discussão nº187).

ELIAS, Denise. Globalização e agricultura no Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n.12, p.23-32, jul./dez., 2002.

EMPRESÁRIOS fogem de Viçosa: município é considerado inviável. **Jornal Tribuna Livre**, Viçosa/MG, p.3, 23. jun. 1989.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: o caso da Sadia**. Chapecó: Griffos, 1999, 263p.

FERNANDES, Cândido Luiz de Lima; NOGUEIRA JÚNIOR, Reginaldo Pinto. **Desequilíbrios regionais e evolução industrial: uma análise para minas gerais no período 1995-2000**. (Anais do XI Seminário de Economia Mineira – 2004, Diamantina). Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A008.PDF>. Acesso em: 15 jan. 2007.

GIOVANINI, Rafael Rangel; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. **Geohistória econômica da Zona da Mata mineira**. IGC/UFMG, 2004, 25p. Disponível em:<<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A066.PDF>>. Acessado em: 20 dez. 2006.

GOODMAN, David; SORJ, Bernar; WILKINSON, Jonh. A apropriação industrial do processo de produção rural. In: GOODMAN, David; SORJ, Bernard; WILKINSON, Jonh. **Da lavoura à biotecnologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.5-86.

GRAZIANO da SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP – Instituto de Economia, 1996.

_____. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, Campinas, v.21, nº3, p.5-34, set./dez., 1991.

GRAZIANO da SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.19, n.1, p. 37-67, jan./abr. 2002.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (orgs.). **A questão ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.219-238.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acessado em: várias datas jan./fev. 2007.

LE MOS, Mauro Borges. Organização agroindustrial, entrada e tecnologia e liderança de mercados: o caso brasileiro. In: RAMOS, Pedro e REYDON, Bastiaan Philip (Orgs). **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA, 1995, p.69-105.

MARAFON, Gláucio José. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, n.3, p.7-21, jun., 1998.

_____. Organização do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, n.5, p.49-66, jan./jul., 1999.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: UNESP, 2000, 175 p. (Coleção Prismas/ PROPP).

MENDES, Auro Aparecido; SELINGARDI-SAMPAIO, Sílvia. Implantação Industrial em Sumaré: origens, agentes e efeitos. Contribuição ao estudo da interiorização da indústria no estado de São Paulo. **Geografia**, Rio Claro, v.17, n.1, p.39-76, abr.1992.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993, 196p.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989, 149 p.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **Viçosa: mudanças socioculturais; evolução histórica e tendências**. Viçosa: UFV, 1990, 300p.

PAULILLO, Luiz Fernando. **Sobre o desenvolvimento de localidades rurais: algumas contribuições da teoria neo-institucional**. 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/sober01/sober2001.html>>. Acessado em: 30 out. 2006.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente Pereira. Contradições de uma “cidade científica”: processo de urbanização e especialização territorial em viçosa (MG). **Caminhos de Geografia**, v.18, n.16, p.197–206, out. 2005. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/volume16/artigo18_vol16.pdf>. Acessado em: 20 dez. 2006.

PIF PAF. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.pifpaf.com.br>>. Acessado em: 30 out. 2006.

PIF PAF VAI investir R\$ 260 milhões em Goiás. **UOL**, 16 fev. 2007. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notasemp06/emp281220065.htm>>. Acessado em: 18 fev. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA. **Viçosa em números**. Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/conteudo/vicosaemnumeros.htm>>. Acessado em: várias datas fev. 2007.

QUEVEDO, Andréia. **A história da avicultura brasileira**. Disponível em: <http://www.aviculturaindustrial.com.br/site/dinamica.asp?id=4539&tipo_tabela=variedades&categoria=geral>. Acessado em: 15 jan. 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004, 384p. (Coleção Milton Santos I).

_____. Da indivisibilidade do espaço total e de sua análise através das instâncias produtivas. In: SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 61 a p.65.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, 124p.

SELLINGARDI-SAMPAIO, Sílvia; DALTRINI, Vera Cristina. Da agroindústria à produção de bens de capital: a evolução industrial do município de Araraquara (SP). **Geografia**, Rio Claro, v.15, n.1, p.55-80, abr. 1990.

SELLINGARDI-SAMPAIO, Sílvia. **Geografia industrial de Piracicaba: um exemplo de integração indústria-agricultura**. São Paulo: USP/ Instituto de Geografia, 1976. (Série Teses).

WERNECK, Heloísa. Reestruturação produtiva e desestruturação do mundo do trabalho. **Economia & Gestão**, Belo horizonte, v.2, n.3, p.9-35, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/art1n3.pdf>>. Acessado em: 24 fev. 2007.

ZAMBARDA, Wanda Inês Maria; SELINGARD-SAMPAIO, Sílvia. A industrialização de Araras, SP: uma análise das etapas sucessivas de investimentos e da relação local/global. **Geografia**, Rio Claro, v.26, n.3, p.55-95, dez. 2001.

ANEXOS

QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA (MG)

Este questionário tem o intuito de resgatar a história da Pif Paf em Viçosa, coletando informações a respeito dos fatores que atraíram a empresa para a cidade e do papel da prefeitura nisso. E também de averiguar as conseqüências da atuação da empresa, por meio de dados que provem os impactos e transformações socioespaciais gerados pela empresa em Viçosa.

- 1 – Qual a contribuição da Pif Paf para o PIB municipal? Qual o incremento que a empresa trouxe para a receita municipal?
- 2 – A prefeitura forneceu algum incentivo para a implantação da unidade fabril da empresa na cidade? E atualmente, tem fornecido incentivos para a sua manutenção?
- 3 – A empresa Pif Paf teve que fazer algum tipo de investimento na cidade ou tem feito?
- 4 – Houve aumento dos postos de trabalho após a instalação da empresa na cidade?
- 5 – Houve aumento da quantidade de atividades relacionadas ao fornecimento de suprimentos para a empresa?
- 6 – Houve valorização ou desvalorização dos lotes próximos à unidade fabril? E aumentou o número de moradias ou de estabelecimentos comerciais ali?
- 7 – A empresa tem atraído novos investimentos para a cidade? Qual o peso político dela aqui?
- 8 – Houve alguma reclamação da vizinhança quanto à instalação da fábrica no bairro? E por que o bairro Laranjal foi escolhido para isso?

QUESTIONÁRIO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA PIF PAF

1. Idade: _____ 2. Sexo: ___ F; ___ M 3. Estado civil: _____
4. Escolaridade: _____
5. Local de moradia: _____
6. Mora em imóvel próprio ___ Alugado ___ Emprestado ___ De favor c/ _____
7. Caso o imóvel seja próprio, adquiriu depois que entrou na empresa? ___ S; ___ N.
8. A quanto tempo mora no local? _____
9. Com quantas pessoas mora? _____ Possui dependentes: ___ S; ___ N.
Se sim, quantos? ___ Mais alguém na casa tem renda? : ___ S; ___ N. Se sim, de quanto? _____

10. Quais bens/serviços possui: geladeira___; fogão ___; máquina de lavar ___; televisão ___; computador___; vídeo cassete ___; DVD ___; celular ___; carro___; moto ___; telefone fixo ___; Internet ___.
11. Utiliza ônibus para ir trabalhar? ___S; ___N. Se sim, qual(is) linha(s)?_____
12. Possui Plano de Saúde? ___S; ___N. Se sim, qual?_____
13. A quanto tempo está em Viçosa?_____Veio de outra cidade?:___S; ___N. Se sim, qual a razão? _____
- _____
14. Profissão: _____
15. Área de atuação ou cargo na empresa: _____
16. Turno de trabalho:_____
17. Trabalha somente na Pif Paf? ___S; ___N. Se não, onde mais trabalha? _____
- _____
18. Há quanto tempo trabalha na empresa?_____ No mesmo cargo?___ S; N___. Se não, em qual trabalhava?_____
19. Como conseguiu o emprego?_____
- _____
20. Já tinha trabalhado em outra empresa do mesmo ramo? ___S; ___N. Qual? E onde?_____
- _____
21. Já tinha experiência na função exercida? ___S; ___N.
22. Está satisfeito com o tipo de trabalho que exerce?___S; ___N. E com o turno em que trabalha?___S; ___N. Por que? _____
- _____
23. A empresa incentiva os funcionários no trabalho exercido?___S; ___N. Se sim, de que forma? _____
24. Recebe algum benefício oferecido pela empresa ou ajuda de custo? ___S; ___N. Se sim, qual(is)? _____
25. Participa de algum sindicato?___S; ___N, ou de alguma associação?___S; ___N, deseja participar?___S; ___N. E antes de trabalhar na empresa, já tinha participado?___S; ___N. Considera isso importante? ___S; ___N. Por que? _____
- _____
26. Como é a convivência entre os funcionários e entre os funcionários e a administração? _____
27. Costuma tirar férias?___S; ___N. Se sim, qual a periodicidade e onde? _____
- _____

28. Tem opções de lazer no tempo livre? ___S; ___N. Quais? A empresa proporciona isso? _____

29. Tem previsão para se apontar? ___S; ___N. Se sim, quando? _____

OBSERVAÇÕES:

**QUESTIONÁRIO DIRECIONADO À EMPRESA PIF PAF
UNIDADE DE VIÇOSA - MG**

1. Por que a Pif Paf veio se instalar em Minas Gerais e mais especificamente em Viçosa? (Ex: mercado, mudanças no sistema produtivo da empresa, incentivos governamentais, vantagens locais do território).
2. Como é a estrutura administrativa da empresa Pif Paf? Qual é a competência da unidade fabril de Viçosa dentro do complexo da empresa Pif Paf? Qual a dimensão da área ocupada pela planta da fábrica em Viçosa (MG)?
3. A empresa possui em Viçosa algum serviço terceirizado e fornecedores de insumos (mercadorias)? A empresa tem uma rede local de fornecedores? (Ex.: limpeza, transporte, alimentação, lavanderia, segurança, manutenção, refrigeração, embalagens).
4. Quantos funcionários a empresa possui? Qual é o perfil dos mesmos: idade, escolaridade, sexo, setor de atuação na empresa? A empresa opera em quantos turnos de trabalho?
5. De onde são os funcionários, da cidade mesmo, da microrregião ou de outras localidades?
6. A empresa enfrenta algum problema em relação à qualificação da mão-de-obra? A empresa possui em Viçosa algum centro de treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra?
7. Como é feito o treinamento dos trabalhadores? Ou vocês só contratam pessoal com alguma experiência?
8. Existe uma rotatividade grande de funcionários na unidade de Viçosa (MG)?
9. A empresa fornece algum benefício aos funcionários, como algum programa social, de habitação ou de lazer, participação nos lucros, por exemplo?
10. Existe alguma associação ou cooperativa dos funcionários da empresa?

11. Qual é o mercado da Pif Paf atualmente no Brasil e no mundo? E em Viçosa, quem são os principais compradores? Como é feita a distribuição dos produtos?
12. Quantos integrados a Pif Paf possui e onde eles se localizam (municípios)? Quantos estão em Viçosa (MG)?
13. Qual o sistema utilizado pela empresa para o controle de qualidade?
14. A empresa está com algum projeto de ampliação de suas unidades ou de sua produção?
15. Quando a empresa se instalou em Viçosa (MG) tinha as condições ideais para produzir? O que faltava? E hoje, tem as condições ideais?
16. Qual o salário médio dos trabalhadores da área de produção? E da administração?
17. Como é a relação da empresa com os moradores da vizinhança de sua fábrica em Viçosa (MG)? Já ocorreu algum conflito?
18. Como tem sido a relação da empresa com a prefeitura de Viçosa (MG)?
19. A empresa em Viçosa (MG) tem preocupação com a qualidade ambiental dentro e no entorno de sua unidade fabril? Existe algum sistema de tratamento de resíduos?

QUESTIONÁRIO 2 DESTINADO À PIF PAF

1. Quais são os serviços que a empresa contrata de outras empresas? Como é feita a seleção destas?
2. Quais são as empresas que fornecem embalagens, temperos e outros produtos necessários para a unidade de Viçosa?
3. Qual a quantidade de matéria-prima enviada para a unidade de Viçosa? O transporte é diário?
4. Qual o rendimento obtido pela empresa anualmente?
5. Qual a quantidade de produtos exportados e de produtos consumidos no mercado interno?
6. Quais são os produtos destinados ao mercado interno?
7. Como é a estrutura administrativa da Pif Paf – organograma?
8. Qual a importância da unidade de Viçosa dentro do conjunto da empresa? Existe possibilidade de ampliar essa unidade?
9. As unidades da empresa têm alguma autonomia na tomada de decisões?
10. Os serviços terceirizados são realizados por empresas de Viçosa? Quais?
11. A empresa Pif Paf terceiriza o treinamento da mão-de-obra? E existe essa possibilidade em Viçosa?

12. A Pif Paf possui alguma parceria com centros de pesquisa? Como é feita a atualização de equipamentos e técnicas?
13. Como é o processo de integração com os produtores adotado pela Pif Paf? É o mesmo para todas as suas unidades?
14. Quando foram implantadas as granjas no município de Viçosa e quantas são? Qual a produção das mesmas?
15. A empresa encontra alguma dificuldade para escoar a sua produção? Há alguma intenção de melhorar o escoamento?